



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS Y EMPRESARIALES
MAESTRIA EN GESTION DE EMPRESAS

**A GESTÃO DOS INDICADORES E MÉTRICAS DE DESEMPENHO DE
SUSTENTABILIDADE DOS PLANOS DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
DOS ÓRGÃOS PARTÍCIPIES DA ECOLIGA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DA
*GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI).***

MARTA HELENA DE LELLIS

ASUNCIÓN, PARAGUAY

2019

**A GESTÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DOS PLS,
EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DA GRI.**

Tesis presentada y defendida como
requisito parcial para la obtención del
título de Master en Gestión de
Empresas.

Emiliano Joel Estigarribia Canese
Tutor: Dr.

Universidad Autónoma de Asunción

Asunción, Paraguay

2019

**A GESTÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DOS PLS,
EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DA GRI.**

Tesis presentada y defendida como
requisito parcial para la obtención del
título de Master en Gestión de
Empresas.

MARTA HELENA DE LELLIS

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

Aprobada por el COMITÉ EXAMINADOR en
Asunción del Paraguay, en ...de..... de 20...

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo sopro da vida. Por me conceder inspiração para esta pesquisa e por mais uma chance de aprender. Agradeço por todas dificuldades; elas foram grandes adversárias, mas que tornaram minhas vitórias muito mais saborosas.

À minha família, pelo suporte humano, que constitui o alicerce deste trabalho e por terem respeitado e compreendido minha ausência em muitos momentos de reunião familiar. À minha mãe, Terezinha, e meu pai, Wilson, que, com sua simplicidade me ensinaram a cultivar valores como a ética e a honestidade.

Em especial ao meu marido, Ronaldo, por todas as palavras e gestos de incentivo e apoio. Por se prontificar em ler e sugerir diversas correções ao longo do texto.

Ao Professor, Doutor Emiliano Joel Estigarribia Canese, tutor da Tese, agradeço o apoio, a partilha do saber e as valiosas contribuições para este trabalho.

Agradeço à Universidade Federal de Rondônia por ter autorizado meus afastamentos e licença como incentivo para concretização de meus estudos.

Às instituições pesquisadas agradeço a abertura demonstrada e a possibilidade que me deram de realizar o estudo e, principalmente, pela importante colaboração dos membros representantes da ECOLIGA que dedicaram parte do seu tempo a contribuir com o fornecimento das informações que solicitei. Às pessoas que participaram da entrevista e que concederam as informações complementares. Sem vocês este trabalho não teria sido possível.

Agradeço à *Global Reporting Initiative* pela cedência das informações para execução da presente Tese e sem a qual o presente trabalho ficaria seguramente mais pobre.

E por fim, agradeço todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste estudo.

“A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza”.
(Nagib Anderáos Neto)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Problema.....	12
1.2. Objetivos.....	12
1.2.1. Objetivo Geral.....	13
1.2.2. Objetivos Específicos.....	13
1.3. Justificativa.....	13
1.4. Viabilidade da pesquisa.....	14
1.5. Consequências da pesquisa.....	15
2. MARCO TEÓRICO	16
2.1. Desenvolvimento Sustentável.....	16
2.2. Sustentabilidade.....	22
2.3. Gestão ambiental	23
2.4. <i>Triple Bottom Line</i> (TBT).....	25
2.5. Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	27
2.6. Responsabilidade Social	28
2.7. Contextualização dos órgãos públicos.....	30
2.8. Gestão Ambiental no Setor Público..	31
2.9. Sustentabilidade como estratégia.....	31
2.10. Agenda 21 e A3P.....	33
2.11. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável...	40
2.12. Implementação do PLS nos órgãos públicos	41
2.13. Indicadores de sustentabilidade	45
2.14. Balanço Social x Relatórios de Sustentabilidade.	49
2.15. <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI)	54
2.15.1. Produtos da GRI	55
2.15.2. Versões GRI	56
2.15.3. Relatórios de sustentabilidade nas diretrizes da GRI	58
2.15.4. Princípios para relato	59
2.15.5. Diretrizes da GRI.....	61
2.15.6. Critérios a serem aplicados pela organização ao preparar o relato de sustentabilidade	62
2.15.7. Indicadores da GRI.....	65

3. MARCO METODOLÓGICO	68
3.1. Enfoque da pesquisa	68
3.2. Alcance da pesquisa	68
3.3. Hipóteses	69
3.4. Desenho da pesquisa.....	70
3.5. População e amostra	70
3.6. Delimitação geográfica e tempo de estudo.....	71
3.7. Procedimento de coleta e análise de dados.....	71
3.8. Construção e validação dos instrumentos de coleta de dados	74
3.9. Limitações e alcance da investigação	75
4. MARCO ANALÍTICO.....	77
4.1. Panorama Nacional e Internacional de Adoção da GRI.....	77
4.2. Análise das publicações de Relatórios nas diretrizes da GRI.....	79
4.3. Suplementos Setoriais.....	81
4.4. Análise da utilização do GRI pelas instituições públicas Brasileiras.....	82
4.5. Acordo de Cooperação Técnica que instituiu os órgãos partícipes da ECOLIGA no estado de Rondônia.....	88
4.6. Perfil das instituições pesquisadas.....	89
4.6.1. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE).....	89
4.6.2. Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT).....	89
4.6.3. Seção Judiciária do Estado de Rondônia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF).....	89
4.6.4. Ministério Público Federal (MPF).....	89
4.6.5. Ministério Público do Trabalho (MPT).....	90
4.6.6. Defensoria Pública da União (DPU).....	90
4.6.7. Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).....	90
4.6.8. Tribunal de Justiça do estado de Rondônia (TJ-RO).....	91
4.6.9. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).....	91
4.6.10. Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO).....	91
4.7. Análise dos indicadores das instituições partícipes da ECOLIGA.....	91
4.8. Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública realizado pelo Tribunal de contas da União – TCU.....	94
4.9. Comparação entre grupos de indicadores.....	97
4.10. Dados complementares, coletados junto aos representantes dos núcleos	

Socioambientais.....	102
4.10.1. Razões para elaboração dos PLS.....	102
4.10.2. Critérios para escolha de indicadores.....	103
4.10.3. Áreas envolvidas na elaboração dos PLS.....	103
4.10.4. Conhecimentos prévios sobre sustentabilidade	105
4.10.5. Dificuldades de escolha dos indicadores	105
4.10.6. Conhecimento sobre as diretrizes do GRI.....	107
5. CONCLUSÃO.....	108
6. RECOMENDAÇÕES.....	113
BIBLIOGRAFIA	115
ANEXOS	127
ADENDOS	159

Resumen

Este estudio cuantitativo investigó los Planes de Logística Sostenible (PLS), creados por los órganos partícipes de ECOLIGA en Rondônia, organismos públicos que se reúnen en torno a un Acuerdo de Cooperación para fomentar acciones en sostenibilidad en el sector público. A partir de ese principio, surgió la indagación que condujo a la investigación presentada en este trabajo: ¿Cuál es la relación entre el conjunto de indicadores en sostenibilidad de los Planes de Logística Sostenible de los órganos partícipes de la ECOLIGA del Estado de Rondônia y los indicadores diseminados en las directrices de la Global Reporting Initiative (GRI)? El análisis de los PLS fue realizado a la luz de las Directrices para Relato de Sostenibilidad de la GRI, versión G4, que establece modelos y patrones utilizados en todo el mundo y que pueden ser de gran utilidad para el desarrollo de la ECOLIGA. Se descubrió, sin embargo, que sólo cuatro de los diez órganos partícipes de ECOLIGA poseen PLS formalizado, quedando la investigación restringida a ese universo. Todo el conjunto de indicadores de los planes fue clasificado de acuerdo con la estructura de la GRI, permitiendo la visualización del estado actual de su gestión. A continuación, se realizaron entrevistas no estructuradas con los representantes elaboradores de los PLS de esas instituciones, a fin de refinar el entendimiento sobre las causas de la formulación de los planes. Se identificó así un camino posible para la estandarización de los PLS, con sugerencias de mejora para los actuales planes, para permitir una gestión más eficaz y la mejor comunicación entre los órganos partícipes de la ECOLIGA, incluso para aquellos que aún no han formulado sus propios planes.

Palabras Claves: Sostenibilidad, Plan de Logística Sostenible, indicadores, *Global Reporting Initiative*.

Resumo

Este estudo quantitativo investigou os Planos de Logística Sustentável (PLS), criados pelos órgãos partícipes da ECOLIGA em Rondônia, órgãos públicos que se reúnem em torno de um Acordo de Cooperação para fomentar ações em sustentabilidade no setor público. Partindo-se desse princípio, surgiu a indagação que conduziu a pesquisa apresentada neste trabalho: Qual a relação entre o conjunto de indicadores em sustentabilidade dos Planos de Logística Sustentável dos órgãos partícipes da ECOLIGA do Estado de Rondônia e os indicadores disseminados nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI)? A análise dos PLS foi realizada à luz das Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da GRI, versão G4, que estabelece modelos e padrões utilizados em todo o mundo e que podem ser de grande utilidade para o desenvolvimento da ECOLIGA. Descobriu-se, no entanto, que apenas quatro dos dez órgãos partícipes da ECOLIGA possuem PLS formalizado, ficando a investigação restrita a esse universo. Todo o conjunto de indicadores dos planos foi classificado de acordo com a estrutura da GRI, permitindo a visualização do estado atual de sua gestão. Em seguida, foram realizadas entrevistas não estruturadas com os representantes elaboradores dos PLS dessas instituições, a fim de refinar o entendimento sobre as causas da formulação dos planos. Identificou-se, assim, um caminho possível para a padronização dos PLS, com sugestões de melhoria para os atuais planos, de forma a permitir uma gestão mais eficaz e a melhor comunicação entre os órgãos partícipes da ECOLIGA, inclusive para aqueles que ainda não formularam seus próprios planos.

Palavras Chaves: Sustentabilidade, Plano de Logística Sustentável, indicadores, *Global Reporting Initiative*.

CAP. 01 - INTRODUÇÃO

A relação do homem com o meio ambiente ocorre desde o início da civilização, quando ele passou a retirar da natureza os recursos para garantir sua sobrevivência. Há décadas a literatura indica que, a partir da revolução industrial, a regra imposta pela competitividade dos negócios passou a ser a geração de lucros para propiciar o crescimento econômico. E, de fato, foi o que ocorreu: o sistema capitalista obteve sucesso, devido à efetiva fusão da ciência e tecnologia com a eficácia administrativa dos recursos. Entretanto, nesta nova condição não houve indagações em relação ao custo que isso representaria para o sistema social, dentre eles, a degradação de áreas urbanas e a poluição que provocou muitos danos ao meio ambiente e, mais tarde, resultou em tragédias ambientais.

A problemática ambiental enfrentada pela sociedade contemporânea é fruto do modelo de modernidade imposto pelo domínio da razão tecnológica sobre a natureza. De qualquer modo, essa crise ambiental vivenciada nos tempos atuais, decorre do esgotamento do padrão de desenvolvimento adotado pela sociedade moderna, baseado no consumismo desenfreado e acompanhado de elevada desigualdade social (Cruz, Novais, Andrade & Souza, 2018).

Neste contexto, a temática da sustentabilidade passa a fomentar a preocupação dos governos, população e organizações, e adota papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento. Assim, além das preocupações econômico-produtivas, as preocupações de caráter político social, também passam a integrar os controles organizacionais, principalmente as questões ecológicas que têm exigido uma nova postura das organizações em sua interação com o meio ambiente (Donaire, 1994).

Os governos, com seu poder indutivo e coercitivo, também vêm intervindo na resolução de conflitos ambientais. José Carlos Barbieri (1997) indica, como possíveis iniciativas governamentais: as políticas públicas voltadas ao comando e controle, como a fixação de normas e a fiscalização; as políticas de caráter econômico, tais como, incentivos fiscais e aplicação de multas; a intensificação de políticas voltadas à educação ambiental; a divulgação de boas práticas ambientais; e o delineamento de reservas ecológicas.

Na visão de Carmem Sílvia Sanches (2000), a intensificação da necessidade de controle ambiental nas organizações se tornou um fator de competitividade ou até mesmo de sobrevivência, exigindo nova postura na maneira de operar os negócios, num processo de renovação contínua. Essa necessidade tem impulsionado as organizações a adquirirem uma postura proativa em relação ao meio ambiente, de modo a incluir fatores ambientais em sua

política e estratégia organizacional e, por consequência, incorporar a gestão ambiental em seus sistemas convencionais, a fim de acompanhar o impacto ambiental gerado pelas suas atividades e buscar melhorias quando necessário.

Por conseguinte, a utilização de sustentabilidade auxilia na preparação e na constituição do sistema de participação geral dos envolvidos, pois reforça a necessidade de mensurar, entender e melhorar o processo organizacional, com planejamento, organização, direção e controle (PODC). “[...] Se você não mede algo, você não pode entender o processo. Se você não entende o processo, você não consegue aperfeiçoá-lo” (Peter Drucker, 2004).

Consequentemente, considera-se que os indicadores colaboram para a transparência do processo administrativo das instituições públicas, como declaram Kayano e Caldas:

A necessidade e importância dos indicadores justificam-se, dentre outros motivos, por aumentarem a transparência da gestão e facilitarem o diálogo entre os mais diversos grupos sociais organizados. Os indicadores são, por um lado, importantes ferramentas gerenciais de gestão para a administração pública; e por outro, um instrumento fundamental para a fiscalização, controle e acompanhamento da gestão pública por parte dos movimentos populares. Portanto, os indicadores são ferramentas importantes tanto para a burocracia estatal quanto para a sociedade civil. (Kayano e Caldas, 2002).

Há alguns anos as organizações têm sido levadas pela comunidade científica e pelas pressões sociais a terem uma atuação socialmente responsável. Devido a isso, as organizações começaram a se preocupar em realizar atividades socioambientais, bem como registrar essas práticas de modo que todos os interessados tivessem acesso. A importância dada ao registro das ações socioambientais traz às organizações a criação do conceito de balanço social e relatório de sustentabilidade, como instrumentos necessários ao fomento de ações de melhoria contínua dentro do tema. Contudo, ainda hoje permanece a dificuldade em saber o que reportar, bem como a dificuldade de comparação entre os relatórios de sustentabilidade pela falta de um padrão único de relatório.

Em razão dessa carência, visando amparar iniciativas que acarretam um adequado grau de evidenciamento das ações de sustentabilidade ambiental das organizações a *Global Reporting Initiative* (GRI) elaborou um estudo intitulado “Diretrizes para o relatório de sustentabilidade”, que baliza os padrões a serem seguidos pelas organizações por ocasião da elaboração de seus relatórios. Esse padrão tem evoluído e já se encontra na sua quinta geração.

Uma forma de tentar avaliar a importância da questão ambiental dentro dessas organizações é medir o nível de adequação de seus relatórios ambientais ao que dispõe a *Global Reporting Initiative*.

Este trabalho propõe analisar os relatórios de sustentabilidade de instituições públicas em relação ao alinhamento dos indicadores da versão “G4”, da GRI, compreendendo-se como as instituições públicas partícipes da ECOLIGA do estado de Rondônia utilizam os indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

A ECOLIGA de Rondônia é a união de diversas organizações públicas, por meio da formalização de um Acordo de Cooperação, cuja finalidade é de desenvolver ações conjuntas para o compartilhamento de práticas sustentáveis. Sua existência traz relevante contribuição aos demais órgãos públicos da região amazônica brasileira à medida em que coordena estudos e atividades úteis a cada um, que sem esse apoio, teriam a árdua tarefa de aprender sozinhos os caminhos para a promoção de práticas sustentáveis.

A ECOLIGA, ao fortalecer esses órgãos, permite a criação de modelos a serem utilizados por outras organizações públicas e até mesmo privadas, independentemente de sua adesão ao Acordo de Cooperação que a institui.

1.1. Problema

Ao se tornar referência para outras organizações, é necessário que a ECOLIGA estabeleça padrões que a representem, tanto para o planejamento de ações, quanto para sua gestão. E é a busca de um desses padrões que fomenta esta pesquisa. Nos estudos preliminares verificou-se a consistência do modelo de relatórios, indicadores e métricas propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) para a sustentabilidade de organizações públicas e privadas de todo o planeta. E é por observar as características desse modelo que a curiosidade da pesquisa se torna aguçada, trazendo à tona a seguinte pergunta de investigação: Qual a relação entre o conjunto de indicadores em sustentabilidade dos Planos de Logística Sustentável dos órgãos partícipes da ECOLIGA do Estado de Rondônia e os indicadores disseminados nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI)?

1.2. Objetivos

Para responder à questão problema, decorrente deste estudo, na sequência são apresentados os objetivos geral e específicos da Tese.

1.2.1. Objetivo Geral

Ao relacionar a lógica entre a gestão dos Planos de Logística Sustentável dos órgãos partícipes da ECOLIGA e o conjunto de indicadores e métricas propostos pela GRI, será possível cumprir o Objetivo Geral desta pesquisa que é: Identificar qual a relação entre os indicadores em sustentabilidade dos PLS dos órgãos da ECOLIGA e os indicadores da GRI.

1.2.2. Objetivos Específicos

Para a consecução do objetivo geral proposto, se faz necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os planos os Planos de Logística Sustentável (PLS) dos órgãos partícipes, da ECOLIGA do Estado de Rondônia;
- Comparar os PLS dos órgãos da ECOLIGA com o conjunto de indicadores e métricas de desempenho em sustentabilidade, disseminados nas diretrizes da GRI;
- Analisar se os referenciais normativos apoiam a formulação de boas práticas de sustentabilidade;
- Identificar os elementos passíveis de avaliação sustentável, tendo como base os princípios estabelecidos na legislação ambiental vigente e nas diretrizes da GRI.

1.3. Justificativa

Esta pesquisa torna-se relevante, uma vez que, dado o pouco tempo de constituição da ECOLIGA do Estado de Rondônia, contribui para o aprimoramento das informações dos profissionais executores da Gestão da sustentabilidade, pois, devido ao fato de a gestão sustentável nas instituições públicas ser uma questão em ascensão, os estudos específicos sobre a matéria ainda são escassos. Como consequência, os esforços para a realização deste trabalho possuem maior concentração na legislação que regulamenta a matéria e, também, nas diretrizes da GRI que, de acordo com Mariana Rocha Camargos (2012), Rogério João Lunkes e Fabrícia Silva da Rosa (2012) são altamente disseminadas e aceitas em todo o mundo e são consideradas padrão de referência em diversos setores da economia.

Considerando-se a importância do monitoramento e avaliação do desempenho em sustentabilidade como instrumentos essenciais para a gestão efetiva dos órgãos partícipes,

bem como a necessidade de dispor de indicadores para monitorar e avaliar a implementação de seus Planos Estratégicos, os resultados deste estudo poderão trazer os seguintes benefícios:

- Subsidiar o desenvolvimento de um modelo específico com diretrizes da GRI em nível internacional, visando o monitoramento e avaliação do desempenho sustentável para os órgãos partícipes da ECOLIGA, incluindo os respectivos indicadores e métricas de sustentabilidade econômica, ambiental e social;
- A experiência dos órgãos analisados poderá servir de base para aplicação em outros órgãos do estado de Rondônia;
- No âmbito federal e estadual, a aplicação do modelo de monitoramento e avaliação propiciará maior transparência e eficiência da gestão estratégica dos órgãos analisados, com melhorias significativas da comunicação com suas partes interessadas;
- Suporte institucional para que, futuramente, os órgãos da ECOLIGA obtenham certificações de sustentabilidade (como a *Leadership in Energy and Environmental Design* – LEED e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL);
- Incentivar a melhoria da qualidade dos serviços e a ampliação do atendimento à comunidade.

Dessa maneira, com esta pesquisa, espera-se oferecer uma contribuição aos debates sobre a vertente social da Administração, resultando na verificação do estágio de maturidade em que as instituições pesquisadas se encontram pela perspectiva da sustentabilidade e da cooperação entre si, proporcionando recursos para seu alinhamento com a abordagem social-empresarial e ética da Administração.

1.4. Viabilidade da pesquisa

A pesquisa é viável, pois os órgãos participantes da ECOLIGA demonstram interesse no estudo, haja vista que o Acordo de Cooperação, firmado entre os órgãos participantes, visa o compartilhamento e execução conjunta de práticas de política e gestão sustentável, bem como as ações de estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas, de forma a complementar as práticas desenvolvidas e a troca de experiências, com vistas a difundir boas práticas na administração pública e esta pesquisadora é membro de comissão de sustentabilidade de um dos órgãos partícipes. Tal condição proporciona maior facilidade e celeridade na busca das informações necessárias à realização da pesquisa.

Ademais, esta pesquisa não haverá dispêndio de recursos financeiros, mas apenas humanos e materiais que irão determinar os alcances da pesquisa.

1.5. Consequências da pesquisa

No contexto institucional no qual a pesquisa se insere, o que se pretende é proporcionar informação valiosa aos representantes das instituições partícipes, sendo eles presidentes dos núcleos socioambientais ou comissões de sustentabilidade e, posteriormente, os gestores desses órgãos, de forma que esses possam tomar decisões, visando à melhoria do desempenho sustentável das organizações e que eles possam se valer de sistemas de monitoramento e avaliação, tendo como subsídio os indicadores e métricas propostas neste estudo para tomar decisões relativas às estratégias de sustentabilidade que adotam.

Espera-se, ainda, oferecer aporte para uma compreensão mais ampla de como as instituições analisadas poderão estabelecer uma dinâmica de gestão necessária à sua sustentabilidade e à garantia da difusão da cidadania em todas as classes da população rondoniense.

CAP. 2 - MARCO TEÓRICO

2.1. Desenvolvimento sustentável

A partir da relevância global que recebeu as discussões a respeito do desenvolvimento sustentável, constata-se claramente a ação de organizações privadas, governamentais e não governamentais, da sociedade civil, dos próprios indivíduos e de outras instituições sociais em busca pela percepção de como torná-lo possível. Neste âmbito, seja por motivações incitadas ou espontâneas, sujeitas de desconfiâncias ou não, é notória a participação das organizações, que, paulatinamente, assumem posição central na busca de esforços direcionados a integrar soluções para os problemas sociais, ambientais e econômicos enfrentados pelo planeta.

Nos últimos três séculos o desenvolvimento tecnológico foi inigualável e em nenhuma outra fase da história ocorreram tantas descobertas. A Revolução Industrial, que teve seu início no século XVIII, rapidamente se propagou para outros recantos do mundo, impulsionou o crescimento econômico e abriu perspectivas de maior geração de riqueza. Todavia, tal crescimento acabou por resultar, também, em vários problemas socioambientais, tais como: alta concentração populacional nas cidades, devido à urbanização concentrada; consumo excessivo de recursos naturais; contaminação do ar, dos solos, das águas; desflorestamentos, entre outros (Dias, 2011).

Em vista dessas ocorrências, de acordo com Richard B. Primack e Efraim Rodrigues (2001), a lista de transformações naturais que estão diretamente relacionadas a atividades humanas é extensa, sendo que o próprio clima do planeta, por exemplo, pode ter sido modificado por uma combinação de poluição atmosférica e desmatamento. Nessa situação, percebe-se a necessidade inadiável de se buscar a harmonização do desenvolvimento socioeconômico, com a preservação e recuperação do ambiente natural e o desenvolvimento humano em sentido amplo, podendo-se denominar essa situação como “paradigma da sustentabilidade” (Dalcomuni, 2005).

Conforme John Bennett (1975), os problemas ambientais concernentes às grandes devastações de área florestais e matas virgens datam de 9.000 anos, com a domesticação de animais e o cultivo de plantas, dando origem à Transição Ecológica.

Bernd Marquardt (2006) traz a concepção da sustentabilidade nas sociedades desde, aproximadamente, o ano 1000, devido à enorme devastação das florestas da Europa Central

no século XII ao XIV. Naquela época, as sociedades não tinham uma visão global dos problemas ambientais, porém, já tinham a ideia de que, sem aqueles recursos, o padrão societário em que viviam não sobreviveria.

Na visão de Boff (2002), a compreensão da sustentabilidade possui uma pré-história de quase três séculos, decorrendo da compreensão da escassez de recursos naturais indispensáveis à vida. Para o autor, as potências coloniais e industriais europeias causaram enormes devastações nas florestas para alimentar com lenha a ínfima produção industrial e a construção de seus navios, com os quais transportavam mercadorias e submetiam militarmente grande parte dos povos da Terra. Pereira acautela que

a evolução histórica da humanidade demonstra com clareza as mudanças que surgem na relação entre homem e natureza. O homem sempre modificou o ambiente natural em que está inserido para assegurar a sua sobrevivência. Contudo, com o passar dos anos, essas modificações foram cada vez maiores (PEREIRA, 2009).

De acordo com Dalcomuni (2005), verifica-se, historicamente, um longo processo até o florescimento de um novo cenário diante dos problemas evidenciados. Até o fim da década de 1950, a economia mundial tinha, como foco técnico, a geração de emprego e renda. Havia uma enorme tolerância diante dos impactos ambientais causados pelas atividades industriais, haja vista que a degradação era considerada como um preço a se pagar pelo desenvolvimento.

Entretanto, durante a década de 1960, houve o advento do ambientalismo contemporâneo, a partir do movimento de contracultura norte-americano, em especial o movimento *hippie*, que rejeitava o modelo de sociedade e o padrão consumista em vigor. De forma gradativa, a conscientização ambiental adentrou-se no meio acadêmico e, em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, na Suécia, uma equipe do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) divulgou o relatório *Limites ao Crescimento*, segundo o qual, se o padrão e ritmo de crescimento econômico experimentado pelos Estados Unidos no período de 1920 a 1972 fossem difundidos para o restante do planeta, o crescimento econômico seria inviabilizado pela carência de recursos naturais utilizados como insumos e pela incapacidade do meio ambiente em absorver os impactos dos poluentes resultantes da produção (Dalcomuni, 2005). O documento, embora sendo criticado por muitos, conseguiu alcançar seu propósito,

influenciando não somente a opinião pública, mas, sobretudo, muitos governos e organizações internacionais (Dias, 2011).

A realização da Conferência de Estocolmo e a publicação do Relatório “Limites do Crescimento” colaboraram para que se instituíssem preocupações normativo-institucionais, tanto no âmbito da ONU, quanto nos Estados membros da organização, acarretando à criação de Ministérios, Agências e outras organizações governamentais com ações relativas ao meio ambiente. A Conferência da ONU em 1972 concebeu a Declaração sobre o Ambiente Humano e instituiu o Plano de Ação Mundial, com a finalidade de orientar melhor a preservação e a melhoria no ambiente, assim como resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (Dias, 2011).

Frente a essa nova realidade e na busca por soluções globais, no ano de 1980, a expressão “desenvolvimento sustentável” surgiu, pela primeira vez, no intitulado *World Conservation Strategy*, um documento elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), em parceria com a *World Wildlife Fund* (atualmente, *World Wide Fund for Nature* – WWF) e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (Tavares, 2007).

Por conseguinte, em 1983 foi constituída pela ONU a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), intitulada também por Comissão Brundtland, na ocasião presidida pela Primeira-Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, que teve, por finalidade, pesquisar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento, buscando propostas conciliadoras e viáveis (Dias, 2011).

A Comissão Brundtland publicou em 1988 o relatório *Nosso Futuro Comum*, oficializando o conceito de Desenvolvimento Sustentável pela primeira vez e estabelecendo o sentido mais usual do termo. Segundo a definição, o Desenvolvimento Sustentável é o que permite à geração presente satisfazer as suas necessidades, sem comprometer que as gerações futuras satisfaçam suas próprias necessidades (Brundtland *et al*, 1988). Dessa forma, percebe-se que tal conceito não tem preocupação apenas com os impactos ambientais das ações econômicas do presente, mas, sobretudo, com as consequências na sociedade no tocante à qualidade de vida e bem-estar futuro.

No ano de 1992, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, na cidade de Rio de Janeiro. A CNUMAD, mais conhecida como Rio-92, referência à cidade que a colheu, e também a “Cúpula da Terra”, por ter mediado acordos entre os Chefes de Estado presentes (MMA, 2013). A conferência originou cinco documentos: a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Declaração de Princípios para a gestão sustentável das florestas; a Convenção sobre a Biodiversidade Biológica; a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas; o programa das Nações Unidas para o século XXI, mais conhecido como Agenda 21 (Dias, 2011). Distinguia-se a publicação da Declaração do Rio, que instituiu vinte e sete princípios, visando construir uma nova e justa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos; e a Agenda 21, que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam colaborar no estudo de soluções para os problemas socioambientais, estabelecendo parâmetros para que se atinja o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental.

Posteriormente, no ano de 2012 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), também conhecida como “RIO + 20”, na cidade do Rio de Janeiro, a qual contou com a participação de chefes de estados. Teve, como propósito, a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, mediante a avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre a temática, além da abordagem de temas novos e emergentes (RIO20, 2014), tendo como dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (MMA, 2014). Simultaneamente, houve a realização da Cúpula dos Povos, um evento promovido pela sociedade civil de vários países, no intuito de discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo (MMA, 2014).

O quadro 01 apresenta o resumo dos principais acontecimentos históricos, relacionados à temática da sustentabilidade, a partir de 1972.

Quadro 01: Principais eventos sobre sustentabilidade no mundo.

Período	Evento	Ações/resultados
---------	--------	------------------

1972	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia.	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação do relatório <i>Limites ao Crescimento</i> que Instituiu preocupações normativo-institucionais; - Criação de Ministérios, Agências e outras organizações governamentais com ações relativas ao meio ambiente; - Declaração sobre o Ambiente Humano; - Instituição do Plano de Ação Mundial; - Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.
1980	Elaboração do documento <i>World Conservation Strategy</i>	- Surgiu, pela primeira vez, a expressão “desenvolvimento sustentável”.
1983	Formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), pela ONU.	- Pesquisar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento.
1988	Publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” pela Comissão Brundtland	- Oficialização do conceito de Desenvolvimento Sustentável, pela primeira vez.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), na cidade de Rio de Janeiro (Cúpula da Terra).	- Elaboração de cinco documentos: a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Declaração de Princípios para a gestão sustentável das florestas; a Convenção sobre a Biodiversidade Biológica; a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas; o programa das Nações Unidas para o século XXI (mais conhecido como Agenda 21).
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20), na cidade do Rio de Janeiro.	<ul style="list-style-type: none"> - Renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável; - Abordagem de temas novos como: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.
	Cúpula dos Povos, promovido pela sociedade civil de vários países	- Discussão das causas da crise socioambiental, para apresentar soluções e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo.

Fonte: literatura
Elaboração própria, 2018.

Na década de 1980, já inspirado pelo debate e tendências de desenvolvimento que incorporassem a questão ambiental e redirecionando sua postura frente à condução dos recursos naturais, o Governo Federal brasileiro buscou definir, no ano de 1981, a organização da gestão administrativa do meio ambiente no Brasil. Dessa forma, foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), que estabeleceu, entre outras, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente a seguir:

(...)

Art. 9º - São Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:
I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

- II - o zoneamento ambiental;
- III - a avaliação de impactos ambientais;
- IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

Em 1985, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, o atual Ministério do Meio Ambiente. No ano de 1986, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do Ministério do Meio Ambiente, editou a Resolução Conama nº 01/86 que estabeleceu critérios para a realização de Estudo de Impactos Ambientais e a elaboração dos seus respectivos relatórios de impacto sobre o meio ambiente para empreendimentos de grande porte, dispondo algumas definições em sua redação, como por exemplo, a de Impacto Ambiental:

(...)

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.

Posteriormente, já em concordância com conceito de Desenvolvimento Sustentável, de acordo com a publicação do Relatório Brundtland de 1987, no ano de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que tratou, pela primeira vez, a temática ambiental, instituindo o meio ambiente como direito fundamental. Dessa maneira, além de justificativas de leis ordinárias e outros mecanismos legais, tais como as resoluções e portarias, a própria Constituição Federal declarava a importância de um meio ambiente sadio, já compreendendo, em seu conteúdo, a ideia de Desenvolvimento Sustentável. O art. 225 da constituição declara:

(...)

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Além da abordagem legal e da introdução de critérios que demonstrassem preocupação com a eficiência, sob a perspectiva da sustentabilidade no processo produtivo, o mercado e as organizações passaram a considerar a questão do Desenvolvimento Sustentável

em harmonia com a Responsabilidade Social Corporativa, surgindo, como síntese desse processo, a chamada Responsabilidade Socioambiental que traz, em sua essência, a ideia de se relatar à sociedade os impactos e ações da instituição.

No ponto de vista de Hans Michael Van Bellen (2006) o desenvolvimento sustentável carece de uma nova forma de interação da sociedade com o meio ambiente, em que o pensamento de longo prazo esteja presente, numa perspectiva de observar o mundo sobre as desconformidades decorrentes do atual modelo de atividade humana.

2.2. Sustentabilidade

Os conceitos, as concepções e as ascensões sobre o pensar a sustentabilidade passam por múltiplos discursos e convicções da relação sociedade-natureza, compreendendo várias perspectivas. Falar das transformações ambientais ultrapassa a diversidade de pensamentos da humanidade, diante da complexidade da sustentabilidade são inúmeros os rumos epistemológicos na busca da compreensão para se pensar o desenvolvimento e o meio ambiente, pois ainda não existe um caminho pronto e acabado para a sustentabilidade, tendo em vista que essa deve ser constituída pelos sujeitos envolvidos e pela percepção do que seja sustentável para todos.

De acordo com John Hannigann (1997), na concepção social dos dilemas ambientais na Sociologia Ambiental, a construção é tratada como sendo derivada de muitos conflitos paradigmáticos, apresenta-se na condição de uma seqüência de acontecimentos com maior destaque a partir da década de 1970 (século XX), em que agências, organizações e instituições documentam os problemas sociais produzindo sentidos para teorizações dos mesmos.

Apesar de, em muitas situações, os termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” serem considerados sinônimos, Bellen (2006) os diferencia. Para o autor, o conceito de sustentabilidade, é proveniente de um longo processo histórico de amadurecimento da consciência humana diante do rápido desenvolvimento (em especial, o desenvolvimento tecnológico), em contraste com os recorrentes desastres ambientais.

Para Bellen a sustentabilidade pode ter seu conceito relacionado, inicialmente, a partir de cinco dimensões: sustentabilidade da perspectiva econômica, social, ambiental, geográfica e cultural. De acordo com o autor, esses aspectos mostram a diversidade e a complexidade do termo desenvolvimento sustentável e que, apesar da dificuldade que essas características

conferem ao estudo do desenvolvimento sustentável, a diversidade desse conceito deve servir não como obstáculo na procura de seu melhor entendimento, mas, sim como fator de motivação e também como criador de novas visões sobre ferramentas para descrever a sustentabilidade. Deduz-se que sustentabilidade consiste em um termo de longo prazo e de difícil alcance, ao passo que desenvolvimento sustentável é um processo variável de transformação que busca como objetivo a sustentabilidade.

Pela amplitude das discussões sobre sustentabilidade e pela frequência de seus debates no contexto organizacional, que resultaram em práticas e inovações no cenário organizacional, surgiu o pensamento da Gestão Ambiental como função relevante nas organizações.

2.3. Gestão ambiental

Influenciado pela fixação de regras legais, o mercado e a sociedade civil começaram a estipular normas para que as empresas e outros agentes se ajustassem à nova realidade. Ampliou-se, portanto, a percepção de que não há a viabilidade de atuação responsável se, internamente, os quadros organizacionais não estiverem convictos da importância da adoção de práticas ambientalmente corretas (Dias, 2011).

A gestão ambiental passou a integrar diversas iniciativas, tanto governamentais e sociais quanto empresariais, que procuram gerar diretrizes e formas de gestão mais apropriadas para garantir um futuro promissor para o planeta. Mari Elizabete Seiffert (2005) define a gestão ambiental como sendo um conceito que compreende as atividades de planejamento e organização do tratamento dos aspectos ambientais pela empresa, visando o alcance de metas ecológicas específicas.

Na visão de Sandra Simm Rohrich e João Carlos da Cunha (2004), a gestão ambiental é um conjunto de políticas e práticas administrativas e operacionais, que levam em consideração a saúde, a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente, por meio da eliminação ou redução dos impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos e atividades e demandam informações que subsidiem o processo decisório, traduzindo a realidade em objetos mensuráveis e conhecidos.

João Eduardo Prudêncio Tinoco e Maria Elisabeth Pereira Kraemer (2008) apontam que a gestão ambiental resulta em como a organização vai se organizar para atingir a qualidade pretendida sem agredir o meio ambiente. Nesta circunstância, o primeiro passo para a implementação de um sistema para gerenciamento ambiental, de acordo com Raquel Engelman, Rúbia Marcondes Guisso e Edi Madalena Fracasso (2009), é fazer uma avaliação da interação da organização com o meio ambiente, por meio de um inventário de ocorrências e das condições de funcionamento das atividades, abrangendo a análise da legislação relacionada. Na definição das ações, deve-se levar em consideração todas as atividades envolvidas, evidenciando seus respectivos impactos ambientais. Além disso, a implementação carece de mudança comportamental e gerencial na organização, devendo ser conduzida de modo participativo e integrado.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) deve compreender as seguintes áreas de atividades das organizações: elaboração de políticas (estratégias), auditoria de atividades, administração de mudanças, comunicação e aprendizagem dentro e fora da empresa (Jstie et al, 1995), pois “[...] a gestão ambiental, enfim, torna-se um importante instrumento gerencial para capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja o seu segmento econômico” (Tachizawa, 2002).

Face ao exposto, verifica-se que a gestão ambiental e divulgação dos relatórios de sustentabilidade, além de ampliar a credibilidade e confiabilidade transmitida aos *stakeholders*, contribui com as organizações na diminuição ou eliminação dos impactos negativos provocados ao meio ambiente e no atendimento à conformidade legal.

Tinoco (2010) afirma que é importante confiar a gestão ambiental a empresas com capacidade de inovação, visão estratégica e profissionalismo e que também tenham, em sua filosofia, o comprometimento com a sustentabilidade. Fornecedores qualificados proporcionam a conquista de atestados concedidos por entidades conceituadas e confiáveis como as certificações ISO 9001 e 14000. São conquistas que agregam valor à marca e asseguram o exercício das boas práticas em benefício do meio ambiente e da longevidade de empresas e comunidades envolvidas.

Na visão de Hjort, Pujarra e Moretto a gestão ambiental pública e privada possui diferenças em aplicações e conceitos, no entanto, ambas esbarram na necessidade de mudanças nas atitudes, padrões de comportamento e valores dos cidadãos. Para que ocorra um

avanço cultural e quebra de paradigmas, que repercutam no âmbito institucional, todos precisam estar envolvidos. É preciso, então, que ações voltadas para a Educação Ambiental, por meio de campanhas educativas que incluam a atuação ativa dos envolvidos, possa fazer com que a utilização de padrões ambientais corretos e de práticas sustentáveis façam parte do dia a dia de cada pessoa.

A adesão por parte de órgãos e entidades do setor público, sendo os primeiros a adotar a iniciativa de implantar um sistema de gestão ambiental e, também, a adesão do próprio servidor público são ações determinantes para que se garanta a perenidade e eficiência do programa. O engajamento transforma-se, então, em um dos aspectos mais importantes na construção de um sistema de gestão ambiental. Para isso são necessários gestores capacitados e proativos (Barbosa e Kravetz, 2013), tal como ações voltadas para mudanças culturais e quebra de paradigmas no tocante ao uso dos recursos naturais.

O grande obstáculo reside em como medir os resultados ou como empregar indicadores que possam auxiliar na mensuração ou na gestão da sustentabilidade. É, portanto, necessário que se estabeleça uma estrutura lógica de metas, as quais possam ser constantemente verificadas a partir de indicadores. A implementação de indicadores como instrumentos de gestão ambiental proporciona o correto monitoramento para as condições que não podem ser facilmente perceptíveis e, também, permite a comparação e o acompanhamento dos processos observados.

S.O. de Luz, M. Sellitto e Luciana Paulo Gomes (2006) acrescentam, com fundamento em outros autores, que existe pouca preocupação dos gestores em classificar aqueles indicadores mais apropriados ou acurados para uma mensuração ideal de desempenho ambiental perante os objetivos estratégicos e dos meios para atingí-los. Esta lacuna é ampliada pela pouca divulgação das condições internas das organizações em relação às suas ações de gestão ambiental, de seus efetivos impactos no meio ambiente e de suas ações para atenuá-los.

2.4. *Triple bottom line* (TBL)

Com o advento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, alguns consultores de negócios e acadêmicos concluíram que, para impactar as empresas e demais organizações, essa compreensão deveria ter relação com a linguagem dos negócios. Nesse caso, em

conformidade com Yara Consuelo Cintra (2011), confere-se à consultoria britânica *SustainAbility*, na figura de seu sócio e fundador, John Elkington, a criação do termo *triple bottom line* (TBL).

O conceito de *Triple Bottom Line* insinua que o sucesso de uma organização não pode ser mensurado apenas pelo lucro obtido no negócio, mas, também, pela probabilidade de associação do negócio com as dimensões econômicas, sociais e ambientais, ao qual organização está sujeita, como parte integrante e atuante de uma sociedade.

O *Triple Bottom Line*, de acordo com John Elkington, citado por Cavati (2014) possui três pilares – *People*, *Planet* e *Profits*. O termo foi estabelecido a partir de uma referência ao *bottom line* ou o resultado líquido da demonstração do resultado do exercício de uma empresa (Cintra, 2001). Vale enfatizar que *People*, *Planet* e *Profits* são, respectivamente, correlacionados às dimensões econômica, ambiental e social, sendo estes, no entanto, tripés da sustentabilidade transpostos para o contexto do ambiente corporativo.

A sustentabilidade econômica de uma organização anuncia que ela possui a capacidade de desempenhar suas atividades de maneira responsável com lucratividade considerável, sem a qual ela não se sustentaria (Dyllick & Hockerts, 2002). Esta sustentabilidade é elemento central do desenvolvimento sustentável, pois, alicerçado no lucro, são proporcionados empregos, por meio dos quais é propiciada à comunidade a perspectiva de alcançar melhores condições de vida (Azapagic, 2003). Compreende, dessa maneira, o desempenho organizacional econômico no longo prazo, assim como a forma pela qual organização opera e os impactos sobre o ambiente econômico em que atua (Bonn & Fischer, 2011).

A sustentabilidade ambiental indica conservação e ao manejo dos recursos naturais. É fundamental que a organização, considerando os impactos de suas operações e produtos sobre os sistemas naturais vivos e não vivos, empenhe-se em minimizar os efeitos negativos e aumentar os positivos, tanto em processos de entrada, quanto de saída (Krajnc & Glavic, 2005). A obrigação sobre o meio natural compreende mais do que responsabilidades legais ou iniciativas como reciclagem ou uso eficiente de recursos energéticos. Envolve, primeiramente, uma abordagem abrangente sobre as atividades organizacionais (Jamali, 2006).

A sustentabilidade social refere-se ao impacto provocado pelas organizações no sistema social em que operam, em níveis local, nacional e global. Relaciona-se ao respeito às condutas organizacionais em relação aos funcionários, fornecedores, comunidade e consumidores, além de impactos na sociedade em geral, para além de seus controles (Krajnc & Glavic, 2005). Em resumo, exprime a preocupação e ação das organizações em relação aos impactos sociais por elas causados nas comunidades humanas dentro e fora da organização, tais como o desemprego, a pobreza, a exclusão social, a diversidade organizacional, dentre outros. (Barbieri; Vasconcelos; Andreassi & Vasconcelos, 2010).

Fortalece-se a ideia de que as sustentabilidades social, ambiental e econômica devem convergir, de forma articulada, para a realização da sustentabilidade na organização e, posteriormente, de um desenvolvimento sustentável mais amplo (Hansmann et al., 2012). É possível concluir que uma visão equilibrada a respeito de como atuar e fazer uso dos recursos, oriundos dessas três esferas, é crucial para se garantir às gerações futuras uma sociedade economicamente promissora, conduzida por convicções de justiça e com melhores qualidades ambiental e de vida.

2.5. Envolvimento dos *Stakeholders*

Pereira *et al.* expressa, com base em outros autores quanto à necessidade de integração das decisões sociais, econômicas e ambientais, de forma que possam ser mensuradas por indicadores, possibilitando a compreensão adequada por parte de todos os *stakeholders*, contribuindo com a gestão da sustentabilidade organizacional.

No contexto ambiental, o termo *stakeholders*, corresponde aos indivíduos ou grupos que participam ativa ou passivamente nas ações da organização ou programa ambiental; além disso, se definem como aqueles que podem afetar ou serem afetados pela conquista dos objetivos da organização (Abreu, Castro & Lázaro, 2013). Desta maneira, no setor público os *stakeholders* dependem do programa e da política a ser implantada, enquanto no setor privado, participam ativa ou passivamente dos negócios da organização.

Em conformidade com Cintra (2011), a teoria dos *stakeholders* trata a empresa como envolvida numa complexa rede de relacionamentos, exigindo que aborde os organismos não somente como objetos gerenciáveis, mas como sujeitos com seus próprios objetivos e propósitos.

Para Tinoco (2001), a divulgação de informação na maneira como é realizada no Brasil não atende ao princípio básico de evidenciação da situação das organizações; elas apontam basicamente seus eventos operacionais, sem, contudo, revelar sua inserção na vida social, a forma como se relacionam com seus colaboradores, seus fornecedores, os clientes, o Governo, enfim os parceiros de suas atividades, seus *stakeholders*.

2.6. Responsabilidade Social

As abordagens sobre Responsabilidade Social começaram nos anos sessenta nos Estados Unidos da América com o repúdio à guerra do Vietnã, onde, conforme estudos (Tinoco, 2001), a população começou a boicotar produtos produzidos por empresas que apoiavam o conflito, reivindicando que as mesmas passassem a prestar contas de suas ações sociais, mediante relatórios. Com essas ocorrências, originaram várias consequências indesejáveis que intensificaram a consciência ecológica de certos segmentos sociais e despertaram o aparecimento de grupos de ativistas que se nomearam a combater a atuação ecologicamente irresponsável de certas empresas e ramos de negócios, tais como os madeireiros, os caçadores de baleias, a indústria de pele de animais, as empresas petrolíferas e organizações que trabalham com materiais radioativos, dentre outras.

De igual forma, no Brasil a temática ambiental e social relacionadas às empresas passaram a ser questionadas com veemência na década de oitenta, exigindo destas organizações e do próprio governo a efetivação de instrumentos que possibilitassem a exposição dessas informações ao público. Em seguida, entraram em curso inúmeras tentativas de aplicação do Balanço Social e da Responsabilidade Social à realidade brasileira.

Segundo Márcio Ivanor Zarpelon (2006) a Responsabilidade Social passou a ser um tema extensivamente debatido e reivindicado pela sociedade, e a partir dela, o Balanço Social passou a ter o propósito de evidenciar dados inerentes à gestão pessoal e às condições sociais e ambientais, como reação à cobrança que a sociedade vinha fazendo às empresas e as instituições públicas, no sentido de terem uma atitude responsável.

A Responsabilidade Social, conforme Ethos (2003), é o modo de gestão que se define pela relação ética e transparente da organização com os mais diversos públicos, e pelo estabelecimento de metas empresariais que podem impulsionar o desenvolvimento sustentável da sociedade, tendo em vista a preservação dos recursos ambientais e culturais para as

gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

De acordo com Dias (2011) as organizações possuem um impacto decisivo e reconhecido como pertencentes ao vínculo social, uma vez que agem diretamente com o desenvolvimento laboral, colaboram com a estruturação do consumo e são, conseqüentemente, responsáveis pelos impactos sociais ou ambientais que causam. Dessa maneira, a partir desta ótica, tem sido fundamental para as organizações a busca por práticas de gestão que estejam em concordância com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) que, segundo Patrícia Almeida Ashley, Renata Coutinho e Patrícia Amélia Tomei (2000), pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade ou com alguma comunidade específica, expresso por meio de atos que a afetem positivamente, agindo de forma proativa e coerente no tocante ao seu papel específico na sociedade e à sua prestação de contas para com esta.

Ademais, em uma perspectiva mais ampla e mais atual da RSC, as organizações e a sociedade compreendem que a responsabilidade deve ser dirigida, também, para o ambiente em que vivem, com a qualidade de vida e com o desenvolvimento, empregando-se uma nova postura que pode ser denominada como Responsabilidade Social Ambiental ou Socioambiental (RSA).

De acordo com Francisco Paulo de Melo Neto & César Froes (2011), pode-se entender a Responsabilidade Socioambiental com um compromisso permanente, por parte das organizações, na busca da adoção de postura e ações éticas que contribuam para o desenvolvimento econômico, em concordância com a qualidade de vida de seus parceiros internos e externos. Para alcançar esse compromisso, é indispensável, então, a compreensão de como as organizações podem influenciar o meio ambiente ou como o desempenho destas pode ser relatado à sociedade. Dessa maneira, a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade tem sido uma das ferramentas utilizadas com este intuito. A geração de relatórios pode contribuir no atendimento das demandas dos inúmeros agentes da economia e da sociedade, por uma transparência nas questões de responsabilidade da organização.

2.7. Contextualização dos órgãos públicos

No setor público, o governo tem papel fundamental na consolidação do Desenvolvimento Sustentável, por ser o responsável pela instituição das leis e normas que definem os critérios ambientais que devem ser cumpridos por todos os cidadãos. É imprescindível a promoção de atitude coerente, responsabilizando-se também por ajustar sua conduta ao princípio da sustentabilidade, transformando-se em exemplo de mudança dos padrões de consumo e de produção.

Nas últimas décadas a gestão pública brasileira passou por várias mudanças, buscando, especialmente, a ampliação da eficiência dos fatores de produção e da qualidade dos serviços oferecidos, com o propósito de promover a trajetória da gestão patrimonial e burocrática da administração pública para a gerencial (Barbieri, 2011).

No período atual, o maior desafio da sociedade organizada, das grandes empresas e de governos é o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Governos e organizações públicas e privadas tornam-se cada vez mais conscientes da inviabilidade de separar os aspectos relativos ao desenvolvimento econômico dos aspectos relativos ao meio ambiente.

Pereira (2008) afirma, com base em outros autores, que a questão da boa imagem ambiental para as grandes organizações, especialmente naqueles setores tradicionalmente de alto risco de acidentes ambientais, tem se tornado cada vez mais importante, além da colaboração para a redução de custos. Essa preocupação com a boa imagem na sociedade se torna ainda mais expressiva se considerarmos que, segundo Kaplan e Norton (2000), o valor contábil dos ativos tangíveis representa, atualmente, apenas cerca de dez por cento do valor de mercado das organizações. Dentro dos ativos tidos como intangíveis, a imagem da organização perante a sociedade é um dos componentes de maior peso.

O Estado, os órgãos públicos e os inúmeros organismos de fomento, tanto nacionais, quanto internacionais marcham em igual direção, na busca de soluções para frear, de alguma forma, a degradação ambiental que caminha rapidamente para o caos. Contudo, observa-se que estes esbaram nos interesses econômicos e de consumo.

O ponto está em um despertar da consciência ambiental quanto à necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Contudo, percebe-

se que o discurso é intensificado sobre a conveniência de agir no presente, sem a atenção devida para um olhar do futuro.

2.8. Gestão Ambiental no Setor Público

Na trilha das reformas realizadas na administração pública brasileira, inúmeros processos de modernização têm sido incorporados e modernizados, levando a importantes mudanças nas estruturas de governança da administração pública, com o propósito de que as demandas sociais por cidadania, serviços de qualidade e melhoria da eficiência sejam razoavelmente atendidas.

Entre as demandas atendidas pelas políticas públicas, vale salientar as exigências por uma postura mais efetiva com relação às questões referentes à sustentabilidade, assimiladas ou utilizadas pela administração pública, mediante à atuação de seus órgãos e demais organismos vinculados indiretamente.

Para Andrade et al, citado por Tinoco (2001) a proteção ambiental deslocou-se uma vez mais, deixando de ser função exclusiva de proteção para tornar-se também uma função de administração.

2.9. Sustentabilidade como estratégia

Para que as organizações possam encarar os desafios que traz a sustentabilidade, distintos pontos de vista e ações transformacionais são constantemente requisitados. Independentemente da perspectiva ou dos mecanismos adotados, a vinculação da sustentabilidade à estratégia organizacional tem se revelado um argumento comum. Um número significativo de pesquisadores tem se dedicado a estas questões (Porter & Kramer, 2006, Fowler & Hope, 2007; Hart & Dowell, 2011). O alinhamento à estratégia possibilita que a sustentabilidade seja considerada como parte integral do negócio e como uma prática presente no dia a dia da organização (Azapagic, 2003; Bonn & Fischer, 2011). Desse modo, assegura-se condições para que os discursos rasos, imprecisos ou incoerentes em relação à prática da sustentabilidade sejam superados.

Para as organizações com visão estratégica de longo prazo, a temática ambiental deixou de ser vista apenas como uma imposição legal e passou a ser encarada como importante variável dentro da competitividade organizacional, estando, em algumas

organizações, inserida nos mais altos níveis hierárquicos do planejamento estratégico. Donaire (1999) salienta que a excelência ambiental, quando não conquistada pode ser danosa e irreversível e, diversamente, quando atingida e bem explorada, é suscetível a se converter em oportunidades de novos ganhos e evoluções.

Tendo em vista que os indicadores são orientações para uma avaliação sistêmica, compreendendo o processo de escolha, de interpretação e de definição sobre a maneira mais adequada para a comunicação dos resultados, Dayane Beatrice Pereira (2008) afirma que esta definição remete ao que preconiza o sistema *Balanced Scorecard*, desenvolvido por Robert Kaplan e David Norton (2000), que considera que os indicadores estratégicos que irão inspecionar o desempenho da instituição em todo seu processo de gestão (planejamento, execução e controle), deverão ser estabelecidos na etapa do planejamento estratégico.

O oitavo capítulo da Agenda 21 (CNUMAD, 1996) salienta a necessidade de integração da sustentabilidade ao planejamento estratégico e à tomada de decisão, sugerindo o acompanhamento das ações por meio de indicadores, para que se possam conduzir progressos ou retrocessos, empregando tais informações na retroalimentação dos processos, buscando a melhoria contínua. As organizações, constantemente, carecem de ferramentas que colaborem na formação de estratégias de sustentabilidade.

Em seu exame sobre as nações, Porter (1989) declara que, devido às exigências do governo e do acaso sobre os determinantes da vantagem competitiva nacional, as nações devem se anteceder às demandas do mercado para se manter em posição de evidência. Esse entendimento pode ser reproduzido para a realidade organizacional, em que as instituições devem se antecipar às necessidades do mercado que estão voltadas à progressiva imposição da sociedade para uma indústria apoiada em ações sustentáveis. Desse modo, Porter (1995) revela que o principal desafio para o alcance de vantagem competitiva é mediante o mapeamento de ações sustentáveis que sejam convergidas à agregação de valor para toda a cadeia em que a organização está inserida. No fragmento abaixo evidenciado de uma entrevista realizada com Michael Porter pode ser observada a relevância da sustentabilidade como uma forma de vantagem competitiva:

As empresas estão perdendo dinheiro porque ainda não aprenderam a enxergar a responsabilidade corporativa como algo estratégico (...) quebrar essa barreira será crucial para a sobrevivência das companhias no futuro (Porter, 2010).

Ainda na concepção de Porter, a liderança empresarial em política ambiental está estreitamente ligada à vantagem competitiva e as empresas que apresentam melhor desempenho econômico são, geralmente, as que mais se preocupam com a ecologia e o meio ambiente.

2.10. Agenda 21 e A3P

Na condição de responsável em colaborar no enfrentamento dos temas ambientais, a Administração Pública tem buscado estratégias que reexaminem os atuais padrões de produção e consumo. Para isso, tem editado regulamentos, alavancado programas e projetos, fomentando a adoção de uma política de Responsabilidade Socioambiental no setor público, de forma que suas ações sejam socialmente responsáveis.

Neste contexto, foi publicada a 2ª Edição da Agenda 21 brasileira (MMA, s.f.) que é um forte instrumento que permite definir e implementar políticas públicas, com base em um planejamento participativo, voltado para as prioridades do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 (MMA, s.f.) pode ser conceituada como um instrumento de planejamento para a formação de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que combina métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Como definido no Capítulo 1 da Agenda 21 (MMA, s.f.), cabe aos governos o êxito na execução da Agenda 21, sendo cruciais as estratégias, planos, políticas e processos governamentais. Todavia, a ampla participação do público e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e demais grupos organizados, deve ser estimulada.

A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma ampla consulta à população brasileira. Foi gerido pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), elaborado a partir das diretrizes da Agenda 21 Global e entregue à sociedade em 2002.

A Agenda 21 Brasileira (MMA, s.f.) é uma proposta realista e factível de desenvolvimento sustentável, desde que se levem em consideração as restrições econômicas, político-institucionais e culturais que limitam sua implementação. Para que essas propostas estratégicas possam ser realizadas com maior eficácia e velocidade será indispensável que:

- O nível de consciência ambiental e de educação para a sustentabilidade avance;
- O conjunto do empresariado se posicione de forma proativa quanto às suas responsabilidades sociais e ambientais;
- A sociedade seja mais participativa e que tome maior número de iniciativas próprias em favor da sustentabilidade;
- A estrutura do sistema político nacional apresente maior grau de abertura para as políticas de redução das desigualdades e de eliminação da pobreza absoluta;
- O sistema de planejamento governamental disponha de recursos humanos qualificados, com capacidade gerencial, distribuídos de modo adequado nas diversas instituições públicas responsáveis;
- As fontes possíveis de recursos financeiros sejam identificadas em favor de programas inovadores estruturantes e de alta visibilidade.

Já a Agenda 21 Local é o processo de planejamento interativo de um determinado território que abrange a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Formado por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais, mediante projetos e ações de curto, médio e longo prazos.

Em 1999, o Ministério do Meio Ambiente criou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), oficializada pela Portaria N° 510/2002. A A3P é um programa governamental, no qual órgãos públicos se comprometem em promover o desenvolvimento sustentável em suas atividades. Tem como principal objetivo aumentar a eficiência da gestão e incorporar critérios de gestão socioambiental nas atividades públicas (MMA, s.f.). Deste modo, visa instaurar uma nova cultura no processo administrativo público, na qual promove a sensibilização dos servidores públicos para a otimização dos recursos, combate ao desperdício e busca de uma melhor qualidade no ambiente de trabalho (Barata, Kligerman & Minayo-Gomez, 2007, Fernandes, Malheiros, Phillipi & Sampaio, 2012).

A3P tem como alicerce as recomendações do Capítulo IV da Agenda 21 que indica aos países a instauração de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo, e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de fomento a mudanças desses padrões. Ademais, também possui, como parâmetro, o Princípio 8 da

Declaração do Rio, que anuncia que os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo, impulsionando políticas demográficas adequadas e, também, na Declaração de Johannesburg, que determina a adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável (MMA, s.f.).

O programa A3P foi elaborado para aplicabilidade no setor público, independente da esfera (federal, estadual e municipal). Contudo, a adesão ao programa é voluntária.

O fundamento para esta escolha das diretrizes da A3P está pautado nos seguintes fatores:

- No ano de 2002, a A3P foi premiada pela UNESCO como “O melhor dos exemplos” na categoria meio ambiente. O órgão da ONU reconheceu a relevância do trabalho da A3P e os resultados positivos com a sua implantação;
- A A3P foi incluída no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal 2016/2019, tornando-a um referencial de sustentabilidade na administração pública;
- A A3P foi apontada na IN nº 10 como um dos programas governamentais a serem observados na elaboração do PLS.

No ano de 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio ambiente, a A3P passou a ser uma das principais ações para proposta e introdução de um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas na gestão pública e privada.

Para a concreta efetivação dessa agenda, o Ministério do Meio Ambiente auxilia tecnicamente as instituições interessadas em desenvolver a A3P, sugerindo, aos parceiros interessados, a sua institucionalização por meio da assinatura do Termo de Adesão e o seu cadastro na Rede A3P. O Termo de Adesão é o instrumento de compromisso para implantação da A3P nas instituições públicas, celebrado entre os interessados e o MMA, com objetivo de unir esforços para aprimorar os projetos destinados ao desenvolvimento da A3P na administração pública. A Rede A3P é um canal de comunicação que tem, por finalidade, o intercâmbio técnico-científico, divulgando as informações relativas à agenda, sistematizando dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições. Dessa forma, colabora-se para fomentar a criação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos diversos programas de formação que conduzem à mudança organizacional, mediante a troca de experiências.

A3P também busca monitorar e avaliar os projetos desenvolvidos pelas instituições públicas. Desde 2012, no intuito de aperfeiçoar os resultados, a equipe do Ministério do Meio Ambiente, responsável pela A3P, passou a efetuar monitoramentos específicos em relação aos temas constantes dos Eixos Temáticos, sendo estes, em específico, o tema Gestão de Resíduos Sólidos e as Licitações Sustentáveis. O monitoramento temático é efetuado com base em um questionário próprio; as informações são agrupadas e um *ranking* é elaborado, mediante a uma gradação de nota aferida em cada categoria. O *ranking* dos que participam desse monitoramento é remetido para os participantes, de modo a subsidiá-los sobre a implantação de suas ações em cada eixo.

Esse acompanhamento dar-se à mediante indicadores quantitativos e qualitativos, que possibilitem subsidiar a elaboração de uma série histórica de consumo, possibilitando que metas sejam projetadas para o uso racional dos recursos. Os indicadores têm base nos seguintes eixos temáticos: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Compras públicas sustentáveis e Construções sustentáveis (MMA, s.f.).

Considerando-se os avanços que a A3P proporciona, inúmeros mecanismos legais para o abrigo da gestão ambiental na administração pública foram constituídos, no intuito de que as ações sejam subsidiadas de forma mais completa. Como exemplo dessas novas normatizações legais, no ano de 2006, foi editado, pela presidência da república, o Decreto nº 5.940/2006, que estabeleceu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2014).

Outro exemplo significativo de aparato legal criado foi a Lei nº 12.349/2010, que alterou a o Art. 3º Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), incluindo a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das licitações. A nova redação do artigo dispõe:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao

instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Além de licitações de cunho sustentável, outras leis e regulamentos foram concebidas na esteira da agenda da sustentabilidade na administração pública, a saber (BRASIL, 2014): Lei 12.187/2009 – Política Nacional de Mudanças Climáticas; Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei 12.462/2011 – Regime Diferenciado de Contratações Públicas; a recomendação CONAMA Nº 12/2011, que aponta aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) a adoção de normas e padrões de sustentabilidade; o Decreto nº 7.746/2012, que estabelece a adoção de iniciativas, concernentes à matéria da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais, bem como suas vinculadas.

Sobre este aspecto, salienta-se que, de acordo com Ministério do Meio Ambiente, a administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. As licitações devem levar em consideração a aquisição de produtos e serviços sustentáveis. As compras públicas sustentáveis devem priorizar critérios ambientais e não somente os econômicos e de menor preço. Por exemplo, a aquisição de impressoras que imprimam frente e verso e a compra de papel reciclado (MMA, 2014).

A administração pública tem a responsabilidade de contribuir no enfrentamento das questões ambientais, buscando estratégias inovadoras que repensem os atuais padrões de produção e consumo e os objetivos econômicos, inserindo componentes sociais e ambientais. Diante dessa necessidade, as instituições públicas têm sido motivadas a implementar iniciativas específicas e a elaborar programas e projetos que promovam a discussão sobre o desenvolvimento e a adoção de uma política de responsabilidade socioambiental do setor público (MMA, 2014).

Os procedimentos legais e as iniciativas por parte da Administração Pública revelam como a sustentabilidade é uma realidade, mesmo que os projetos não se desenvolvam de forma ágil ou não seduzam os responsáveis pela gestão pública. De forma geral, pode-se considerar que a gestão ambiental na Administração Pública, ainda que incorpore os fundamentos do desenvolvimento sustentável e a noção de aferição com o uso de indicadores, ainda precisa de formas de se relatar para a sociedade como se dão os impactos que as suas atividades realizam.

Em decorrência dos apontamentos constantes do Acórdão 1.752/2011-TCU-Plenário, foi promulgado o Decreto 7.746/2012, que pode ser citado como um marco da

sustentabilidade na administração pública (TCU, 2017). Por força do Decreto, foi editada Instrução Normativa Nº 10 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS.

De acordo com o artigo 3º da Instrução Normativa – IN nº 10/2012/SLTI, os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitem ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Entre as principais inovações trazidas pelo citado Decreto, destacam-se: institucionalização das aquisições e contratações públicas sustentáveis na Lei de Licitações e Contratos (art. 3º da Lei 8.666/1993); exigência do planejamento sustentável, por meio da figura dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS e criação de comissão consultiva com representantes de oito ministérios, a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na administração pública (CISAP). O CISAP tem por objetivo principal propor a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da administração pública federal, objetivando o desenvolvimento nacional sustentável.

A Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também editada por força do Decreto 7.746/2012, estabeleceu regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável e determinou aos órgãos do Poder Judiciário, a implantação do PLS, considerando, dentre outros dispositivos, os modelos de boas práticas de gestão sustentável do Poder Executivo, constantes na IN nº 10/2012/SLTI.

A evolução normativa vivenciada desde 2010 na aplicação da sustentabilidade na administração pública, com ênfase na evolução ocorrida após o Acórdão 1.752/2011, é apresentada na figura 01.

Figura 01: Linha do tempo dos regulamentos envolvidos com a temática da sustentabilidade, a partir do ano de 2010.



Fonte: auditoria realizada pelo TCU sobre sustentabilidade na administração pública federal.

Comparativamente aos outros programas propostos, a Agenda A3P se destaca por sua abrangência, pois abarca todos os temas mínimos exigidos na elaboração do PLS, contidos na IN nº 10/2012/SLTI e Resolução nº 201/2015, conforme ilustrado no Quadro 02.

Quadro 02: Eixos da Agenda A3P e temas mínimos do PLS, de acordo com a IN nº 10/2012/SLTI e Resolução nº 201/2015/CNJ.

EIXOS TEMÁTICOS DA A3P		TEMAS MÍNIMOS DO PLS - IN Nº 10/2012/SLTI	TEMAS MÍNIMOS DO PLS - RES. 201/2015/CNJ
1	Uso racional de recursos naturais e bens públicos	(1) Material de consumo;	(1) Uso eficiente de insumos e materiais;
2	Gestão adequada de resíduos gerados	(1) Energia elétrica;	(1) Energia elétrica;
3	Qualidade de vida no ambiente de trabalho	(1) Água e esgoto;	(1) Água e esgoto;
4	Sensibilização e capacitação	(2) Coleta seletiva	(2) Gestão de Resíduos;
5	Compras Sustentáveis	(3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho;	(3) Qualidade de vida;
6	Construções Sustentáveis	(5/6) Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;	(4) Sensibilização e capacitação socioambiental;
		(1) Deslocamento de pessoal.	(5/6) Contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
			(1) deslocamento de pessoal, bens e materiais.

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Agenda A3P, IN nº 10/2012/SLTI e Resolução 201/2015/CNJ.

Verifica-se que, a partir do cruzamento entre os dispositivos retratados, não há um alinhamento total entre os temas mínimos de cada eixo contido na A3P; o eixo *Sensibilização e capacitação* não foi contemplado na IN nº 10/2012/SLTI. Nessa linha, percebe-se que essa desarmonia entre os dispositivos legais pode ocasionar a inércia do gestor público quanto à execução das ações delegadas.

O uso de indicadores empregados na A3P, por mais que seja uma importante iniciativa para que a Administração Pública Federal exerça a atribuição de identificar e relatar os impactos das organizações compreendidas pela Agenda, não se faz por absoluta à medida que outras formas de relatar esses impactos sejam mais efetivas. No setor privado os Relatórios de Sustentabilidade se firmaram como vanguarda da maneira de relatar os impactos efetivados pelas organizações.

2.11. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Outro instrumento de planejamento para no contexto da sustentabilidade é a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Refere-se ao fruto de uma reunião, ocorrida em 2015, em que líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York e estabeleceram um plano de ação, contendo um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o propósito de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. De acordo com a plataforma Agenda 2030 (2018), os ODS constituem uma ambiciosa lista de tarefas para todas pessoas em todas partes a serem cumpridas até 2030. O plano indica objetivos e metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países acolham, em conformidade com suas próprias prioridades e operem no espírito de uma parceria global que direciona as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, hoje e no futuro.

A Agenda 2030 constitui-se em uma Declaração, em um quadro de resultados, sendo 17 ODS e 169 metas, em uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, e ainda de um roteiro para acompanhamento e revisão. Os 17 Objetivos são integrados e inseparáveis, mesclando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem realizadas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos cidadãos. Nos próximos anos de implementação da

Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas de grande importância para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

2.12. Implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) nos órgãos públicos

Além dos diversos programas que visam estimular a prática de ações socioambientais, no ano de 2012 o governo federal determinou, por meio do Decreto nº 7.746 (Brasil, 2012), que os órgãos da administração pública federal direta, autárquica, fundacional e empresas estatais dependentes elaborem e implementem o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Trata-se de uma ferramenta de planejamento e gestão, que visa induzir os órgãos ou instituições públicas a estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos nas atividades desenvolvidas.

O PLS é uma ferramenta de gestão para gerir o fluxo de materiais, serviços e informações, que abrange o ciclo, desde a aquisição até o descarte ou desfazimento dos produtos/serviços, levando em conta aspectos relativos à proteção ambiental, à justiça social e ao desenvolvimento econômico e a IN n. 10 (Brasil, 2012) que define as regras para elaboração do PLS nos órgãos públicos federais, determina a metodologia de implementação como um dos conteúdos mínimos a compor o PLS.

Para a *International Council for Local Environmental Initiatives* - ICLEI (2013), o PLS é uma ferramenta que vai ao encontro das necessidades atuais de revisão dos padrões de produção e consumo para modelos mais sustentáveis, pois colabora com o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos nos órgãos públicos, além de estimular a inovação, transparência e acesso à informação.

De acordo com Débora Evangelista Reis Oliveira (2015) a sustentabilidade almejada no PLS constitui-se em um processo evolutivo de aprimoramento, que se inicia por ações básicas e, aos poucos, aumenta seu escopo de influência, na qual deve ser continuamente avaliado. Na sua elaboração foram adotadas as seguintes medidas de referências:

- I – Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP;
- II – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - SPE/MME;

III – Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, coordenada pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SAIC/MMA;

IV – Coleta Seletiva Solidária, desenvolvida no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SE/MDS;

V – Projeto Esplanada Sustentável – PES, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SOF/MP, em articulação com o MMA, MME e MDS;

VI – Contratações Públicas Sustentáveis - CPS, coordenadas pelo órgão central do Sistema de Serviços Gerais – SISG, na forma da Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MP.

Neste aspecto, segundo Oliveira (2015), o PLS é uma ferramenta estratégica, adotada pela instituição na busca do comprometimento com as questões socioambientais, na qual, de forma co-participativa e co-responsável, os sujeitos possam pensar, refletir e sugerir melhorias.

Como primeiro passo para sua elaboração do PLS, a IN n. 10 recomenda que cada órgão deve constituir uma Comissão Gestora, composta por no mínimo três servidores, com a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar semestralmente os resultados alcançados e revisar o PLS. Na elaboração do PLS, algumas regras devem ser observadas, conforme apresentado no Quadro 03:

Quadro 03: regras para elaboração do PLS

PLS	Descrição da Composição
Conteúdo mínimo (Art. 5º)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atualização do inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição; 2. Práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços; 3. Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; 4. Ações de divulgação, conscientização e capacitação.
Temas mínimos a serem abrangidos (Art. 8ª)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Material de consumo (no mínimo papel e cartuchos para impressão, e copos descartáveis); 2. Energia elétrica; 3. Água e esgoto; 4. Coleta seletiva; 5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho; 6. Compras e contratações sustentáveis (pelo menos obras, equipamentos, serviços de vigilância, limpeza, telefonia, processamento de dados, apoio administrativo e manutenção predial); 7. Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e emissões de substâncias poluentes.
Tópicos para os planos de ação (Art. 9º)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Objetivo do plano de ação; 2. Detalhamento de implementação das ações; 3. Unidades e áreas envolvidas na implementação da ação e os respectivos responsáveis; 4. Cronograma de implementação de cada ação; 5. Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários à implementação e ação.
Indicadores (Art. 9º; §2º)	<p>Devem conter</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nome; 2. Fórmula de cálculo; 3. Fonte de dados; 4. Metodologia de apuração; 5. Periodicidade de apuração.

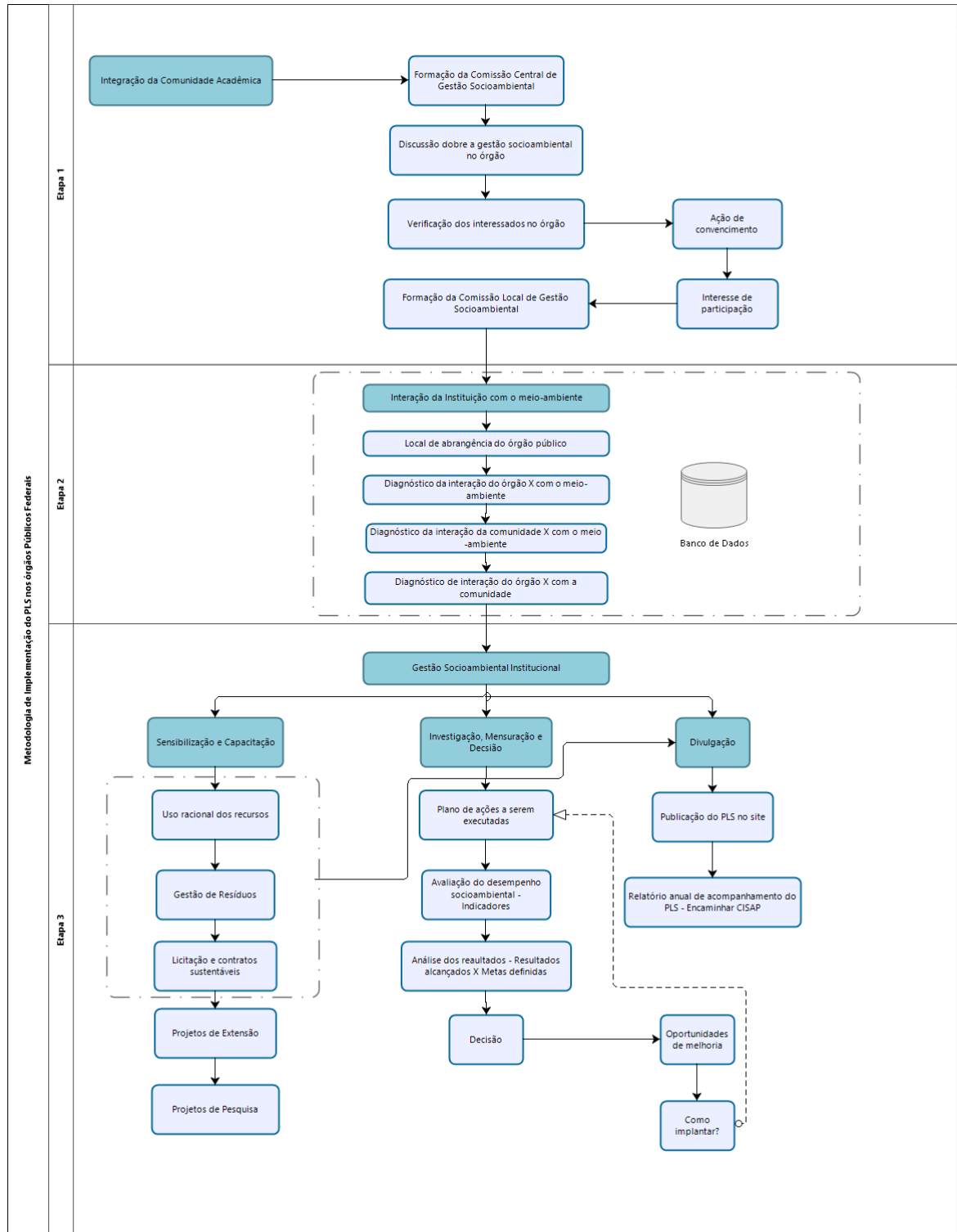
Fonte: IN nº 10/SLTI, 2012

Elaboração própria, 2018

Para Lilian Campagnin Luiz (2014), dentre os elementos que constituem o PLS está o Plano de Ações Socioambientais, os Indicadores para mensurar o desempenho socioambiental institucional e o Relatório de Acompanhamento do PLS, ambos construídos em observância aos seis eixos temáticos da A3P, com sugestão de ações e indicadores concernentes a cada eixo. Além disso, inclui sugestão de ações e indicadores genéricos que são adequados a todos os eixos temáticos da A3P. E é com base na política dos 5 Rs: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais significantes, que foram estabelecidos seis eixos temáticos prioritários para orientar as ações na A3P (MMA, s.f.).

Como metodologia de implementação do PLS nos Órgãos Públicos, conforme proposto por Luiz (2014), num primeiro momento, são formadas as comissões que vão coordenar a implementação do PLS no órgão. Na sequência é elaborado um diagnóstico para levantar as características sociais e ambientais da região, as atividades realizadas pelo órgão e os impactos que estas atividades provocam ao meio ambiente. E, por fim, na terceira etapa, segue-se com a sensibilização e capacitação dos servidores, estagiários, contratados e terceirizados; a definição das ações socioambientais a serem executadas, a avaliação do desempenho socioambiental, a análise dos resultados e a tomada de decisões; e encerra com a construção do relatório de acompanhamento do PLS e publicidade dos dados. O detalhamento de cada etapa da implementação do PLS nos órgãos públicos, é demonstrado na Figura 02.

Figura 02: Metodologia de implementação dos PLS nos Órgãos Públicos Federais



Fonte: Luiz, 2014
Elaboracao própria, 2018

Um dos fatores positivos do PLS é a utilização de indicadores. Bellen (2006) salienta que o processo de gestão precisa de mensuração, e as medições são imprescindíveis para a

operacionalização do desenvolvimento sustentável. Para o autor, a mensuração colabora na obtenção ou aproximação das metas definidas por uma organização, na seleção entre alternativas políticas, na correção de desvios, além de proporcionar uma base empírica e quantitativa de avaliação do desempenho organizacional, possibilitando comparações no tempo e espaço, propiciando oportunidades para descobrir novas correlações.

Diante da relevância dos indicadores de sustentabilidade no processo de avaliação do desenvolvimento sustentável, a pesquisa tem continuidade com uma breve exposição sobre os indicadores de sustentabilidade.

2.13. Indicadores de sustentabilidade

Com a intenção de tornar a sustentabilidade uma realidade nas organizações, modelos de diretrizes de gestão surgiram para o aprimoramento das práticas que buscam a sustentabilidade nas organizações. Como efeito da adoção dessas diretrizes de gestão, houve a necessidade das organizações mensurarem e reunirem informações sobre seus desempenhos e investimentos socioambientais, além de constituírem meios de comunicação para seus *stakeholders*, mediante indicadores de sustentabilidade e, ainda, por intermédio de documentos elaborados, incluindo informações sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais denominados, constantemente, de relatório socioambiental, relatório social corporativo ou relatório de sustentabilidade (Calixto, 2011). Mensuração que só é possível com o uso consistente de indicadores.

Os estudos com indicadores de sustentabilidade são realizados a partir de dados cujas interpretações produzem informações que conduzem a parâmetros predeterminados. É indispensável a seleção criteriosa das fontes empregadas na coleta de dados, para que as informações sejam legitimadas pela comunidade científica. As interpretações devem ser profundamente precisas para que, alicerçadas nas informações, haja um bom planejamento e uma boa gestão em diferentes setores de uma instituição.

A expressão *indicador*, segundo José de Castro Meira (2008), deriva do latim *indicare*, verbo que significa apontar. Em português, indicador significa “o que indica”, torna patente, revela, propõe, sugere, expõe, menciona, aconselha, lembra. Os indicadores são sinais transformados em informações relevantes que podem fornecer, por conseguinte, a dimensão das atividades desempenhadas, possibilitando uma visão do futuro, relacionada aos objetivos

e metas, simplificando as informações sobre fenômenos complexos para aperfeiçoar o processo de comunicação e transmissão destas para o público. Dessa forma, um indicador é uma medida que expressa informações significativas de um fenômeno particular ou um substituto dessa medida (Bellen, 2006). Na visão de Bellen, a finalidade dos indicadores é agrupar e quantificar informações, de maneira que sua significância fique mais evidente.

A preocupação com o emprego de indicadores é manifestada por diversos setores, tais como: governo, organizações privadas, ONGs, Universidades e institutos de pesquisa, existindo uma extensa bibliografia sobre o tema (Tomasoni, 2006).

Os indicadores podem comunicar ou informar sobre a evolução rumo a uma determinada meta, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, mas, além disso, podem ser compreendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno que não seja imediatamente detectável (Bellen, 2006).

De acordo com Tinoco & Kraemer (2011), os indicadores de sustentabilidade estão estreitamente associados aos métodos de produção e de consumo, transmitindo a intensidade de emissões de poluentes ou de utilização de recursos, além de suas tendências e evoluções em um determinado intervalo de tempo. Segundo os autores, servem também para demonstrar os progressos realizados, pretendendo dissociar as atividades econômicas das pressões ambientais correspondentes.

Segundo a *Global Reporting Initiative* - GRI (2015b), o indicador é uma informação qualitativa ou quantitativa sobre resultados ou consequências associadas à organização, comparável e que pode ser monitorada ao longo do tempo e são importantes para a percepção do significado operacional do conceito de desenvolvimento sustentável, atuando como ferramenta didática (Bellen, 2006).

Os indicadores fornecem informações sobre o desempenho ou impactos econômicos, ambientais e sociais da organização relacionados aos seus Aspectos materiais. Por sua vez, aspectos materiais, à luz da GRI, são aqueles que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou influenciam, consideravelmente, as avaliações e decisões de *stakeholders*. Para definir se um Aspecto é relevante, são necessárias avaliações qualitativas e quantitativas e discussões. Esse enfoque na “materialidade” tornará os relatórios mais relevantes, confiáveis e compreensíveis, possibilitando que as organizações

ofertem melhores informações a mercados e à sociedade sobre questões pertinentes à sustentabilidade (GRI, 2015b).

Para Lucila Maria de Souza Campos e Daiane Aparecida de Melo (2008) os indicadores são cruciais para inspecionar os processos quanto ao alcance ou não de uma meta ou padrão de desempenho estipulado, uma vez que, com o acompanhamento dos dados, é possível constatar os desvios de rota e as possíveis causas para, então, sugerir ações de melhoria nos processos.

Os estudos com indicadores de sustentabilidade podem fornecer contribuições às instituições sobre a importância do tema, propiciando a divulgação de informações sobre os aspectos relacionados com as políticas públicas socioambientais nas organizações brasileiras, impactando de forma positiva sobre toda a sociedade, pois:

Indicadores, quando criados com a finalidade de avaliar desempenho e legitimar políticas públicas, são importantes instrumentos para disponibilizar informações básicas para a construção de diagnósticos sobre a realidade social, e, portanto, são criados não apenas para avaliar, mas antes, para subsidiar e amparar o desenho de determinadas políticas e programas públicos (Kayano & Caldas, 2002).

Para qualificar como eficientes os indicadores de sustentabilidade, na perspectiva de Donella H. Meadows, citada por Bellen (2006), os mesmos devem possuir as características contidas no Quadro 04.

Quadro 04: Características dos indicadores de sustentabilidade

- Devem ser claros nos valores, não são desejáveis incertezas nas direções que são consideradas corretas ou incorretas;
- Devem ser claros em seu conteúdo, devem ser entendíveis, com unidades que façam sentido;
- Devem ser suficientemente elaboradas para impulsionar a ação política;
- Devem ser relevantes politicamente, para todos os atores sociais, mesmo para aqueles menos poderosos;
- Devem ser factíveis, isto é, mensuráveis dentro de um custo razoável.
- Devem ser suficientes, ou seja, deve-se achar um meio-termo entre o excesso de informações e as informações insuficientes, para que se forneça um quadro adequado da situação;
- Deve ser possível a sua compilação, sem necessidade excessiva de tempo;
- Devem estar situados dentro de uma escala apropriada, nem super nem subagregados;
- Devem ser democráticos. As pessoas devem ter acesso à seleção e às informações resultantes da

aplicação da ferramenta;

- Devem ser suplementares. Incluir elementos que as pessoas, os atores, possam mensurar, além da compilação e divulgação dos resultados;
- Devem ser hierárquicos. Para que os usuários possam descer na pirâmide de informações, se desejarem, mas, ao mesmo tempo, transmitir a mensagem principal rapidamente;
- Devem ser físicos, uma vez que a sustentabilidade está ligada em grande parte a problemas físicos, como água, poluentes, florestas, alimentos. É desejável, na medida do possível, que se meça a sustentabilidade por unidades físicas (toneladas de petróleo e não seu preço, expectativa de vida e não gastos com saúde);
- Devem ser condutores, ou seja, devem fornecer informações que conduzam à ação;
- Devem ser provocativos, levando à discussão, ao aprendizado e à mudança.

Fonte: Bellen, 2006.
Elaboracao própria, 2018

Para Santos (2004), a qualidade de um indicador depende da capacidade que ele tem de medir, analisar e expressar com fidelidade o fenômeno ao qual ele se refere. A autora afirma que a observação de um bom conjunto de propriedades favorece a seleção mais lógica e rigorosa, gerando mais confiabilidade na aplicação de modelos, cenários ou sistemas de informações. De acordo com a autora, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) defende que não existe o indicador ideal, aquele que atende, na prática, de forma total. Depende do contexto, da forma de escolha, dos objetivos e características do trabalho proposto. Santos afirma que bons indicadores devem ter algumas peculiaridades básicas, pois devem ser claros, ou seja, não são desejáveis incertezas nas direções; devem ser objetivos em seu conteúdo, suficientemente elaborados para conduzir a ação política; sua compilação deve ser executável sem a necessidade excessiva de tempo; ser orientadores, ou seja, devem prover informações que comandam à ação.

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comisión Económica a América Latina y Caribe (CEPAL) determinaram um grande número de indicadores ambientais. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Iniciativa Latinoamericana y Caribeña para o Desarrollo Sostenible (ILAC) estabeleceram mais de 92 (noventa e dois) indicadores, estando organizados em seis subdivisões: diversidade biológica; gestão de recursos hídricos; vulnerabilidade de assentamentos humanos e cidades sustentáveis; temas sociais incluindo saúde, desigualdade e pobreza; aspectos econômicos, incluindo comércio e padrões de produção e consumo, e aspectos institucionais (TOMASONI, 2006).

A escolha de indicadores, na visão de Jochen Jesinghaus, conforme citado por Bellen (2006) deve acontecer em três estágios. O primeiro estágio, chamado preparatório, converge na elaboração de um relatório com estrutura do projeto e suas estratégias; preparação do plano do projeto; identificação de critérios e seleção de indicadores; na definição das áreas abordadas e dos indicadores preliminares. O segundo estágio é estabelecer os objetivos e cronogramas. Finalmente, o terceiro estágio implica na institucionalização do grupo de indicadores, dos mecanismos para sua atualização e das revisões periódicas, da legitimação das metas e dos meios, da alocação de recursos financeiros e humanos e da aprovação pelas autoridades competentes.

2.14. Balanço Social x Relatórios de Sustentabilidade

Conforme Fabiana Perez (2008), as organizações, além de buscarem aprimorar os processos internos, precisam se preocupar em responder à crescente reivindicação da sociedade pela divulgação e evidenciação pública de seus resultados, preservando sempre a transparência, que provoca a confiabilidade das partes relacionadas e foi, com base nessa reflexão, que aportou a necessidade de elaboração do Balanço Social ou Relatórios de Sustentabilidade.

O Relatório de Sustentabilidade, conhecido por Balanço Social – em sua versão mais antiga, ou ainda como Relatório Socioambiental, conforme GRI (s.f.a), divulga às partes interessadas, internas e externas, como está o desempenho de uma organização, em um determinado espaço de tempo, pretendendo alcançar o desenvolvimento sustentável no contexto dos compromissos assumidos, estratégia e abordagem de gerenciamento, proporcionando uma explanação equilibrada deste desempenho, com os resultados benéficos e adversos.

De acordo com Tinoco (2001) o Balanço Social consiste um instrumento de controle e de tomada de decisões, de grande aplicação para a direção da organização, permitindo melhorar o ambiente interno e clarificar alguns objetivos a médio prazo: os corpos diretivos passarão, desse modo, a ser considerados não apenas em função dos resultados econômicos, mas também dos resultados sociais. Para o autor, o BS pode auxiliar para modificar a imagem pública da instituição, do próprio pessoal e do público em geral. Em alguns países, segundo o autor, está se tornando um bom instrumento de trabalho para as negociações laborais entre a direção da empresa e os sindicatos.

Historicamente, a publicação dos Balanços Sociais originou-se na Europa e nos Estados Unidos. Segundo José Ricardo Maia de Siqueira (2003), foi na Europa Ocidental que surgiram as primeiras iniciativas de publicação dessas demonstrações, tendo ocorrido na França, em 1972, a divulgação do primeiro Balanço Social. Todavia, o Balanço Social, apesar de ser uma grande iniciativa, ainda não reagia de maneira apropriada às exigências, haja vista que, em prol de uma verdadeira prestação de contas, fazia-se necessária a ampliação das informações (Siqueira, 2009).

Segundo Tinoco (2001), os trabalhadores, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, começaram a fazer exigências às organizações, para obterem informações relativas a seu desempenho econômico e social, estendendo a informação que as organizações forneciam, incorporando as sociais (particularmente aquelas concernentes ao emprego), haja vista a discussão da responsabilidade social, dando assim origem à implantação do Balanço Social, na França, a partir de 1977, que demonstrava basicamente os recursos humanos.

Na França foi, também, o primeiro país do mundo a possuir uma lei sobre o Balanço Social, obrigando as empresas que possuem mais de 300 funcionários a fazê-lo. Em outros países europeus o Balanço Social também está difundido, ainda que na maioria deles não haja que os imponha a elaborá-lo (Tinoco, 2010). Já em Portugal, segundo o autor, em outra obra (2001), atualmente o Balanço Social é entregue anualmente por todas as empresas com, pelo menos, 100 pessoas, qualquer que seja seu regime contratual.

A evolução do Balanço Social, como instrumento, não ficou restrita a países desenvolvidos. O grande impulso ao desenvolvimento e o ganho de uma maior projeção de divulgação do BS no Brasil veio somente em 1997. Por meio do sociólogo Betinho, juntamente com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, que lançou uma campanha em prol da publicação anual do BS, declarando ser “o primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa cidadã”. Assim, foi lançado o selo Balanço Social IBASE/BETINHO, que é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o BS nos moldes propostos pelo IBASE (MARTINS *et. al.* 2003). A partir daí o IBASE passou a fornecer um selo às organizações que obedecessem sua metodologia na construção de seus relatórios.

O primeiro Balanço Social no Brasil foi oficialmente publicado pela empresa Nitrofértil, estatal baiana pertencente à Petrobrás, em 1984. Contudo, foi a Fundação Instituto

de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), na década de oitenta, a primeira instituição brasileira a se manifestar em relação ao Balanço Social, seguido pelo do Sistema Telebrás e, posteriormente, pelo do Banco do Estado de São Paulo – Banespa, sendo essas empresas tidas como precursoras no âmbito. A partir dessa ocasião as organizações começaram a ter uma grande visão dos seus usuários externos e trouxeram isso para o próprio contexto organizacional.

Na visão de ETHOS (s.f.), o balanço social é um levantamento dos principais indicadores de desempenho ambiental, econômico e social da organização. Ele aumenta seu diálogo com os públicos com os quais a organização se relaciona e esclarece seus objetivos no passado, no presente e no futuro, permitindo que a importância da responsabilidade social seja ampliada na estratégia corporativa, uma vez que reúne, além da avaliação da empresa sobre seu desempenho, as expectativas de seus *stakeholders*.

Todavia, o conceito só ganhou simpatia com as campanhas realizadas pelo sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, em prol da Responsabilidade Social e da divulgação voluntária do Balanço Social por parte das empresas como um modelo simples e ético.

Para Herbert de Souza, o conceito do Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente a ação praticada pelas empresas no plano social, tanto internamente como na sua ação na comunidade.

A concepção da importância do Balanço Social, mencionada por autores, ilustrada por Mazzone, citado por Tinoco (2010), no quadro 05, revela como alternativa viável das instituições no processo de divulgação com a sociedade das atividades desenvolvidas, em benefício do bem-estar social, econômico, enfim, da sustentabilidade.

Quadro 05 – Importância do Balanço Social.

Autor	Importância do Balanço Social
Taylor, 1980	É o instrumento mais apto, considerando-se suas limitações, para apoiar o comportamento social.
Tinoco, 1984	Instrumento de gestão e de informação que visa reportar informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades.
Sá e Sá 1995	Representa a expressão de uma prestação de contas da empresa à sociedade em face de sua responsabilidade para com a mesma.
Andreolla, 1997	Instrumento de medida do desempenho da empresa no campo social, considerando a tríplice realidade da empresa: econômico-financeira, pessoal-humana e política-social.

De Luca, 1998	Instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social
Kroetz, 2000	Instrumento de controle e de auxílio para a tomada de decisões e adoção de estratégias
Kroetz, 2000	Aborda questões que mostram com transparência as informações sobre a atuação social da empresa
Sucupira, 2001	Um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas aos seus empregados e à comunidade onde está inserida
Tinoco, 2001	Pode contribuir para modificar a imagem pública da empresa, do próprio pessoal e do público em geral
Iudícibus, Martins e Gelbcke, 2003	O Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida
Mazzioni, 2005	O Balanço Social busca oportunizar a oferta de instrumentos válidos, capazes de refletir os esforços organizacionais relacionados ao bem-estar das pessoas, ao meio ambiente, à geração e distribuição de riquezas e da responsabilidade social que lhe é inerente

Fonte: adaptada de Tinoco (2010)

De acordo com Tinoco (2010), a inserção das questões econômicas, ambientais e de cidadania às sociais, ampliou o escopo do Balanço Social, denominando-o como Relatório de Sustentabilidade, abrangendo: as atividades executadas pelas organizações, o balanço das pessoas, a demonstração do valor adicionado, balanço ecológico e a responsabilidade social.

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração dirigida à sociedade, é uma ferramenta gerencial que congrega dados quantitativos e qualitativos sobre as políticas administrativas e as relações instituição/ambiente (Kroetz, citado por Tinoco, 2010).

No Brasil existem diversos modelos de Balanço Social que são utilizados pelas Instituições Públicas. Todos visam definir as informações mínimas a serem publicadas para dar transparência às atividades da organização.

O IBASE elaborou uma metodologia de divulgação do Balanço Social, que é uma demonstração a ser publicada, declarando indicadores e informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais orientadas aos empregados, investidores, acionistas e à sociedade, servindo como um instrumento para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa (IBASE, s.f.).

De acordo com Tinoco (2001), perante o avanço do conceito de Balanço Social, em cujo leque de itens, analisados e relatados, acrescentou-se e passou a demonstrar questões

econômicas, ambientais e de cidadania, pode-se afirmar que o termo Relatório de Sustentabilidade se tornou mais apropriado. Na maioria dos países, a publicação é voluntária e não há modelos impostos para a construção de relatórios. Entretanto, há padrões bem estruturados em evolução, como os modelos desenvolvidos pela organização *Global Reporting Initiative* (GRI, s.f.b).

A elaboração do Balanço Social, segundo Tinoco (2001) abrange duas fases: na primeira o responsável constituído para elaborá-lo deve impulsionar e coordenar a produção do documento; o escopo, os meios, os objetivos a serem auferidos são definidos e planejados, objetivando a sua elaboração. A segunda fase envolve a execução do trabalho planejado, após os alinhamentos de rotina, em que os indicadores e as fontes de informação já foram anteriormente definidos.

Na visão de Jaqueline Veloso Alves Cunha e Maisa de Souza Ribeiro (2008), a divulgação de um Relatório de Sustentabilidade, por parte de uma determinada organização tem, por finalidade, evidenciar se os discursos de Responsabilidade Socioambiental, propagados pelas organizações, por meio de suas publicidades, podem ser comparados com a prática. Como a sociedade passou a reivindicar a responsabilização social pelas organizações, chegou-se, assim, ao ponto de se tornar necessária a divulgação periódica desses relatórios.

Para Tinoco (2010), nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido, inúmeras organizações já vêm legitimando o Balanço Social como ferramenta de gestão e de informação.

Além dos modelos de Balanço Social sugeridos pelo IBASE e o modelo ETHOS, concebidos para atender às necessidades que são estabelecidas pelas Organizações, sejam elas Públicas ou Privadas, depara-se, igualmente, com o modelo sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI), objeto desta pesquisa.

O próximo capítulo tem a intenção de apresentar a *Global Reporting Initiative* (GRI), descrevendo seu histórico, desde a sua concepção até a atualidade, salientando as suas diretrizes de construção de Relatórios de Sustentabilidade, assim como, apresentando um panorama da atual utilização do Relatório de Sustentabilidade GRI pelas mais diversas organizações.

2.15. *Global Reporting Initiative (GRI)*

A introdução de sistemas de avaliação do desempenho organizacional passou a ser foco dos profissionais que exercem funções de liderança. Existe uma diversidade de metodologias e padrões que foram criados para atender propósitos específicos, dentre eles, a demanda econômica, social e ambiental. Desta maneira, sem a intenção de exaurir todos os tipos de instrumentos para gestão socioambiental existentes, nesta subseção do estudo é apresentado o modelo da *Global Reporting Initiative (GRI)*, com foco em suas características e peculiaridades.

A *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização internacional, sem fins lucrativos, fundada em 1997 como um projeto vinculado à ONG norte-americana, CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*), uma rede nacional de investidores, organizações ambientais e outros grupos de utilidade pública, com sede em Boston - EUA. Em 2002, a GRI se tornou uma ONG internacional independente, sediada em Amsterdã/Holanda, tendo como missão, o desenvolvimento e a disseminação global de diretrizes mais adequadas, com objetivo de promover a sustentabilidade das organizações, orientando-as sobre quais questões (econômicas, sociais, ambientais) medir e relatar (GRI, 2018).

O intento das diretrizes do GRI é disponibilizar princípios, conteúdos e manual de implementação de relatos de sustentabilidade para variadas organizações, independentemente de seu porte, tamanho ou localização. Objetivando a preparação de relatórios de sustentabilidade eficazes, com informações apropriadas e atualizadas, as diretrizes são revisadas periodicamente. Desta maneira, são referência internacional para todos os interessados na difusão de informações de gestão organizacional nas dimensões econômica, ambiental e social (GRI, s.f.).

Com base em outros autores, Luiz (2014) afirma que as diretrizes do GRI são altamente difundidas e aceitas em todo o mundo, e são consideradas padrão de referência em diferentes setores da economia.

Os relatórios GRI evidenciam os resultados das instituições na perspectiva do tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), envolvendo, além dos aspectos contábeis e financeiros,

a explicitação dos impactos econômicos, sociais e ambientais no meio em que a instituição está inserida (Tinoco, 2010).

De acordo com PNUD (2014) as diretrizes da GRI são, na atualidade, a principal referência para a elaboração destas publicações, não só em razão do processo compartilhado de desenvolvimento e gestão, mas também aos princípios de seu conteúdo, que dialoga com as principais referências internacionais em sustentabilidade, tais como a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, o Pacto Global da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, quais sejam: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; instituir uma parceria mundial para o desenvolvimento.

2.15.1. Produtos da GRI

De acordo com GRI (2018) seu principal produto é o conjunto de Padrões de Relatórios de Sustentabilidade, sendo estes produzidos em mais de 100 países, disponibilizados de forma gratuita. A intenção é apoiar seu amplo uso e implementação, oferecendo às organizações a oportunidade de se unirem a uma rede global e colaborativa de múltiplas partes interessadas, que trabalha em conjunto para alcançar o objetivo comum de economia global sustentável.

A GRI aconselha governos, bolsas de valores e reguladores de mercado em seu desenvolvimento de políticas para ajudar a criar um ambiente mais propício para relatórios de sustentabilidade.

A missão da GRI (2018) consiste em habilitar decisões que criem benefícios sociais, ambientais e econômicos para todos. Para a cumprir sua missão, a GRI identificou quatro áreas de foco para os próximos anos:

- Criar padrões e orientação para promover o desenvolvimento sustentável;
- Harmonizar o cenário de sustentabilidade;
- Liderar relatórios de sustentabilidade eficientes e eficazes;
- Impulsionar o uso efetivo de informações de sustentabilidade para melhorar o desempenho.

A GRI (s.f.a) ressalta que um relatório de sustentabilidade, apoiado em suas diretrizes, divulga os resultados obtidos dentro do período relatado no contexto dos compromissos, da estratégia e do sistema de gestão organizacional. Tais resultados podem ser utilizados de forma que a organização se torne padrão de referência no setor de atuação (concernente ao respeito às leis, códigos, normas, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias). Também expressa o quanto a organização influencia e é influenciada pelo paradigma da sustentabilidade, possibilitando a comparação do desempenho intra e interorganizações diferentes ao longo do tempo.

2.15.2. Versões GRI

A primeira versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, denominada “G1”, foi lançada no ano de 2000, representando o primeiro quadro global para relatórios abrangentes de sustentabilidade, o qual foi aperfeiçoado após as sugestões das partes interessadas. No ano 2002 a GRI se mudou para Amsterdã, na Holanda e foi difundida a segunda versão “G2”, sendo revelada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo. Neste mesmo ano a GRI foi referenciada no Plano de Implementação da Cúpula Mundial (GRI, 2018).

A demanda pela orientação de relatórios de sustentabilidade da GRI cresceu de forma incessante, e isso foi impulsionado ainda mais pelo lançamento da terceira geração de Diretrizes “G3”, no ano de 2006. Mais de 3.000 especialistas de empresas, da sociedade civil e do movimento trabalhista participaram do desenvolvimento do G3, destacando a verdadeira abordagem multilateral no coração das atividades da GRI. Após o lançamento do G3 na Conferência Global, a GRI começou a expandir sua estratégia, construindo poderosas alianças. Parcerias formais foram firmadas com o Pacto Global das Nações Unidas, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, dentre outras (GRI 2018).

No ano de 2010 foi lançada uma série de publicações: *GRI e ISO 26000: Como usar as Diretrizes GRI em combinação com a ISO 26000 Promovendo Transparência e Sustentabilidade*. Concomitantemente, o Pacto Global concordou em adotar as Diretrizes da GRI como a estrutura de relatório recomendada para as empresas se comunicarem sobre o progresso alcançado. Em março de 2011 foi lançada a diretriz G3.1, que constitui em uma diretriz mais avançada e abrangente de avaliação que inclui indicadores de performance organizados nas categorias: econômica, ambiental e social, referente a uma atualização e

complemento da versão G3, com orientações expandidas sobre relatórios de gênero, comunidade e desempenho relacionado aos direitos humanos. De acordo com as diretrizes G3 da *Global Reporting Initiative*, os relatórios devem ser elaborados com base em uma estrutura que serve de modelo amplamente aceito e que contemple os desempenhos de uma organização. Essas diretrizes consistem em princípios para a definição do conteúdo do relatório, em orientações para garantir a qualidade das informações relatadas e indicadores de desempenho com o mesmo peso e importância (GRI, 2018).

Segundo GRI (2018), com a intenção de ampliar a adesão à prática de publicar relatórios de sustentabilidade por organizações de todos os tipos, a GRI lançou, no ano de 2013, a quarta versão de diretrizes, “G4”. Além de maior foco na cadeia de valor e na materialidade, a quarta geração das diretrizes da GRI (G4) sugere alterações nas informações sobre formas de gestão, novas orientações na definição dos limites do relatório e a inclusão de novas informações a serem divulgadas nas áreas de governança e cadeia de fornecimento, oferecendo Princípios para Relato e um Manual de Implementação para a preparação de relatórios de sustentabilidade por organizações de qualquer tamanho ou setor.

O objetivo das Diretrizes G4 (foco desta pesquisa), é simples: apoiar relatores na elaboração de relatórios de sustentabilidade relevantes, que incluam informações valiosas sobre as questões mais relevantes para a organização, bem como tornar o processo de relato de sustentabilidade uma prática padrão. Conforme GRI (2018), além de mais amigáveis que as versões anteriores, as Diretrizes G4 evidenciam ainda mais a necessidade de as organizações concentrarem o processo de elaboração do relatório e o produto final em tópicos materiais para suas atividades e principais *stakeholders*.

A atual versão, lançada em 2016, em vigor a partir de 30 de junho de 2018, é a transição para um conjunto de normas globais que substituíram a versão G4. Dessa forma, as Diretrizes do G4 e recursos relacionados, permaneceram válidos até 30 de junho de 2018 (GRI, 2018). De acordo com a empresa SGS Sustentabilidade (2018), a atual versão da GRI é o primeiro padrão global para divulgação de informações das dimensões da sustentabilidade e foi projetado para ser utilizado como um conjunto, e apresenta uma estrutura modular flexível e inter-relacionada, composta por cinco módulos, 3 Normas de caráter Geral e 33 sobre tópicos específicos. Segundo a empresa, o novo formato assegura às empresas relatoras distinções mais claras entre o que é requisito, recomendação e orientação para se declarar de acordo com as opções *GRI Standards* – Essencial ou Abrangente.

2.15.3. Relatórios de sustentabilidade nas diretrizes da GRI

Elaborar relatórios de sustentabilidade que tratam de mensurar e divulgar os impactos socioambientais gerados pelas atividades rotineiras das organizações vem sendo uma prática incorporada por empresas e instituições públicas, localizadas em vários países. Fato bastante comum na Europa, na América do Norte e no Japão e que se torna cada vez mais expressivo nos mercados emergentes. Um número crescente de organizações tem notado as vantagens da adesão a esse modelo de relatório, que aufere maior transparência e credibilidade sobre o desempenho de sustentabilidade das organizações, tornando-o, desta maneira, uma significativa força motriz para a melhoria de uma melhor relação entre sociedade e meio ambiente.

Um conjunto expressivo de organizações, principalmente empresas privadas, têm preferido produzir Relatórios de Sustentabilidade, com base no padrão de diretrizes criado pela *Global Reporting Initiative*, devido a inúmeros fatores, tais como a padronização e ainda a probabilidade de adaptação que a estrutura possibilita para os mais variados segmentos.

As diretrizes da GRI sistematizam o conceito de relatório de sustentabilidade em termos de desempenho econômico, ambiental e social, conhecido como *Triple Bottom Line* ou resultado triplo. A sustentabilidade apenas poderá ser alcançada, mediante o equilíbrio entre as três dimensões.

A adesão a esses relatórios é voluntária e tem como propósito: apoiar e facilitar a gestão dos temas de sustentabilidade das organizações de forma sistemática; disseminar os riscos e oportunidades; e desenvolver uma reputação corporativa mais transparente. Estas informações também podem servir às necessidades crescentes da sociedade e, essencialmente, como resposta às cobranças dos *stakeholders* para que as empresas evidenciem suas ações de responsabilidade socioambiental e atuações no ambiente em que estão inseridas. (Bassetto, 2010).

Segundo GRI (2018), percebe-se um aumento gradativo e significativo nas publicações de relatórios nas diretrizes da GRI, que teve mais de 12.000 organizações no mundo utilizando oficialmente seu relatório para divulgação de suas práticas de sustentabilidade. No Brasil, desde o pioneirismo da Natura Cosméticos em 2000, várias organizações divulgaram relatórios pela GRI, tais como: Petrobrás, Souza Cruz, USIMINAS e

Alcoa. O formato e o conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade evoluíram de acordo com as tendências de mercado e foram adaptados, por muitas empresas, ao padrão estabelecido pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

2.15.4. Princípios para relato

Em conformidade com GRI (2015b), os Princípios para Relato são fundamentais para assegurar a transparência no processo de relato de sustentabilidade e, por esse motivo, devem ser observados por todas as organizações. Os princípios são divididos em dois grupos: Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório e Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório.

De acordo com GRI (2015b), os Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório retratam o processo necessário para identificar os conteúdos que devem ser inseridos no relatório, levando em consideração as atividades e impactos da organização e as expectativas e interesses essenciais de seus *stakeholders*. Os Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório apresentam orientações para assegurar a qualidade das informações relatadas, inclusive da sua apresentação. A qualidade das informações possibilita que *stakeholders* gerem avaliações de desempenho sólidas e justas e empreguem medidas apropriadas.

Em relação à definição do conteúdo do relatório, a GRI (2015b) propõe que estejam apoiados em quatro princípios:

Inclusão de *stakeholders* - A organização deve definir seus *stakeholders* e explicitar, no relatório, as ações que adotou para atender às expectativas e interesses legítimos dessas partes. Os *stakeholders* abrangem aqueles diretamente envolvidos nas operações da organização ou que conservam relações de outro tipo com ela. As expectativas e interesses legítimos de *stakeholders* constituem uma referência fundamental para muitas decisões no processo de construção do relatório.

Contexto da sustentabilidade - o relatório deve reproduzir o desempenho da organização no âmbito mais amplo da sustentabilidade. As informações sobre desempenho devem ser contextualizadas. A pergunta latente aos relatos de sustentabilidade é: como a organização está contribuindo ou pretende contribuir no futuro para a melhoria ou agravamento das condições econômicas, ambientais e sociais, desdobramentos e tendências em nível local, regional ou global.

Materialidade - o relatório deve discorrer sobre aspectos que transmitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar, consideravelmente, as avaliações e decisões de *stakeholders*. A materialidade é o limiar a partir do qual os elementos tornam-se suficientemente relevantes para serem relatados.

Compleitude - a abrangência de aspectos materiais e seus limites deve ser suficientemente ampla para demonstrar impactos econômicos, ambientais e sociais relevantes e permitir que *stakeholders* avaliem o desempenho da organização no período estudado. A “compleitude” compreende, especialmente, as dimensões de escopo, limite e tempo. O conceito pode, igualmente, ser utilizado para se referir a práticas de coleta de informações e certificar se a apresentação dos dados é coerente e adequada.

Para iniciar o processo de escolha das informações a serem inseridas no relatório, a organização deve eleger os Aspectos materiais. Após essa identificação, a organização estará apta a definir os indicadores e as informações sobre a forma de gestão a serem relatados. É essencial documentar o processo de definição das informações compreendidas no conteúdo, inclusive as metodologias, suposições e decisões da organização. Registros fiéis simplificam o processo de análise e verificação, contribuem na divulgação das informações requisitadas e permitem que organização justifique sua abordagem escolhida. Fatalmente, o processo de estabelecimento dessas informações requer julgamentos subjetivos. A organização deve ser transparente sobre suas decisões; isso possibilita que *stakeholders* internos e externos assimilem o processo de opção das informações contidas no relatório. Os tomadores de decisão da organização devem estar efetivamente envolvidos no processo de definição das informações do relatório e acatar quaisquer decisões estratégicas relacionadas (GRI, 2015).

De forma a orientar escolhas, visando assegurar a qualidade das informações relatadas, a GRI (2015b) propõe que se baseie nos seguintes princípios:

Equilíbrio - o relatório deve retratar aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de maneira a possibilitar uma avaliação equilibrada do seu desempenho geral. A configuração geral do conteúdo do relatório deve refletir o desempenho da organização de forma imparcial.

Comparabilidade - a organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de maneira consistente. As informações relatadas precisam ser evidenciadas, de forma que

possibilite aos *stakeholders* analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises associadas a outras organizações. Os *stakeholders* que utilizam o relatório devem poder comparar as informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização no presente com seu desempenho no passado, seus objetivos e, na medida do possível, o desempenho de outras organizações.

Exatidão - as informações precisam ser suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* possam avaliar o desempenho da organização relatora.

Tempestividade - a organização precisa publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo, para que os *stakeholders* tomem decisões respaldadas e possam integrar as informações ao seu processo decisório.

Clareza - a organização deve viabilizar as informações de maneira compreensível e acessível aos *stakeholders* que utilizam o relatório.

Confiabilidade - a organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e difundir as informações e processos utilizados na confecção do relatório, de maneira que possibilite sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações. Os *stakeholders* precisam se sentir seguros de que o relatório poderá ser inspecionado para que se constitua a fidelidade do seu conteúdo e até que ponto os princípios para relato foram corretamente aplicados.

Bassetto (2010) declara que o modelo GRI tem sido cada vez mais importante para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes, ao instituir princípios essenciais a respeito do desempenho econômico, ambiental e social de uma organização.

2.15.5. Diretrizes da GRI

De acordo com GRI (2015b) as Diretrizes constituem uma referência internacional para todos os interessados na divulgação de informações sobre a forma de gestão das organizações, seu desempenho ambiental, social e econômico e impactos nessas áreas. As Diretrizes apresentam subsídios valiosos para a elaboração de qualquer tipo de documento que requer essa divulgação. As Diretrizes são desenvolvidas por meio de um processo que envolve diversos *stakeholders*, entre os quais representantes de organizações, trabalhadores, sociedade civil e mercados financeiros, auditores e especialistas em diversas áreas. Elas também são produto de um profundo diálogo com agências reguladoras e governamentais de

vários países, além de serem elaboradas em compatibilidade com documentos internacionalmente reconhecidos sobre a construção de relatórios, referenciados ao longo das Diretrizes.

Os critérios a serem empregados pela organização, ao preparar seu relato de sustentabilidade “de acordo” com as diretrizes para elaboração do Relatório de Sustentabilidade da GRI, preveem duas opções: a opção Essencial e a Abrangente. A despeito do seu porte, setor ou localização, todas as organizações podem escolher qualquer uma dessas opções. Ambas evidenciam o processo de identificação de Aspectos materiais. A opção Essencial compreende os elementos essenciais de um relatório de sustentabilidade. Ela oferece o pano de fundo contra o qual a organização relata os impactos do seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança. A opção Abrangente parte da opção Essencial, impondo a divulgação de informações adicionais acerca da estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização. Além do mais, elegendo essa modalidade, a organização deve divulgar seu desempenho de forma mais ampla, relatando todos os indicadores atinentes aos Aspectos materiais identificados (GRI, 2015b).

De acordo com GRI (2015b), há dois tipos de conteúdos padrão: gerais e específicos. Os conteúdos padrão gerais empregam-se a todas as organizações que elaboram relatórios de sustentabilidade. Dependendo da opção “de acordo” definida, a organização precisará indicar os conteúdos gerais a serem relatados, os quais dividem-se em sete partes: Estratégia e Análise, Perfil Organizacional, Aspectos Materiais Identificados e Limites, Engajamento de *Stakeholders*, Perfil do Relatório, Governança e Ética e Integridade. Já os conteúdos padrão específicos compreendem a apresentação de informações sobre a forma de gestão e a apresentação dos indicadores. É importante enfatizar que esta pesquisa concentra nos conteúdos padrão específicos, adentrando-se, especialmente, no levantamento dos indicadores da GRI, verificando o alinhamento dos mesmos, adotados pelos órgãos da ECOLIGA.

2.15.6. Critérios a serem aplicados pela organização ao preparar o relato de sustentabilidade

Sendo experiente na elaboração do relatório ou não, a GRI orienta que, para preparar o relato de sustentabilidade “de acordo” com suas diretrizes, a organização deve selecionar a opção que melhor atenda às suas necessidades de comunicação e, em última análise, corresponda às necessidades de informação de seus *stakeholders*. As escolhas não têm relação

com a qualidade do relatório ou com o desempenho da organização; elas retratam a conformidade do relatório de sustentabilidade da organização com as Diretrizes (GRI, 2015b).

A preparação para divulgação dos Conteúdos Padrão Específicos equivale a informações relativas à forma de gestão e indicadores, sendo retratados em Categorias e Aspectos. Neste estágio a organização deverá identificar as informações relativas à forma de gestão e indicadores que se relacionem com seus Aspectos Materiais, assim como verificar a presença de Conteúdos Padrão Específicos extensíveis ao setor em que atua.

O Quadro 06 representa os conteúdos padrão específicos necessários, relativo à forma de gestão e indicadores.

Quadro 09: Conteúdos padrão específicos necessários

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS NECESSÁRIOS SOBRE A FORMA DE GESTÃO E INDICADORES		
Conteúdos Padrão Específicos	“De acordo” – Essencial	“De acordo” - Abrangente
Informações Genéricas sobre a Forma de Gestão	Apenas para Aspectos materiais (*)	Apenas para Aspectos materiais (*)
Indicadores	Pelo menos um indicador relacionado a cada Aspecto material identificado (*)	Todos os indicadores relacionados a cada Aspecto material identificado (*)
Conteúdos Setoriais Específicos	Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua e se forem materiais (*)	Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua e se forem materiais (*)

Fonte: GRI, 2015b
Elaboracao própria, 2018

O quadro apresentado retrata os conteúdos padrão específicos requeridos para as opções Essencial e Abrangente:

A primeira coluna apresenta o nome das seções nas quais os conteúdos padrão específicos são apresentados (os conteúdos a serem incluídos no relatório são definidos após a organização identificar os Aspectos materiais).

Para ambas as opções, somente os conteúdos padrão específicos relacionados a Aspectos materiais identificados devem ser publicados.

A segunda coluna mostra os conteúdos padrão específicos que devem ser divulgados para a opção Essencial. Eles incluem informações sobre a forma de gestão e indicadores. Para cada Aspecto material identificado, a organização deve publicar informações genéricas sobre a forma de gestão e pelo menos um indicador.

A terceira coluna mostra os conteúdos padrão específicos que devem ser divulgados para a opção Abrangente. Eles abrangem informações sobre a forma de gestão e indicadores.

Para cada Aspecto material identificado, a organização deve divulgar informações genéricas sobre a forma de gestão e todos os indicadores relacionados ao Aspecto em questão.

De acordo com as Diretrizes da GRI para os conteúdos indicados com (*) na tabela anterior, há algumas razões para omissões e que podem ser apresentadas em casos excepcionais, devendo, para tanto, serem identificadas e explicadas as razões que levaram a omissão, sendo aceitáveis as seguintes:

- Os indicadores não são aplicáveis - devendo ser explicada a razão pela qual os mesmos não se aplicam;
- As informações encontram-se sujeitas a restrições de confidencialidade específicas - devendo as restrições serem divulgadas pela instituição;
- Existência de proibições legais específicas – identificando quais as proibições;
- Informações indisponíveis à data de elaboração do relatório – a instituição deve informar as medidas adotadas para a obtenção dos dados e o prazo provável para a sua concretização.

O documento indica também que a organização deve reconhecer, no caso de um elevado número de omissões, a impossibilidade de declarar que o relatório se encontra “de acordo” com as opções Essencial ou Abrangente das Diretrizes.

Tanto a opção Essencial como a Abrangente se aplicam a organizações de qualquer tipo, setor, dimensão ou geografia e variam, basicamente, na quantidade e exaustividade de informação a disponibilizar. Para ambas as opções, pode ser que haja conteúdos específicos para o setor no qual a organização atua.

De acordo com os princípios norteadores da GRI, para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, a organização deve planejar os processos necessários à divulgação dos conteúdos padrão específicos, incluído os indicadores relativos aos Aspectos Materiais identificados, sendo que não é necessário inserir no relatório aspectos que não sejam considerados materiais. Aspectos que sejam considerados materiais pela organização, mas que não façam parte da Lista de Aspectos da GRI também poderão ser incluídos.

O objetivo principal à elaboração de Relatórios de Sustentabilidade por parte de uma organização é demonstrar de que forma esta contribui ou pretende contribuir no futuro para o impacto nas condições econômicas, ambientais e sociais. Contudo, esta informação deve ser contextualizada para além da contribuição individual e singular da organização na realidade

mais ampla a nível local, regional, global e do setor em que está inserida e os indicadores serão os instrumentos capazes de demonstrar tais contribuições.

A GRI recomenda a submissão de avaliação de uma entidade externa do conteúdo do relatório que os verifica e atesta da sua factualidade por meio da Declaração de Verificação Externa que, se existir, deve ser parte integrante do relatório. No entanto, esta recomendação não constitui um requisito para que o relatório esteja “de acordo” com as Diretrizes.

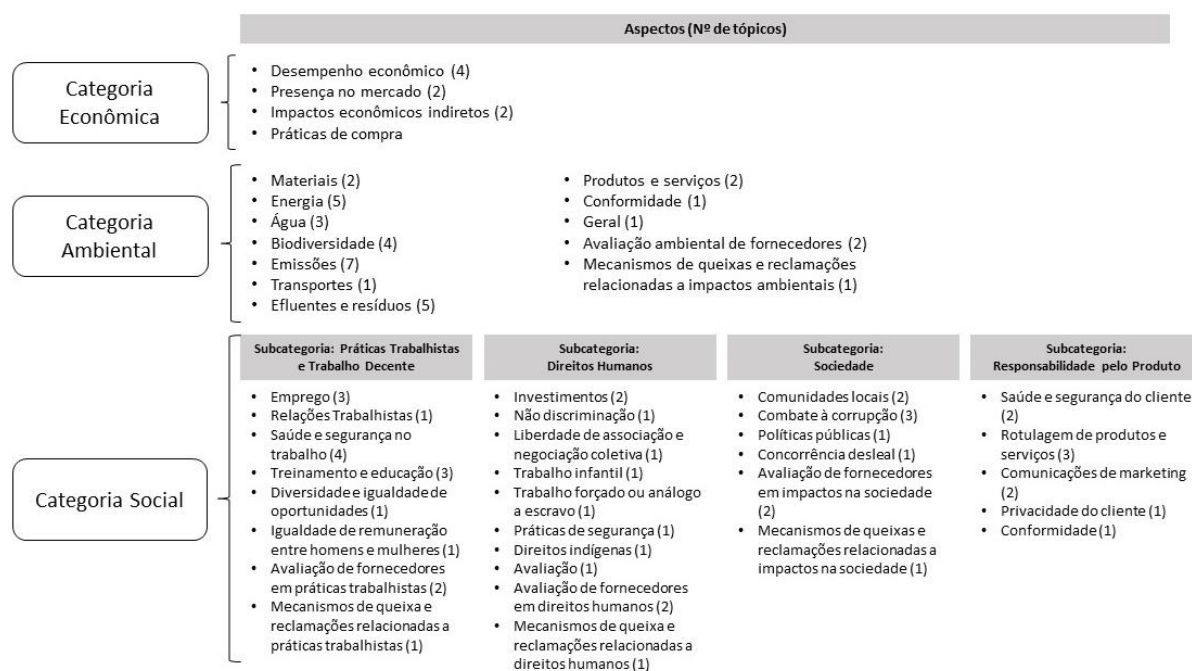
2.15.7. Indicadores da GRI

A avaliação de desempenho da GRI é realizada mediante a aplicação de indicadores. Segundo Camargos (2012), a GRI oferece protocolos de indicadores com definições, orientações para compilação, e outras informações que garantam a coerência e interpretação dos indicadores de desempenho. Os indicadores da GRI, núcleo desta pesquisa, oferecem informações sobre o desempenho, ou impactos nas categorias (ou dimensões) econômicas, ambientais e sociais.

A categoria econômica corresponde aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Ela não enfoca a situação financeira da organização. Esta categoria demonstra o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os relevantes impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo. A categoria ambiental relaciona-se aos impactos da organização sobre ecossistemas (insumos e saídas). Ela compreende, também, impactos concernentes à biodiversidade, aos transportes e a produtos e serviços, além da conformidade legal os e gastos e investimentos na área ambiental. A categoria social corresponde aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua. Esta categoria abrange as seguintes subcategorias: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto (GRI (2015b)).

Os indicadores e as orientações relativas a eles estão disponíveis para cada Aspecto, como apresentado na Figura 03.

Figura 03: Categoria, aspectos e número de tópicos do GRI – G4



Fonte: GRI, 2015b.
Elaboração própria, 2018

Segundo GRI (2015b) a maior parte do conteúdo das subcategorias respalda-se em regras universais internacionalmente reconhecidas ou outras referências internacionais importantes.

Geraldo Alemandro Leite Filho, Lorene Alexandre Prates & Thiago Neiva Guimarães (2009) e Camargos (2012) enfatizam que os indicadores de desempenho podem ser qualitativos ou quantitativos, e que cada categoria de indicadores apresenta informações que são consideradas essenciais a determinado tipo de organização, enquanto que outros indicadores são adicionais ou complementares. A *Global Reporting Initiative* (GRI) selecionou alguns indicadores considerados importantes na análise dos *stakeholders* no momento de sua decisão, por isso foram eleitos 91 indicadores que as organizações podem utilizar para manifestar o grau de aderência ao GRI. Entre esses indicadores houve uma separação entre os essenciais, aqueles identificados como de interesse da maioria dos *stakeholders* e considerados relevantes, e os adicionais, aqueles que representam práticas emergentes ou referem-se a temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras.

Em razão do exposto, destaca-se que serão considerados neste estudo os indicadores essenciais e abrangentes da quarta geração “G4” da *Global Reporting Initiative*, por serem

esses adotados no ano de 2017, período abarcado por essa pesquisa. O conjunto de indicadores dessa versão está exposto integralmente no Anexo I desta tese, onde será possível observar toda a sua abrangência e os conteúdos que dele se espera.

CAP. 3 - MARCO METODOLÓGICO

O objetivo deste capítulo é apresentar as ferramentas e os procedimentos empregados para a coleta e análise das informações, com o propósito de obter um procedimento comum para sua implementação e gestão e assim alcançar os objetivos do estudo.

3.1. Enfoque da pesquisa

Na visão de Sampieri, R.H., Collado, C.F., e Lucio, M.P.B. (2013), durante o século XX os enfoques quantitativo e o qualitativo surgiram para realizar pesquisas. O enfoque quantitativo é sequencial e comprobatório e cada etapa precede à seguinte e não se pode pular ou evitar passos. O processo qualitativo é em circular, no qual as etapas a serem realizadas interagem entre si e não seguem uma sequência rigorosa.

A pesquisa quantitativa, na visão dos autores, deve ser a mais objetiva possível, evitando a influência das tendências do pesquisador ou de outras pessoas. Em uma pesquisa quantitativa, o que se pretende é generalizar os resultados encontrados em um grupo para uma coletividade maior e a meta principal dos estudos quantitativos é a construção e a demonstração de teorias.

Já o enfoque qualitativo, segundo os autores mencionados, se baseia em métodos de coleta de dados não padronizados. Não se efetua uma medição numérica, portanto, a análise não é estatística e a coleta de dados consiste em obter as perspectivas e os pontos de vista dos participantes. Este enfoque busca principalmente a dispersão ou expansão dos dados e informações, enquanto o quantitativo pretende, de maneira intencional, delimitar a informação.

Desse modo, no que diz respeito ao enfoque ou natureza de abordagem, este estudo caracteriza-se como pesquisa quantitativa, pois foi possível formular e testar hipóteses por meio de ferramentas estatísticas relativo à utilização dos indicadores dos PLS dos órgãos da ECOLIGA e da GRI.

3.2. Alcance da pesquisa

Neste item será verificado que *alcance* terá a pesquisa, pois, de acordo com Sampieri, R.H., Collado, C.F., & Lucio, M.P.B. (2013), os *alcances* são um contínuo de

causalidade que um estudo quantitativo pode ter: *exploratório*, *descritivo*, *correlacional* ou *explicativo*. Ou seja, até onde, em termos de conhecimento, o estudo pode chegar?

Segundo esses autores, tais estudos podem ser caracterizados da seguinte maneira:

- 1 – Exploratórios - têm como objetivo a familiarização com um tópico desconhecido, pouco estudado ou novo. Esse tipo de pesquisa serve para desenvolver métodos que serão utilizados em estudos mais profundos;
- 2 – Descritivos – servem para analisar como é e como se manifesta um fenômeno e seus componentes;
- 3 – Correlacionais – pretendem determinar como os diversos conceitos, variáveis ou características estão relacionadas ou vinculados entre si ou, também, se não estão relacionados;
- 4 – Explicativos – querem encontrar as razões ou as causas que provocam certos fenômenos.

Ainda, na opinião desses autores, a mesma pesquisa pode abranger finalidades exploratórias no início e terminar sendo descritiva, correlacional e até mesmo explicativa; tudo depende dos objetivos do pesquisador.

Desse modo, esta pesquisa inicia com estudos correlacionais, já que associam variáveis, mediante um padrão previsível para um grupo, tendo como finalidade conhecer a relação existente entre os indicadores de sustentabilidade dos órgãos da ECOLIGA e os indicadores da GRI. A utilidade desse tipo de estudo, segundo Sampieri, Collado e Lucio é que se duas variáveis estão correlacionadas e se conhece a dimensão da associação, pode-se prever, com maior ou menor exatidão, o valor aproximado que terá um grupo de pessoas em uma variável ao considerar que valor tem na outra.

O estudo também perpassa o alcance explicativo, pois pretende determinar as razões da utilização dos indicadores de sustentabilidade por parte dos órgãos pesquisados.

3.3. Hipóteses

Para Sampieri, R.H., Collado, C.F., & Lucio, M.P.B. (2013), hipóteses “são explicações provisórias da relação entre duas ou mais variáveis” e são formuladas de acordo com o alcance do estudo. Segundo os autores, as hipóteses são o centro do enfoque quantitativo. As pesquisas quantitativas que formulam hipóteses tentam prognosticar uma

cifra ou um fato e normalmente surgem da formulação do problema e da revisão da literatura e, às vezes, a partir de teorias.

Nesse sentido, a hipótese desta pesquisa é que *a relação entre o conjunto de indicadores em sustentabilidade dos PLS dos órgãos da ECOLIGA e os indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) é insignificante.*

3. 4. Desenho de pesquisa

Quando a formulação do problema se tornou mais precisa, o alcance inicial da pesquisa foi definido e as hipóteses foram formuladas (ou não, devido à natureza do estudo), então o pesquisador deve pensar em uma maneira prática e concreta de responder às perguntas de pesquisa, além de atingir os objetivos fixados (Sampieri, R.H., Collado, C.F., & Lucio, M.P.B., 2013).

O termo *desenho*, na visão dos mencionados autores, se refere ao plano de ação ou estratégia criado para obter a informação que se deseja. O desenho de pesquisa pode ser dividido nos tipos *experimentais* e *não experimentais*. No caso específico desta pesquisa, será utilizado o método *não experimental*, pois são realizadas sem a manipulação de variáveis, nos quais somente se observa os fenômenos em seu ambiente natural para depois analisá-los e seu objetivo é determinar qual é a relação entre um conjunto de variáveis (indicadores de sustentabilidade) em um momento.

Ainda na perspectiva de Sampieri, R.H., Collado, C.F., & Lucio, M.P.B. (2013), os desenhos não experimentais podem ser classificados em transversais e longitudinais. Os desenhos transversais realizam observações em um único momento no tempo e os desenhos longitudinais realizam observações em dois ou mais momentos ou pontos no tempo.

No caso representativo deste estudo o desenho transversal foi adotado, pois coletou dados em um só momento, ou seja, os indicadores em sustentabilidade utilizados pelos órgãos da ECOLIGA no ano de 2017.

3.5. População e amostra

De acordo com Gil (2008), *universo ou população* é o conjunto determinado de elementos que apresentam determinadas características e *amostra* é o subconjunto do universo

ou da população, mediante a qual se determinam ou se presumem as características desse universo ou população.

Sampieri, Collado e Lucio (2013) afirmam que, para selecionar uma amostra, primeiro é preciso definir a unidade de análise (indivíduos, organizações, periódicos, comunidades, situações, eventos, dentre outros). Uma vez definida a unidade de análise, será delimitado a população. As amostras são categorizadas em duas grandes ramificações: as amostras *não probabilísticas* e as amostras *probabilísticas*. Na amostra probabilística, todos os elementos têm a mesma possibilidade de ser escolhidos. E na amostra não probabilística a escolha dos elementos não depende da probabilidade, mas das características da pesquisa.

Dessa maneira, a amostra desta pesquisa caracteriza-se como não probabilística, já que as organizações selecionadas são as que celebraram o Termo de Cooperação Técnica que instituiu a ECOLIGA-RO, sendo que a população deste estudo são as 10 (dez) instituições públicas, dos órgãos partícipes da ECOLIGA.

3.6. Delimitação geográfica e tempo de estudo

Os órgãos pesquisados encontram-se na cidade de Porto Velho, já que a ECOLIGA, embora tenha um alcance em Rondônia, e para alguns órgãos até o Estado do Acre, são sediados na capital de Rondônia.

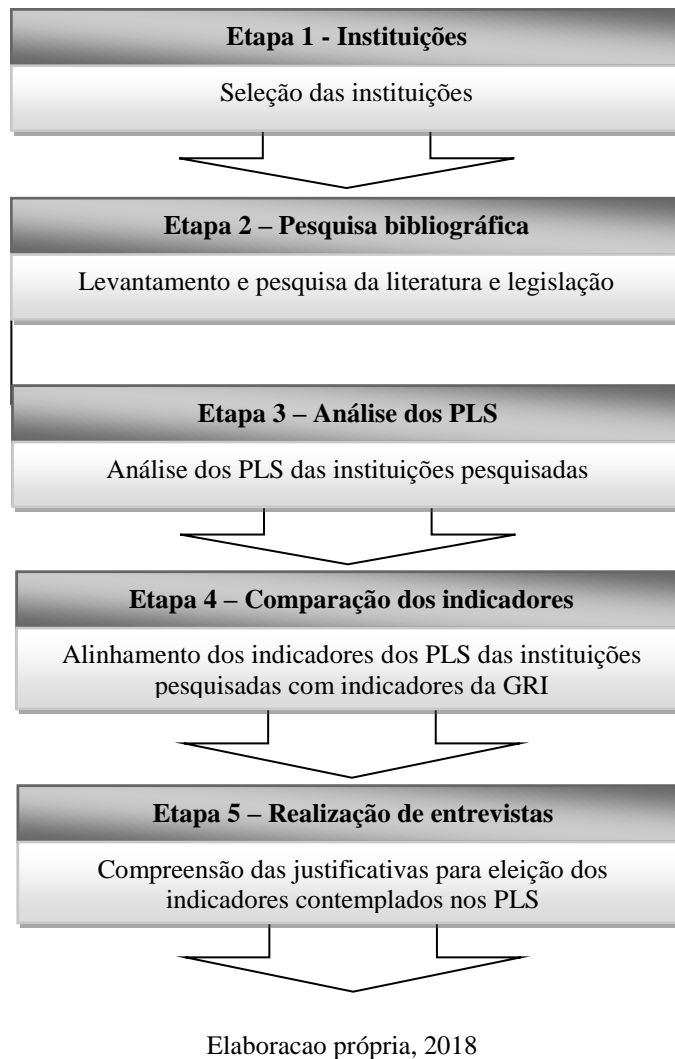
Os dados analisados dizem respeito à formulação dos Planos de Logística Sustentável, os quais foram criados a partir dos normativos dos respectivos Conselhos e órgãos superiores, desde o ano de 2015.

3.7. Procedimento de coleta e análise de dados

Etapas da Pesquisa

Para a evolução do fluxo de trabalho foram consideradas e estabelecidas as seguintes etapas da pesquisa, de acordo com a Figura 04.

Figura 04: Fluxo de trabalho para o desenvolvimento das etapas da pesquisa.



Etapa 1: Seleção das Instituições

Foram selecionadas instituições públicas Federais e Estaduais, considerando as dez instituições partícipes do Acordo de Cooperação que instituiu a ECOLIGA no Estado de Rondônia.

Etapa 2: Levantamento e pesquisa bibliográfica

Foi realizada extensa pesquisa da literatura e na legislação que trata do tema, bem como análise crítica das Diretrizes e Manuais da *Global Reporting Initiative* (GRI) e seus respectivos indicadores, disponibilizados no próprio *site* da GRI.

Etapa 3: Análise dos Planos de Logística Sustentável - PLS

A investigação amparou-se nas informações obtidas nos Planos de Logística Sustentável (PLS) das instituições públicas pesquisadas, disponibilizados nos *sites* das mesmas. Os PLS consultados foram elaborados pelas instituições, por meio da adoção de parâmetros legais, que contêm princípios, conteúdos mínimos e critérios a serem devidamente seguidos e aplicados.

Etapa 4: Comparação dos indicadores contidos nos PLS, em relação aos contemplados pela GRI

Os planos foram analisados, considerando a identificação dos indicadores econômicos, ambientais e sociais, incluindo a forma e detalhamento do indicador, conforme preconizado pelas diretrizes disseminadas pela GRI.

Etapa 5: Aplicação de entrevistas

As entrevistas foram aplicadas com o propósito de compreender a justificativa dos elaboradores dos PLS quanto à escolha dos indicadores contemplados

Etapa 7: coleta dos dados

A coleta dos dados quantitativos, segundo Sampieri, R.H., Collado, C.F., & Lucio, M.P.B. (2013), é realizada mediante instrumentos de medição e devem representar verdadeiramente as variáveis da pesquisa.

Para a análise de conteúdo foram obtidos registros documentais, realizando-se uma busca pelas páginas eletrônicas oficiais dos órgãos partícipes nos *websites*, onde se encontram publicados os respectivos Planos. Quando não estavam publicados, ou quando restava dúvida se haveria um PLS publicado, realizou-se consulta direta aos representantes da ECOLIGA para que os encaminhassem para a análise.

A pesquisa documental, nos registros da GRI, seguiu o mesmo procedimento, com buscas pelas publicações nos sítios eletrônicos, seguida de contatos por meio de correio eletrônico para sanar dúvidas ou adquirir novos documentos.

As entrevistas com os membros representantes da ECOLIGA foram realizadas por meio de telefone e de aplicativo de mensagens instantâneas, que permitiu a conversação síncrona e assíncrona para suprir eventuais dúvidas.

Etapa 7: Análise dos dados

De acordo com Sampieri, Collado e Lucio, as análises de dados, no enfoque quantitativo, são realizadas considerando os níveis de mensuração das variáveis e mediante a estatística e começa com ideias preconcebidas, baseadas nas hipóteses formuladas. Uma vez coletados os dados numéricos, estes são transferidos para uma matriz que é analisada, mediante procedimentos estatísticos e podem ser classificados em *descritiva* e *inferência*.

No caso desta pesquisa, foi adotado a análise descritiva, por meio da distribuição de frequências, conceituado pelos autores como conjunto de pontuações organizadas em suas respectivas categorias.

Para realizar a análise dos dados contidos nos planos de logística sustentável, foi criado um instrumento de comparação dos indicadores apontados nos documentos, de acordo com a sequência proposta pela GRI, assim uniformizando-os de forma a que fossem quantificados pelos dados que representam, mesmo que a sua redação e formulação se apresentem diferentes entre si.

A análise do discurso nas entrevistas foi realizada com a verificação das falas comuns e distintas, conforme a frequência que se apresentou pelo diálogo com os respondentes. Por se tratar de uma amostra pequena, com apenas quatro respondentes, não se fez necessária a construção de um instrumento exclusivo, considerando-se, apenas, as colocações sobre cada questão proposta e o seu significado no contexto desta Tese.

3.8. Construção e validação dos instrumentos de coleta de dados

No decorrer do estudo, para maior viabilização da pesquisa e melhor compreensão dos dados encontrados, percebeu-se a necessidade de obtenção de informações complementares, mediante aplicação de entrevistas aos representantes das instituições, justificando a sua realização com base no entendimento de Richardson (2008), que considera a entrevista como uma importante técnica que possibilita o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas.

O formato utilizado na entrevista foi o não estruturado, pois, ainda, de acordo com autor, também é chamada *entrevista em profundidade*, haja vista que, em vez de responder à pergunta por meio de várias alternativas pré-formuladas, pretende obter do entrevistado o que ele considera as questões mais importantes de determinada questão: seus relatos de uma situação em estudo.

Considerando a conveniência de conferir maior celeridade à captação das informações necessárias à pesquisa, a entrevista foi realizada, utilizando o telefone como instrumento de coleta e ainda o aplicativo de mensagens instantâneas, WhatsApp.

Para coletar as informações durante a entrevista, elaborou-se 06 (seis) perguntas abertas para 04 (quatro) representantes das instituições partícipes da ECOLIGA, sendo eles presidentes dos núcleos socioambientais ou comissões de sustentabilidade das instituições pesquisadas, as quais são as únicas, dentre todas as partícipes, que possuem PLS formulado.

A entrevista foi realizada na segunda quinzena do mês de outubro de 2018. O objetivo da sua aplicação foi entender a justificativa dos representantes das comissões ou núcleos quanto à seleção dos indicadores contemplados em seus PLS.

Na entrevista foram produzidos questionamentos sobre: justificativas para elaboração do PLS da instituição; critérios para escolha dos indicadores; áreas que pertenciam os servidores envolvidos na elaboração do PLS; conhecimento dos servidores sobre a temática; dificuldades para eleição dos indicadores; e conhecimento sobre GRI.

3.9. Limitações e alcance da investigação

Inicialmente, a primeira dificuldade percebida para iniciar esse estudo foi encontrar referenciais teóricos sobre a temática em questão, frente à escassa literatura sobre o conteúdo relacionado.

Outra grande, e certamente maior, limitação encontrada foi realizar o cruzamento entre os indicadores GRI, contidos no Suplemento Setorial das instituições públicas com os indicadores da versão G4. Essa abordagem foi rejeitada, pois os mesmos trazem classificações, cujos códigos não coincidem. O Suplemento Setorial das instituições públicas foi editado no ano de 2005 e a versão G4 em 2013.

Adicionalmente, outra grande limitação foi identificar os indicadores essenciais e abrangentes, contidos nos relatórios de sustentabilidade das instituições públicas, divulgados na plataforma da GRI, com intuito de fazer uma comparação das informações encontradas nesses relatórios com as abrangidas nos PLS dos órgãos da ECOLIGA. Esse tratamento também foi desprezado, tendo em vista que o cerne do negócio dessas instituições não estava alinhado às características dos órgãos da ECOLIGA; as instituições relatoras possuem personalidade ambiental. Dessa maneira, constatou-se que a comparação perderia o sentido.

No transcorrer do estudo, precisamente após a análise dos indicadores da GRI, tentou-se uma investigação detalhada aos PLS dos órgãos selecionados, incorporando uma entrevista presencial com a equipe responsável pela elaboração do documento. Esse método também foi desconsiderado, devido à impossibilidade de realização da mesma, em tempo hábil. Dessa forma, optou-se por entrevistas por telefone, de forma a dar maior agilidade à captação das informações necessárias ao estudo.

É importante salientar que esta pesquisa se restringiu ao estudo dos indicadores eleitos nos PLS, elaborados pelas instituições pesquisadas. A análise dos PLS destas instituições se restringirá à eleição das informações divulgadas referentes aos indicadores de desempenho econômico, social e ambiental das mesmas, não entrando no mérito dos seus resultados.

Também não será julgada a intenção das instituições pesquisadas ao optarem pela elaboração e publicação do PLS, pois uma das críticas a esta demonstração feita por Anacleto Laurino Pinto & Maisa de Souza Ribeiro (2004), se relaciona ao fato das organizações utilizarem os Relatórios de Sustentabilidade como instrumento de marketing.

Salienta-se que em nenhum momento nesta pesquisa haverá a intenção de exaurir os temas a serem postos em discussão, objetivando-se apenas colaborar com o processo de evolução da vertente social da Administração, ao verificar qual o grau de alinhamento das instituições pesquisadas aos indicadores do GRI, que vêm conquistando destaque internacional crescente.

Todas as instituições inseridas no Acordo de Cooperação que institui a ECOLIGA foram pesquisadas, caracterizando, dessa maneira, um censo. No entanto, ao se apresentarem as primeiras informações documentais, a pesquisa atuou apenas com as instituições que instituíram seu Plano de Logística Sustentável, ou instrumento semelhante.

CAP. 4 - MARCO ANALÍTICO

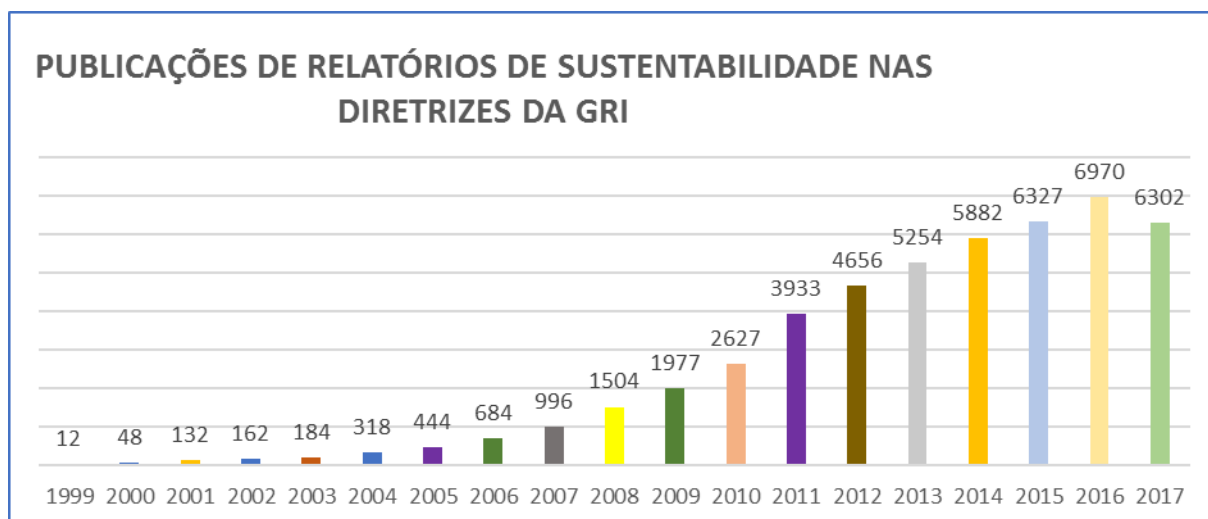
O objetivo deste capítulo é evidenciar as informações levantadas que ampararam o estudo prospectivo objeto dessa Tese. Seguindo a metodologia estabelecida, procurou-se descrever de que forma a gestão dos Planos de Logística Sustentável dos órgãos partícipes da ECOLIGA do Estado de Rondônia se relaciona ao conjunto de indicadores e métricas de desempenho em sustentabilidade, disseminados nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Os parâmetros de comparação para as análises dos indicadores de sustentabilidade, selecionados nesta pesquisa (disseminados pela Global Reporting Initiative), foram estabelecidos de acordo com os resultados encontrados na bibliografia e nos documentos oficiais das instituições pesquisadas (Planos de Logística Sustentável dos órgãos da ECOLIGA, relativos ao ano de 2018), concernentes às ações voltadas aos indicadores das dimensões econômica, ambiental e social.

4.1. Panorama Nacional e Internacional de Adoção da GRI

O número de relatórios da GRI cresceu fenomenalmente nos últimos anos e, atualmente, conta com mais de 50.000 publicados nas suas diretrizes, como se pode visualizar no Gráfico 01.

Gráfico 01: Publicação de Relatórios de sustentabilidade nas diretrizes da GRI



Fonte: GRI, 2018.
Elaboração própria, 2018

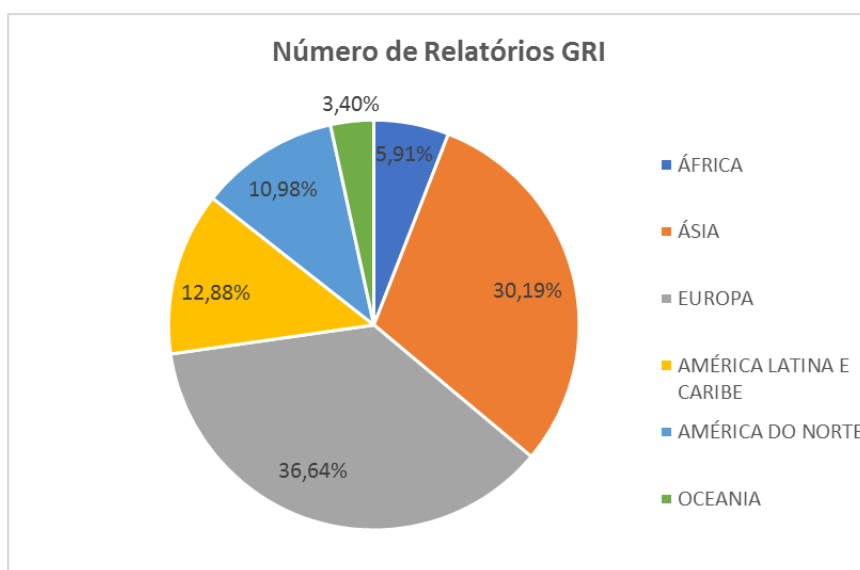
Cabe ressaltar que, de acordo com informações obtidas, da GRI, via E-mail, o registro dos relatórios é um processo em andamento e os relatórios publicados em 2017 ainda

estão sendo coletados. Portanto, os números encontrados na base de dados da GRI não estão completos. Além disso, de acordo com a mensagem eletrônica, a GRI lançou recentemente um novo Sistema de Registro de Relatórios de Normas e agora as organizações precisam verificar seus relatórios com base nos próprios Padrões GRI (versão atual). Diante disto, quaisquer relatórios baseados nos Padrões GRI que estão em processo de verificação, ainda não são exibidos no banco de dados. Em suma, de acordo com informações obtidas, isso sinaliza que o declínio apresentado em 2017 não significa, necessariamente, que menos relatórios de sustentabilidade foram publicados; simplesmente ainda não foram todos registrados no novo banco de dados da GRI.

Até o ano de 2017, quase 12.000 organizações no mundo divulgaram 48.493 Relatórios de Sustentabilidade, com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative*. O *website* da GRI possui o *Sustainability Disclosure Database*, um banco de dados que acondiciona os relatórios de sustentabilidade divulgados pelas mais variadas organizações. Para que o documento seja parte do banco de dados da GRI, é preciso que a organização se cadastre na instituição, de forma que o relatório possa se tornar visível e passe a ser fonte de consulta para outros grupos (GRI, 2018).

A distribuição geográfica do número de relatórios de sustentabilidade, divulgados nos padrões da GRI no ano de 2016, por continente, encontra-se representada no Gráfico 02.

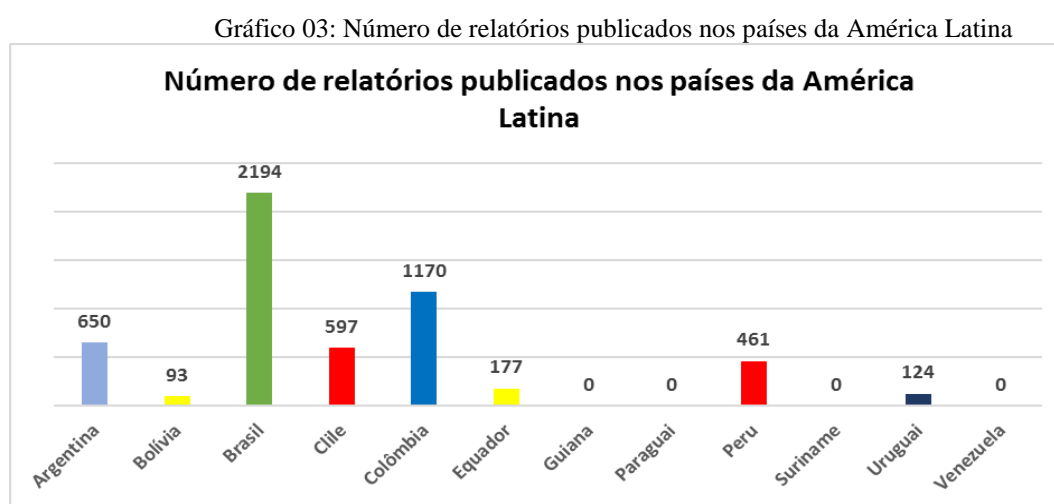
Gráfico 02: Número de Relatórios GRI publicados por continente.



Fonte: GRI, 2018
Elaboração própria, 2018

Conforme dados da análise da adoção dos Relatórios da GRI, por continente, constata-se que as organizações europeias são a principal fonte de relatórios de sustentabilidade, seguida da Ásia. A representatividade das organizações localizadas na Oceania e África, quanto aos documentos publicados, ainda é baixa em relação ao percentual dos demais continentes.

Quanto às publicações dos países da América Latina e Região do Caribe, a liderança do Brasil é destacada, conforme mostra o Gráfico 03



Fonte: GRI, 2018.
Elaboração própria, 2018

Observa-se, no gráfico, que o Brasil lidera o número de publicações de relatórios nas diretrizes da GRI, entre os países da América Latina. A Colômbia também apresenta uma expressividade elevada de relatórios publicados. Observa-se, no entanto, que é nula a publicação de Relatórios GRI na Guiana, Paraguai, Suriname e Venezuela.

4.2. Análise das publicações de Relatórios nas diretrizes da GRI

As organizações emissoras de relatórios no Brasil distribuem-se por setores, cuja classificação utilizada pela GRI abrange 38 setores distintos, de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 06 - Relatórios de sustentabilidade divulgados no Brasil, por setor de atividade.

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS PUBLICADOS NAS DIRETRIZES DA GRI		
Setor de atividade	Nº de Relatórios	% Relatórios
Energia	257	11,69%
Serviços financeiros	253	11,51%

Utilidades de energia	169	7,69%
Serviços de cuidados com saúde	160	7,28%
Outros	133	6,05%
Comidas e bebidas	105	4,77%
Produtos de florestas e papeis	94	4,27%
Químico	81	3,68%
Construção	73	3,32%
Conglomerados	68	3,09%
Agricultura	61	2,77%
Produtos metálicos	60	2,73%
Automotivo	58	2,64%
Logística	54	2,46%
Mineração	51	2,32%
Indústria têxtil	49	2,23%
Serviços sem fins lucrativos	47	2,14%
Telecomunicações	43	1,96%
Uso doméstico e pessoal	42	1,91%
Produtos de cuidados com saúde	41	1,86%
Companhias de água e esgoto	33	1,50%
Universidades	31	1,41%
Serviços comerciais	31	1,41%
Materiais de Construção	28	1,27%
Media (mídia)	27	1,23%
Varejo	26	1,18%
Imobiliária	25	1,14%
Equipamentos	24	1,09%
Turismo e lazer	17	0,77%
Aviação	17	0,77%
Equipamentos tecnológicos	15	0,68%
Instituições públicas	11	0,50%
Computadores	5	0,23%
Cigarros	4	0,18%
Bens de consumo duráveis	4	0,18%
Ferrovias	2	0,09%
Gerenciamento de resíduos	0	0,00%
Brinquedos	0	0,00%

Fonte: GRI, 2018
Elaboração própria, 2018

Observa-se, pelo quadro, que os setores elétrico e financeiro apresentam especial frequência na elaboração de relatórios.

Ressalta-se que Agência Nacional de Eletricidade (ANEEL) tem uma normativa que estabelece a obrigatoriedade, aos agentes do setor elétrico, apresentarem anualmente o seu Relatórios de Sustentabilidade. Tal imposição, certamente, justifica a presença do setor em primeiro lugar no *ranking* de publicações.

Ao analisar, especificamente, o número de relatórios de sustentabilidade de órgãos públicos, divulgados na plataforma da GRI, constatou-se um número bastante escasso de publicações. De acordo com dados, dentre os 38 setores contemplados na base de dados da *Global Reporting Initiative*, somente 0,5% foram produzidos pelo setor público no Brasil.

Dentre as onze produções encontradas, constatou-se que, apenas, quatro instituições publicaram suas informações em sustentabilidade nas diretrizes da GRI, já que os órgãos emissores identificados fizeram publicações em vários períodos distintos. Os órgãos públicos que produziram relatórios GRI foram: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins e Sistema Estadual de Meio Ambiente - Minas Gerais. No caso de órgãos do judiciário e outros órgãos correlatos aos setores contemplados na ECOLIGA, a produção de relatórios de Sustentabilidade GRI é inexistente. Esse cenário denota um processo ainda em amadurecimento das instituições públicas brasileiras ao elaborarem relatórios de sustentabilidade.

Em relação às publicações de relatórios GRI, relacionados ao setor público no mundo, constata-se, também, um número inexpressivo; foram encontradas apenas 712 publicações na base de dados da GRI, o que representa 1,42% de todas as publicações constantes na plataforma. Entretanto, um pouco mais significativo que as publicações no Brasil.

4.3. Suplementos Setoriais

Dada a sua ampla aceitação e respeito internacional na área de relatórios organizacionais, um número crescente de órgãos públicos ficou interessado em adotar a estrutura de relatórios de sustentabilidade da GRI. Em resposta ao aumento do interesse por orientações mais específicas sobre relatórios para organizações do setor público, a GRI desenvolveu, em 2005, a versão piloto do Suplemento Setorial da GRI para Instituições Públicas, uma ferramenta de orientação de relatórios de sustentabilidade para uso de todos os tipos de órgãos públicos, visando proporcionar uma linguagem que pudesse ser aplicada por

esses órgãos. Conforme GRI (2015b), os Suplementos Setoriais são publicações com interpretações e orientações sobre a aplicação, dos indicadores, em setores específicos a serem relatados conforme as particularidades. De acordo com Camargos (2012) os suplementos setoriais são utilizados como complemento às diretrizes e consistem em orientações e interpretações sobre a aplicação do GRI em setores específicos.

Conforme GRI (2015b), ao fornecer orientações sobre como aplicar a estrutura de relatórios no contexto de Instituições públicas, o Suplemento oferece uma contribuição valiosa para alcançar maior transparência no setor público. Como todas as Instituições públicas têm em comum algumas questões básicas de desempenho de sustentabilidade, o Suplemento foi projetado para uso geral por órgãos públicos que operam em todos os níveis de governo. Embora reconheça as diferentes funções e responsabilidades dos órgãos públicos (daí os diferentes impactos operacionais), a estrutura da GRI cria uma estrutura de relatórios comum e comparável que permite um *benchmarking* adequado, podendo evoluir continuamente por meio de *feedback* e experiência do usuário no futuro.

Considerando, no entanto, que a participação do Setor Público brasileiro é quase nula, no conjunto de relatórios GRI, até o momento apresentados, optou-se por abandonar a abordagem dos Suplementos Setoriais como base de comparação.

Entretanto, caso as organizações partícipes da ECOLIGA venham a adotar o modelo GRI para seu conjunto de indicadores, terão uma referência inicial que poderá evoluir nos ciclos subsequentes de sua própria análise.

4.4. Análise da utilização do GRI pelas instituições públicas Brasileiras

Com objetivo de levantar os indicadores das instituições públicas brasileiras que publicaram seus relatórios na base de dados da GRI, foi elaborado um quadro, no qual todos os indicadores eleitos pelas mesmas são listados para melhor compreensão. Dentre as organizações relatoras, ressalta-se: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins e Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, assim denominadas, respectivamente: CDHU-SP, FP-RJ, SEMADES-TO e SISEMA-MG.

Quadro 07: Indicadores relatados pelas instituições públicas brasileiras nas diretrizes GRI

INDICADORES RELATADOS PELAS INSTITUIÇÕES PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS				
INDICADORES	CDHU-SP	FP-RJ	SEMADES-TO	SISEMA-MG
EC1	X	X	X	X
EC2			X	
EC3	X	X		
EC4	X	X	X	
EC5	X	X		X
EC6	X	X		X
EC7	X			
EC8	X			
EC9	X	X		
EN1		X	X	X
EN2			X	
EN3		X	X	X
EN4		X		
EN6			X	
EN7	X			
EN8		X	X	X
EN9			X	
EN10			X	
EN11		X	X	
EN12			X	
EN13	X		X	
EN14	X		X	
EN15			X	
EN16		X	X	X
EN17		X	X	X
EN18			X	
EN20			X	
EN21		X	X	
EN22				X
EN25			X	
EN26				X
EN27	X			X
EN28			X	X
EN29	X			X
EN31			X	
LA1				X
LA2	X			X
LA3	X			X
LA4			X	
LA5	X			
LA6	X			

LA7	X			
LA8	X			
LA9	X		X	
LA10	X	X	X	X
LA11	X	X		X
LA13	X			X
HR1	X			
HR4		X		
HR5	X			
HR6	X	X		
HR7		X		
HR8			X	
SO1	X	X		
SO3			X	X
SO4	X			X
SO5	X	X		
SO6	X		X	
SO7	X			
SO8	X			
PR1	X		X	
PR3	X		X	
PR5		X		
PR6	X			
PR7	X			
PR8	X			
PR9	X			

Fonte: GRI, 2018
Elaboração própria, 2018

Com base nos dados apresentados, em relação aos indicadores relatados pelas instituições retratadas, observou-se que as três categorias (econômica, ambiental e social) receberam contemplações dos quatro órgãos analisados. Entretanto, considerando-se que as organizações se relacionam ao mesmo setor de atuação, constata-se uma enorme falta de homogeneidade em relação à presença dos indicadores das mesmas. Destaca-se que, conforme reportado por Patricia Kruss Serrano Paris (2012), evidencia-se a ausência de semelhança, no nível de aderência aos indicadores entre as diversas organizações relatoras, prejudicando a comparabilidade, princípio este vital para que o relatório de sustentabilidade seja referência.

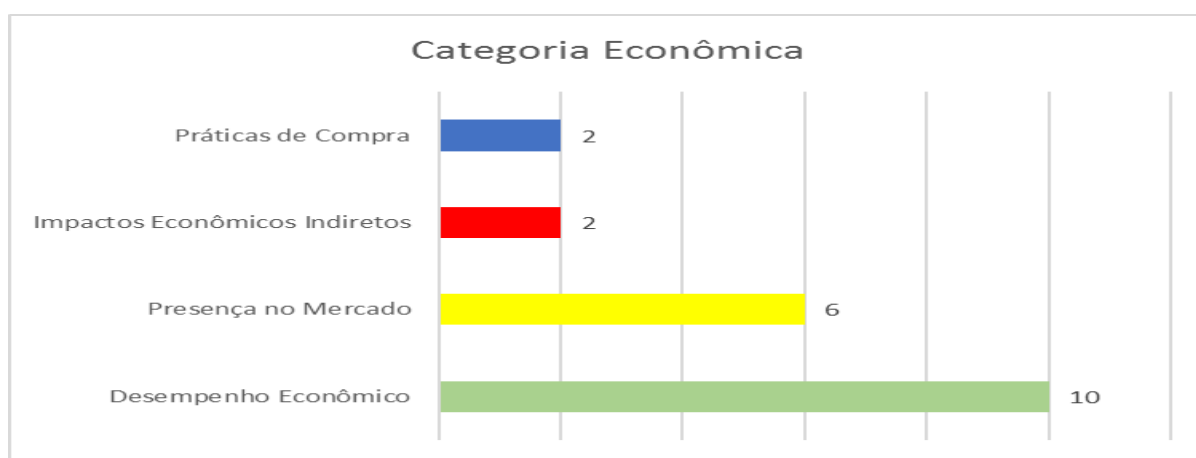
Ao analisar a base de dados da *Global Reporting Initiative*, com o propósito de identificar quais as instituições públicas brasileiras publicam seus relatórios de sustentabilidade nas diretrizes da GRI e quais os indicadores econômicos, ambientais e

sociais, eleitos pelas mesmas, identificou-se que algumas das instituições relatoras publicaram seus resultados em versões e em anos distintos; verificou-se que, desde o ano de 2009, as instituições públicas do Brasil vinham adotando as diretrizes da GRI. A versão que mais recebeu publicações foi a versão G3.

Um aspecto que merece atenção foi que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU-SP) recebeu um número pouco representativo de indicadores enquadrados no rol da categoria ambiental. Entretanto, nas categorias econômica e social revelou-se a instituição com maior representatividade em seus indicadores. É importante destacar que esta pesquisa não investigou as razões para tais ocorrências, pois as referidas organizações não são o foco deste estudo, porém, apresentam informações interessantes para futuras indagações.

Visando uma análise mais sintética dos aspectos eleitos, contemplados nas dimensões Econômica, Ambiental e Social, foram construídos gráficos dos resultados apontados pelas instituições públicas mencionadas, conforme se verifica nos gráficos 04.

Gráfico 04: aspectos eleitos pelas instituições públicas na Categoria Econômica

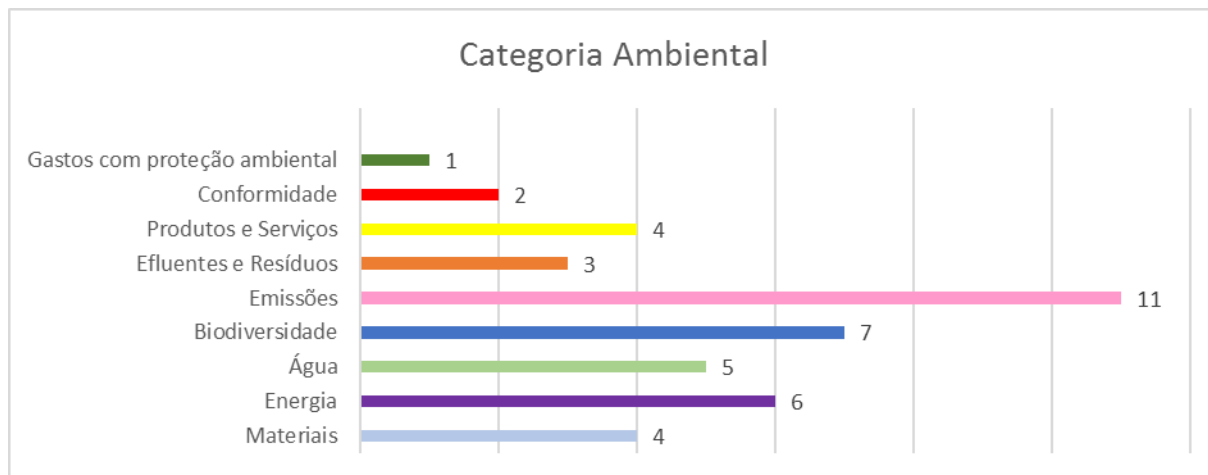


Fonte: GRI, 2018.
Elaboracao própria, 2018

Observa-se, pelo gráfico, que o aspecto *Desenvolvimento Econômico* foi o que mais teve representatividade, dentre os órgãos relatores analisados na Categoria Econômica. Tal aspecto, de acordo com as diretrizes da GRI, abrange os seguintes indicadores: Valor econômico direto gerado e distribuído, Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas, Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício da organização e Assistência financeira recebida do governo.

Em análise dos resultados obtidos pela Categoria Ambiental, pelas instituições públicas, relatoras da GRI, constata-se a evidenciação de 08 aspectos, dentre os 12 contidos nas diretrizes GRI, conforme ilustrado no Gráfico 05.

Gráfico 05: Aspectos eleitos pelas instituições públicas na Categoria Ambiental



Fonte: GRI, 2018.
Elaboracao própria, 2018

Na Categoria Ambiental, os aspectos mais relatados foram os de *Emissões*, que incluem indicadores de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e de substâncias que destroem a camada de ozônio, NOX, SOX e de outras emissões atmosféricas importantes. Seguidamente, o aspecto *Biodiversidade*, *Energia* e *Água* também tiveram boa representatividade nos relatos das instituições.

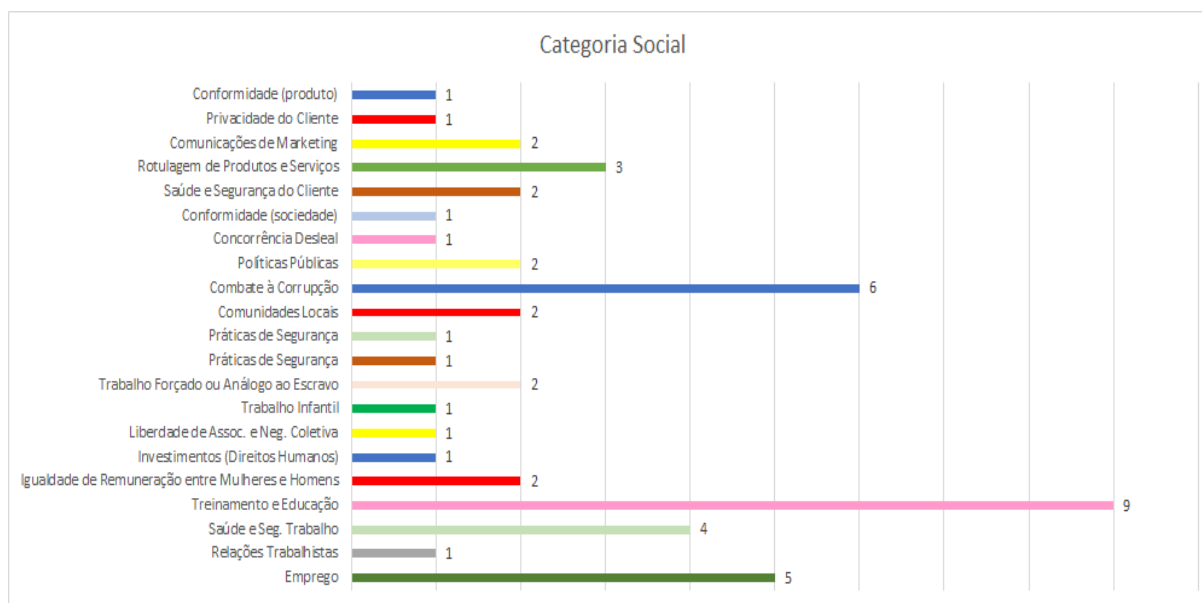
Sobre este aspecto, é relevante salientar que, além da A3P enfatizar a necessidade de preservação dos recursos naturais, o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP (AGU, 2013) que objetiva auxiliar os órgãos públicos nas questões ambientais, vêm destacar o Decreto nº 7.746/2012 que foi editado para regimentar tal dispositivo legal e instituir critérios, práticas e orientações gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. De acordó com seu artigo 4º são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

- III – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII – Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Por fim, na Categoria Social, com análise dos resultados obtidos, pelas instituições analisadas, verifica-se a adoção de 21 aspectos, dentre os 29 pertencentes ao arcabouço de indicadores da GRI, conforme apresetado no Gráfico 06.

Gráfico 06: Aspectos eleitos pelas instituições públicas na Categoria Social



Fonte: GRI, 2018.
Elaboracao própria, 2018

Conforme o Gráfico, na Categoria Social, de acordo com análise das instituições Públicas analisadas, o Aspecto *Treinamento e Educação* foi o que mais foi relatado. As Diretrizes da GRI preveem os seguintes conteúdos e orientações: Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional; Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria e Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional.

Sobre este aspecto, Kuzma *et al.* Expressa que, segundo estudos, a aprendizagem e a capacitação, com consequente geração de competências aos colaboradores, são vistas como alternativa para que se alcance a sustentabilidade organizacional.

A A3P considera que os indicadores do eixo Sensibilização e Capacitação dos Servidores foram definidos com foco nas ações de informação, valorização e engajamento dos servidores, cujas ações são: Quantidade de cursos realizados, Quantidade de campanhas realizadas, Quantidade de publicações, Listar as estratégias de comunicação utilizadas, Quantidade de palestras realizadas e Quantidade de servidores capacitados (MMA, 2019).

4.5. Acordo de Cooperação Técnica que instituiu os órgãos partícipes da ECOLIGA no estado de Rondônia

Em conformidade com as normais legais vigentes, foi celebrado o Termo de adesão ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, a Seção Judiciária do Estado de Rondônia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública da União, a Fundação Universidade Federal de Rondônia (instituições federais), o Tribunal de Justiça do estado de Rondônia, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e o Ministério Público do Estado de Rondônia (instituições estaduais), com o objetivo de compartilhamento e execução conjunta de práticas de política e gestão sustentável, assim instituindo a ECOLIGA-RO.

O Acordo constitui, também, as ações de estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas, visando complementar as práticas desenvolvidas e a troca de experiências, a cessão de mecanismos e materiais de divulgação com vistas a difundir boas práticas na administração pública.

O instrumento define as atribuições dos órgãos partícipes da ECOLIGA/RO, cujas responsabilidades são: planejamento, implementação, monitoramento e registro das ações desempenhadas, promovendo em seu órgão respectivos atos necessários para o cumprimento das ações voltadas para a geração de benefícios econômicos e socioambientais.

4.6. Perfil das instituições pesquisadas

Esta seção visa caracterizar o campo de estudo (órgãos partícipes da ECOLIGA) quanto à sua organização.

4.6.1. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE)

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é um órgão do Poder Judiciário Federal que atua com a finalidade de garantir a legitimidade do processo eleitoral. Sua estrutura é administrativamente autônoma, podendo deliberar localmente sobre a melhor forma de utilização de seus recursos orçamentários. Em sua abrangência alcança todo o estado de Rondônia, onde situa suas atividades em uma sede principal, localizada na capital do estado e 28 cartórios eleitorais, distribuídos na capital e no interior do estado.

4.6.2. Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT)

A Justiça do Trabalho é um ramo do Poder Judiciário que tem por finalidade dirimir as questões decorrentes da relação de emprego. O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região tem por competência decidir sobre as questões trabalhistas ocorridas no âmbito do Estado de Rondônia e Acre, tendo como sede a cidade de Porto Velho.

4.5.3. Seção Judiciária do Estado de Rondônia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF)

A Justiça Federal é o órgão do Poder Judiciário competente para julgar as causas em que a União, autarquias e empresas públicas federais sejam interessadas. O estado de Rondônia conta com Seção Judiciária Federal, vinculada a um dos Tribunais Regionais Federais. A atual sede da Seção Judiciária de Rondônia está localizada na cidade de Porto Velho e engloba a Subseções Judiciárias de Ji-Paraná, Guajará e Vilhena.

4.5.4. Ministério Público Federal (MPF)

O Ministério Público atua como função essencial à Justiça da defesa dos direitos sociais e individuais, da ordem jurídica e do regime democrático. O Ministério Público federal do estado de Rondônia age perante a Justiça estadual. A Procuradoria da República em

Rondônia (PR/RO) é a sede do Ministério Público Federal (MPF) no estado, localizada na capital, Porto Velho, cabe à PR/RO defender os direitos sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos. O órgão atua nos casos federais, regulamentados pela Constituição e pelas leis federais, sempre que a questão envolver interesse público, seja em virtude das partes ou do assunto tratado.

4.5.5. Ministério Público do Trabalho (MPT)

O Ministério Público do Trabalho é o ramo do Ministério Público da União – MPU - que tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Cabe ao MPT promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos. A Procuradoria Regional do Trabalho – PRT de Rondônia também atua na jurisdição do estado do Acre, que não possuem PRT, mas sim Procuradorias do Trabalho nos Municípios.

4.5.6. Defensoria Pública da União (DPU)

A Defensoria Pública da União é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todos os graus, perante o Poder Judiciário da União. A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e três subseções judiciárias no estado de Rondônia, sendo que a DPU possui um órgão de atuação na capital. O órgão de atuação da DPU no estado está localizado na cidade de Porto Velho

4.5.7. Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é a única universidade pública de Rondônia. A UNIR é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, atuando com cursos de graduação, especialização, mestrado, doutorado e educação à distância. Possui oito *campi*, localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. Sua sede administrativa da UNIR fica na cidade de Porto Velho.

4.5.8. Tribunal de Justiça do estado de Rondônia (TJ-RO)

O Poder Judiciário é um dos três poderes do Estado de Rondônia a qual é atribuída a função judiciária, ou seja, a administração da Justiça na sociedade, por meio do cumprimento de normas e leis judiciais e constitucionais. A sede do Tribunal de Justiça está localizada na cidade de Porto Velho e hoje o Estado conta com 23 comarcas em seus diversos municípios.

4.5.9. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO)

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia é um órgão técnico e independentes do Poder Legislativo. O TCE-RO compõe a rede de controle externo sobre a administração pública e fiscaliza o uso de recursos públicos pelo estado e pelos municípios que o compõem. Seu objetivo é fiscalizar, sob o aspecto técnico, as contas públicas em nome do cidadão e assegurar que os recursos públicos sejam bem aplicados, analisando estes recursos e determinando que os administradores ajam com legalidade, economicidade e moralidade.

4.5.10. Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO)

O Ministério Público do Estado de Rondônia é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sem vinculação funcional a qualquer dos poderes do Estado, o Ministério Público é uma instituição pública autônoma e independente, ou seja, não está subordinada aos Poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo. O Ministério Público atua em várias áreas, como na defesa dos direitos do consumidor, meio ambiente, idosos, pessoas com deficiência, saúde, educação, transportes e em outras que atinjam a sociedade em geral (direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis).

4.7. Análise dos indicadores das instituições partícipes da ECOLIGA

Nesta seção concentra-se a essência deste trabalho, pois visa descrever de que forma a gestão dos Planos de Logística Sustentável (PLS) dos órgãos partícipes da ECOLIGA do Estado de Rondônia se relaciona ao conjunto de indicadores e métricas de desempenho em sustentabilidade, disseminados nas diretrizes da *Global Reporting Initiative*, caracterizando os PLS dos órgãos pesquisados, comparando-os com o conjunto de indicadores e métricas de desempenho em sustentabilidade da GRI, confrontando os referenciais normativos de sustentabilidade dos órgãos investigados, aplicáveis às boas práticas nas dimensões

econômica, social e ambiental pelas instituições, identificando os elementos passíveis de avaliação socioambiental, tendo como base os princípios estabelecidos na legislação ambiental vigente e nas diretrizes da GRI.

O objetivo desta seção, seguindo a metodologia estabelecida, é apresentar as informações obtidas, em relação aos dados coletados neste estudo, não sendo propósito do presente trabalho analisar e criticar a performance destas instituições em termos de sustentabilidade, mas a abordagem que essas praticaram em relação à gestão dos PLS e seus respectivos indicadores em sustentabilidade.

Com propósito de analisar o alinhamento dos indicadores das instituições da ECOLIGA com os da GRI, primeiramente, foi elaborado um quadro analítico, apresentado no Anexo I, contendo uma lista de todos os indicadores da GRI, versão G4, nas suas respectivas categorias, os aspectos, seus devidos enquadramentos e o conteúdo de cada um, permitindo maior compreensão dos indicadores adotados nas diretrizes.

Antes de iniciar os trabalhos alusivos à verificação dos indicadores das instituições pesquisadas, realizou-se um levantamento, a fim de averiguar quais elaboraram seus PLS. Durante a diligência, constatou-se que, dentre os dez órgãos partícipes da ECOLIGA, somente quatro confeccionaram seus documentos, a saber: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE), Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT), Seção Judiciária do Estado de Rondônia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) e Tribunal de Justiça do estado de Rondônia (TJ-RO), conforme apresentado no quadro 08.

Quadro 08: Regulamentações que regem Instituições para elaboração dos PLS

Instituições pesquisadas	Instituições que elaboraram o PLS	Instituições regidas pela Instrução Normativa Nº 10/20112/SLTI	Instituições regidas pela Resolução Nº 201/2015/CNJ	Instituições regidas pela Recomendação Nº 6/2007/CNMP
TRE	X	X	X	
TRT	X	X	X	
TRF	X	X	X	
MPF		X		X
MPT		X		
DPU		X		
UNIR		X		
TJ-RO	X		X	
TC-RO*				

MP-RO				X
-------	--	--	--	---

Fonte: IN 10/20112/SLTI, Res. 201/2015/CNJ, Rec. 6/2007/CNMP e PLS das instituições da ECOLIGA, 2018
Elaboracao própria, 2018

Certamente, uma observação de grande destaque em relação às informações evidenciadas na coleta de dados na pesquisa é que todos os quatro órgãos que elaboraram seus PLS pertencem ao Poder Judiciário; os demais órgãos, vinculados ao poder executivo e, até mesmo os órgãos de controle não elaboraram seus planos, apesar das imposições legais vigentes. Neste cenário, é possível inferir que as razões para tal ocorrência se devem à força do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação aos órgãos por ele controlados. Sobre esta perspectiva, para o Tribunal de Contas da União, apesar de não haver subordinação dos tribunais ao Conselho, há um braço administrativo para prestar apoio na gestão. De acordo com Castro e Santos (2011), o Ato expedido pelo CNJ detém o mesmo impacto normativo das leis.

Outro aspecto, verificado no quadro, é que não foi identificada legislação que imponha ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a elaboração de Plano de Logística Sustentável, em seu acervo documental, em sua página de internet e nem mesmo junto aos seus representantes.

Ademais, deduz-se que a desarmonia de instrumentos governamentais, apresentada em capítulos anteriores, pode contribuir para a inércia do gestor público quanto à execução das ações delegadas.

É importante salientar que algumas instituições que não elaboraram seus PLS possuem outras diretrizes norteadoras de boas práticas em sustentabilidade, incorporando a variável ambiental em seus processos, a exemplo do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO) que, por força da Recomendação Nº 6/2007, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) recomendou a criação de Comissões Institucionais de Gestão Ambiental, com a tarefa de estudar, sugerir e acompanhar a implementação de medidas administrativas, voltadas à adoção de hábitos ecologicamente sustentáveis, no sentido de fomentar a conscientização institucional da preservação ambiental. Em consequência dessa recomendação, o MPF editou o Manual Socioambiental para formalização de seus programas, estabelecendo objetivos socioambientais, planejamento das ações sustentáveis e, inclusive, indicadores socioambientais. Já o MP-RO editou a Resolução Nº 5/2016/PGJ, instituindo normas e ações de sustentabilidade e racionalização de custos, visando definir práticas sustentáveis a serem implementadas para otimização e racionalização

dos recursos, no que se refere a iniciativas que caracterizem boas práticas para o alcance da sustentabilidade ambiental e financeira da Instituição. Entretanto, o núcleo desta pesquisa, concentra-se nos indicadores dos Planos de Logística Sustentáveis, deixando de analisar outras ferramentas.

4.8. Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública realizado pelo Tribunal de contas da União - TCU

Com o intuito de verificar o nível de implementação das ações de sustentabilidade pela administração pública federal, e considerando que a administração ainda não realizou esse tipo de acompanhamento, o TCU, em sua auditoria, propôs a criação do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade da Administração (IASA), obtido por meio de pesquisa realizada junto a mais de 100 instituições da esfera federal, com maior relevância nos gastos de água, de energia elétrica e de papel ou integrantes da auditoria anterior, com vistas a aferir a evolução dessas medidas.

Para avaliar a sustentabilidade na administração pública federal e, devido à abrangência do tema, o IASA foi definido como a média de onze critérios/eixos temáticos estabelecidos na auditoria. Os onze eixos temáticos da sustentabilidade avaliados neste trabalho foram divididos conforme Quadro 09.

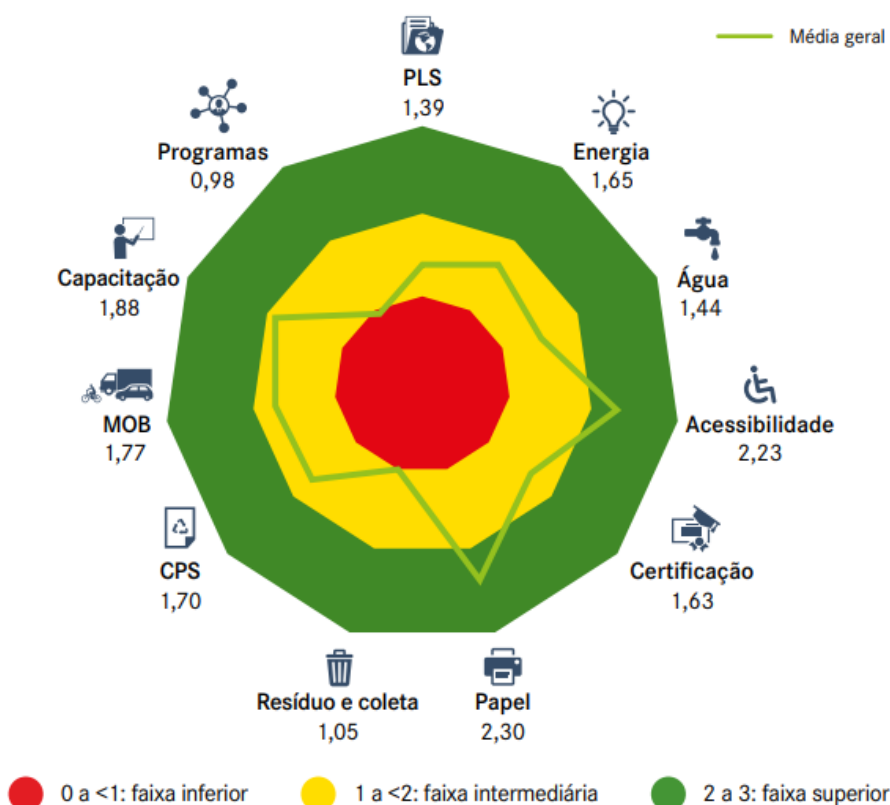
Quaro 09 - Eixos temáticos da sustentabilidade, adotados na auditoria do TCU

Eixos temáticos da sustentabilidade adotados na auditoria.	
1. elaboração, implementação e monitoramento do PLS;	7. gestão de resíduos e coleta seletiva;
2. racionalização no uso de energia elétrica;	8. contratações públicas sustentáveis;
3. racionalização no uso de água;	9. mobilidade e gases de efeito estufa;
4. atendimento a requisitos de acessibilidade;	10. conscientização e capacitação;
5. certificação de prédios públicos;	11. adesão a programas de sustentabilidade
6. racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico;	

Fonte: Auditoria do TCU, 2019.
Elaboracao própria, 2019

Os resultados alcançado na avaliação pelo IASA podem ser visualizados na figura 05, em que são apresentadas as pontuações médias das 101 instituições avaliadas de cada um dos onze eixos temáticos estudados.

Figura 05: Representação gráfica do IASA, apresentando os eixos temáticos avaliados.



Fonte: auditoria realizada pelo TCU sobre sustentabilidade na administração pública federal.

De acordo com os resultados do trabalho, ilustrado na figura 05, considerando uma escala de avaliação de 0 a 3 nas ações constantes dos onze eixos temáticos da sustentabilidade, abordados na auditoria, a média obtida pelas instituições representantes dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) que aderiram ao questionário foi de 1,64, o que enquadra a administração pública federal em uma faixa de performance intermediária (nível amarelo, de 1 a 2). Para o TCU, tal diagnóstico, demanda atenção para que as ações alcancem a faixa superior, representada pela pontuação de 2 a 3 (nível verde). O nível vermelho é representado pela pontuação de 0 a 1.

É valoroso comentar a performance do indicador relativo ao PLS, o qual tem grande influência sobre os demais indicadores, tendo em vista que as ações de sustentabilidade,

previstas para os demais 10 indicadores, devem estar previstas no PLS, de acordo com o Parecer da CGU. Verifica-se que, tanto o indicador do PLS quanto o IASA médios foram avaliados na mesma faixa de pontuação (faixa intermediária), respectivamente: 1,39 e 1,64. A proximidade entre as pontuações apresentadas para o IASA, que é a média dos onze indicadores, e para o indicador relativo aos PLS, que abrange as ações de todos os eixos temáticos abordados, demonstra a importância que o PLS possui sobre a implementação dos indicadores avaliados. Já na faixa superior da pontuação, somente dois dos onze indicadores alcançaram a avaliação necessária: acessibilidade – 2,23; e papel – 2,30. Um dos motivos para que a acessibilidade obtivesse uma boa avaliação no IASA, de acordo com o TCU, relaciona-se à existência da Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), ainda que existam muitos desafios a serem transpostos nessa área.

Já o indicador concernente ao papel exibiu bom resultado na pesquisa do TCU, tendo em vista algumas ações que têm tido grande influência no consumo de papel, tal como a redução no número de impressoras por servidor e a introdução de sistemas de trabalho eletrônicos nas instituições públicas.

Por outro lado, o indicador relacionado à adesão aos programas de sustentabilidade teve a menor pontuação obtida (0,98), o que pode ser esclarecido pelo fato de que a adesão a esses programas (A3P, PES, PROCEL Edifica e PEG) é voluntária, somado ao desconhecimento dos resultados positivos que tal adesão pode trazer ao órgão. De acordo com o Tribunal de Contas da União:

“a adesão a programas de sustentabilidade leva o órgão ao conhecimento de boas práticas e ao fortalecimento das comunidades de gestão sustentável, além de distribuir os esforços e multiplicar os resultados advindos da implementação das práticas de sustentabilidade”.

A abrangência da pesquisa do TCU, conforme distribuição dos 101 respondentes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, nas faixas de pontuação do IASA, se deu da seguinte forma: executivo (78 órgãos), legislativo (3 órgãos) e judiciário (20 órgãos). Como se pode verificar, boa parte da administração pública federal apresenta um nível intermediário de implementação de ações de sustentabilidade.

O nível de implementação “intermediário”, demonstrado nas ações de sustentabilidade, identificado nas faixas de pontuação do IASE, decorre de falhas estruturais,

identificadas ao longo da auditoria. O TCU agrupou essas causas, representando as seguintes constatações do trabalho realizado:

- deficiências de atuação no nível central de governo;
- baixa evolução na adoção de critérios e práticas sustentáveis nas contratações;
- nível incipiente de implementação de ações que visem à utilização de edifícios públicos mais eficientes e sustentáveis;
- deficiências nas iniciativas relacionadas à gestão de resíduos e realização de coleta seletiva solidária.

4.9. Comparação entre grupos de indicadores

Uma vez identificadas as instituições, procedeu-se a análise de todos os indicadores constantes nos temas abrangidos na legislação vigente dos órgãos pesquisados, confrontando os marcos regulamentares em sustentabilidade com o conjunto de indicadores contempados nos PLS de cada instituição, sendo, posteriormente, comparados aos indicadores da GRI. O processo de comparação resultou na construção do Quadro 09, no qual os indicadores eleitos pelas instituições pesquisadas, e que estão alinhados aos da GRI, são listados para melhor compreensão.

Quadro 09: Indicadores eleitos nos PLS das instituições partícipes da ECOLIGA

INDICADORES ELEITOS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA ECOLIGA, EM ALINHAMENTO AOS INDICADORES DA GRI				
INDICADORES	TRE	TRT	TRF	TJ-RO
EN3 - Consumo de energia dentro da organização	X	X	X	
EN5 - Intensidade energética	X	X	X	X
EN6 - Redução do consumo de energia		X		X
EN23 - Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	X	X	X	X
EN32 - Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais				X
LA9 - Número médio de horas de treino por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	X		X	X

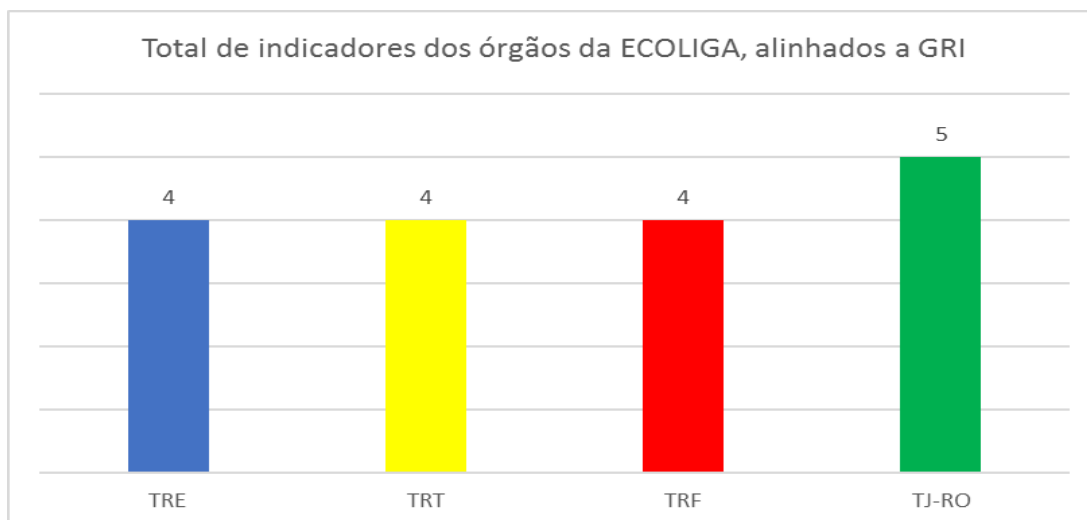
Fonte: PLS das instituições partícipes da ECOLIGA, 2018
Elaboracao própria, 2018

Observa-se que, de acordo com os dados coletados, a representatividade dos indicadores contemplados nos Planos de Logística Sustentável dos órgãos pertencentes à ECOLIGA, que estão alinhados aos indicadores das diretrizes da GRI, é bastante incipiente.

Destaca-se que, dentre os 91 indicadores compreendidos nas instruções da GRI, apenas 06 foram abrangidos pelos órgãos pesquisados.

Em análise mais resumida, apresenta-se, abaixo, no Gráfico 07, o total de indicadores que foram relatados pelos órgãos da ECOLIGA, que estão alinhados aos disseminados pela GRI.

Gráfico 07: Total de indicadores relatados pelos órgãos partícipes da ECOLIGA, em alinhamento a GRI.

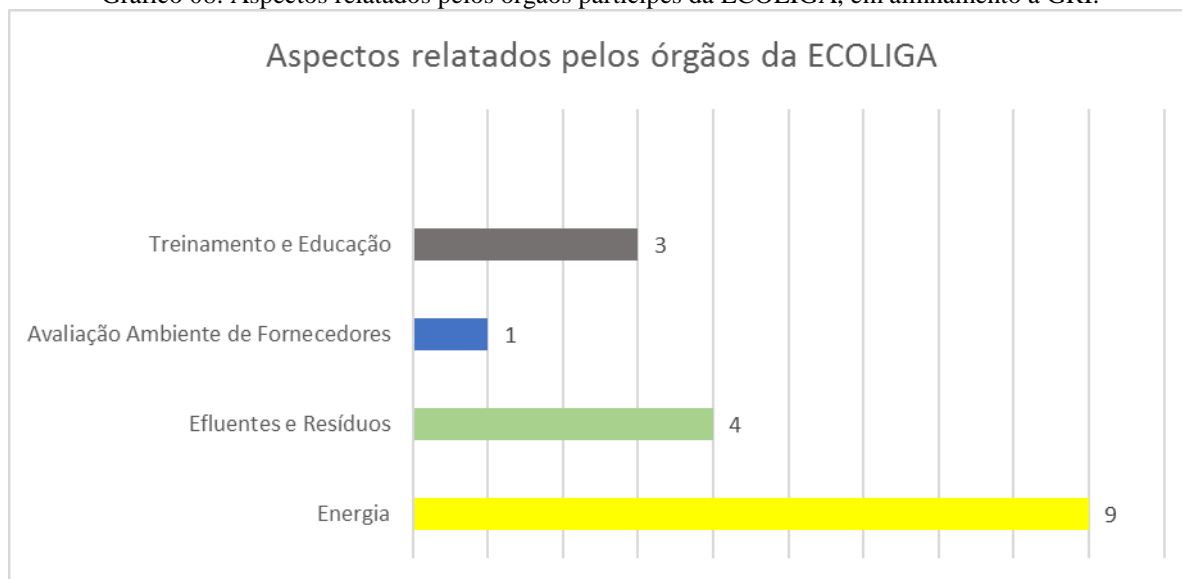


Fonte: PLS das instituições partícipes da ECOLIGA, 2018
Elaboração própria, 2018

Verifica-se, pelo gráfico, que os indicadores empregados pelos órgãos pesquisados, em seus PLS foi excepcionalmente insignificante. O Tribunal de Justiça de Rondônia adota 05 indicadores e os demais adotam 04, apenas.

Quanto aos aspectos, constata-se, pelo gráfico 08, que, dentre os relatados pelos órgãos partícipes da ECOLIGA, em alinhamento aos 45 aspectos da GRI, verifica-se a utilização de apenas 04 aspectos, distribuídos pelas Categorias Ambiental (1 indicador) e Social (3 indicadores).

Gráfico 08: Aspectos relatados pelos órgãos partícipes da ECOLIGA, em alinhamento a GRI.

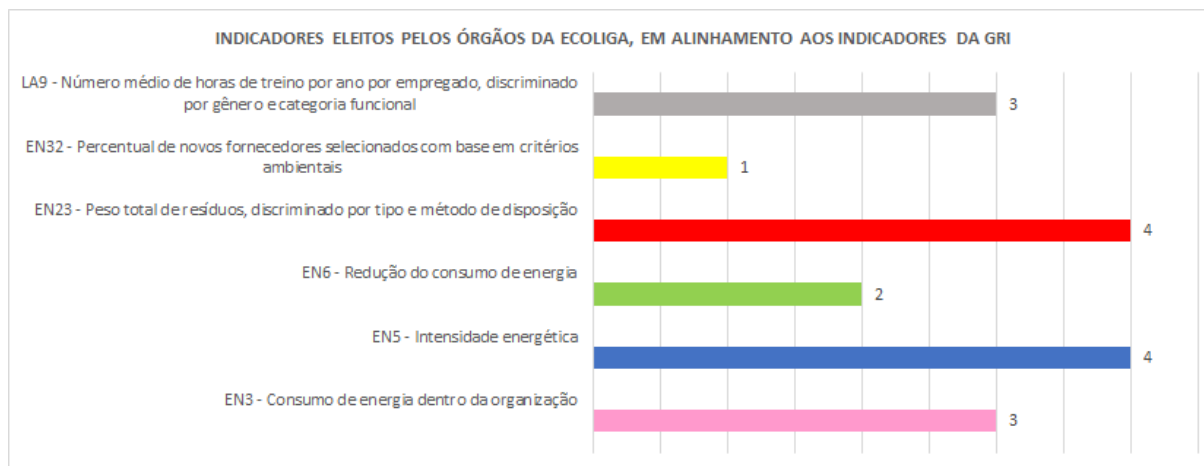


Fonte: PLS das instituições partícipes da ECOLIGA, 2018.

Elaboração própria, 2018

Por fim, ao analisar, individualmente, os indicadores adotados pelos órgãos pesquisados, constata-se a presença de apenas 06, em alinhamento aos indicadores da GRI, conforme se verifica no Gráfico 09.

Gráfico 09: Indicadores eleitos pelos órgãos partícipes da ECOLIGA, em alinhamento aos indicadores da GRI.



Fonte: PLS das instituições partícipes da ECOLIGA, 2018

Elaboração própria, 2018

Verifica-se, no gráfico, que a adoção de indicadores da categoria econômica é nula e que, dentre os indicadores da categoria social apenas um deles foi contemplado. Além disso, constata-se que o número de indicadores eleitos, nos moldes da GRI, pelos órgãos estudados, manteve a mesma média; entre 5 e 6 indicadores relatados em seus PLS.

Sobre este prisma, Tinoco (2001) revela que a série de indicadores que se pode extrair do Relatório de Sustentabilidade, tanto de ordem quantitativa, como qualitativa é numerosa. Na concepção do autor, podem-se obter indicadores de caráter econômico, como:

- Valor adicionado por trabalhador;
- Relação entre salários pagos ao trabalhador em relação ao valor adicionado;
- Relação entre salários e as receitas brutas da empresa;
- Contribuição do valor adicionado da empresa para o Produto Interno Bruto;
- Produtividade social da empresa;
- Carga tributária da empresa em relação a seu valor adicionado, dentre outros.

Em uma análise mais abrangente certifica-se que os indicadores mais utilizados pelas instituições pesquisadas foram os da Categoria Ambiental, tais como: EN5 (intensidade energética) e EN23 (peso total de resíduos). Sobre o indicador EN5, é importante salientar que, de acordo com as diretrizes da GRI (2015a), a intensidade energética ajuda a contextualizar a eficiência da organização, inclusive na comparação com outras organizações. Quanto à presença do indicador EN3 (consumo de energia dentro da organização), constatou-se a eleição por parte de três instituições elaboradoras. Sobre o indicador EN3, segundo a GRI (2015a) o consumo de energia tem consequência direta nos custos operacionais e pode elevar à exposição a flutuações de abastecimento e preços de energia. A pegada ambiental da organização é delineada, em parte, por sua escolha de fontes de energia.

Acerca do indicador EN6 (redução do consumo de energia), o mesmo foi retratado por duas instituições. Sobre este ponto, a recomendação da GRI é que seja relatado o volume das reduções de consumo de energia, obtidas diretamente em decorrência de melhorias na conservação e eficiência, bem como os tipos de energia incluídos nas reduções, tais como: combustível, energia elétrica, aquecimento, refrigeração e vapor.

Vale destacar que, de acordo com o trabalho de auditoria realizado pelo TCU, uma importante constatação é a necessidade de estabelecer parâmetros de consumo da administração pública, os quais poderão balizar a implementação de ações de racionalização com vistas ao alcance de graus de consumo mais sustentáveis.

Já em relação ao indicador EN23 ressalta-se que dados sobre a geração de resíduos ao longo de vários anos podem informar o nível de progresso auferido pela organização nos seus esforços de redução da produção de resíduos. Indicam, também, possíveis melhorias na eficiência e produtividade de processos. Do ponto de vista financeiro, a redução de resíduos

colabora diretamente para a diminuição dos custos de materiais, beneficiamento e descarte. As informações sobre o destino do descarte indicam até que ponto a organização tem gerido o equilíbrio entre as opções de disposição e diferentes impactos ambientais. A maior parte das estratégias de redução de resíduos enfatiza a priorização de opções de reutilização, reciclagem e, posteriormente, recuperação sobre outras opções de disposição (GRI, 2015a).

Finalmente, em relação ao indicador EN32 (percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais), ao examinar os PLS das instituições pesquisadas, constatou-se que apenas um dos órgãos elegeu tal indicador em seu relatório. De acordo com as diretrizes da GRI (2015a), os impactos ambientais negativos significativos potenciais podem ser evitados ou reduzidos na fase de elaboração de contratos ou de outros acordos.

Na dimensão social, dentre os indicadores relatados nos PLS da ECOLIGA, apenas o LA9 (horas de treinamento), foi identificado. Quanto à presença deste indicador, constatou-se a eleição por parte de três instituições elaboradoras. Sobre este aspecto, a GRI recomenda que seja relatado o número médio de horas de treinamento, realizado pelos empregados da organização. Neste contexto, é relevante enfatizar que esse indicador abrange os treinamentos em todos os aspectos e não somente na perspectiva da sustentabilidade, como representado pelas instituições analisadas. Segundo o MMA (2018), a capacitação auxilia no desenvolvimento de competências institucionais e individuais e ao mesmo tempo propicia aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades, valorizando aqueles que se envolvem em iniciativas inovadoras.

Para Tinoco (2001), os indicadores de caráter social poder ser, por exemplo:

- Evolução do emprego na empresa;
- Promoção dos trabalhadores na escala da empresa;
- Relação entre a remuneração do pessoal a nível de gerência e os operários;
- Participação e evolução do pessoal por sexo e instrução;
- Classificação do pessoal por faixa etária;
- Classificação do pessoal por antiguidade na empresa;
- Nível de absenteísmo;
- Benefícios sociais concedidos (médico, odontológico, moradia, educação);
- Política de higiene e segurança no trabalho;
- Política de proteção ao meio ambiente, dentre outros.

4.10. Dados complementares, coletados junto aos representantes dos núcleos socioambientais

Caracterizado o alinhamento dos indicadores contidos nos PLS com os indicadores da GRI, almejou-se realizar um estudo mais profundo sobre a seleção dos indicadores contemplados nos Planos de Logística Sustentável, a fim de compreender as justificativas quanto à escolha dos mesmos. Para tal evidenciação, foram entrevistados representantes das comissões ou núcleos de sustentabilidade dos órgãos pesquisados.

Previamente, cabe frisar que a intenção não é promover um *ranking* entre as melhores instituições, mas sim realizar um levantamento em relação à abordagem de cada uma, de modo a propiciar uma reflexão para, conseqüentemente, promoverem maior controle de suas atividades e melhoria em seus planos e programas voltados à temática ambiental e adotarem intervenções na gestão de seus processos, com vistas à promoção de melhores práticas socioambientais.

4.10.1. Razões para elaboração dos PLS

Inicialmente foi questionado, aos membros, sobre a razão para elaboração dos Planos de Logística Sustentável em cada instituição. Nessa linha, por unanimidade, os quatro representantes informaram que seus PLS foram elaborados por força da determinação contida na Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entretanto, os membros do TRF e do TJ-RO destacaram que antes da imposição a instituição já vinha atuando com boas práticas em sustentabilidade e que a referida normativa surgiu para fortalecer e nortear as ações já praticadas.

O fato dessa iniciativa ter partido de entes externos e superiores aos órgãos demonstra que a cultura das instituições públicas parece ainda não ter alcançado a maturidade necessária para que iniciativas dessa natureza ocorram espontaneamente. É preciso que haja pressão, normatização ou mesmo imposição externa para que as preocupações existentes sejam mobilizadoras das equipes, dos sistemas e dos planejamentos organizacionais para esse fim.

Pela perspectiva positiva, no entanto, observa-se que os órgãos do Poder Judiciário possuem uma mobilização importante, uma vez que se encontram dispostos a incorporar as práticas de sustentabilidade em seus processos e isso tem impactado sobre os demais órgãos que aderiram à ECOLIGA, os quais podem encontrar nesse modelo o apoio para a implementação de seus próprios PLS sem imposições externas maiores, mas pelo apoio e cooperação.

4.10.2. Critérios para escolha de indicadores

Em seguida foi indagado sobre os critérios adotados para eleger os indicadores contemplados no PLS no órgão. Nesse aspecto, ambos responderam que a escolha dos indicadores se deu em razão dos princípios norteadores da Resolução nº 201/2015 do CNJ. Os representantes do TRE e TRF acrescentaram que tiveram seus planos copiados de outros órgãos correspondentes, em razão do exíguo prazo determinado para elaboração. O integrante do TRF informou que promoveu adequações, seguindo a realidade do órgão. Os membros do TJ-RO e TRF salientaram que a intenção é que haja uma revisão do plano para incluir outros indicadores mais personalizados e que estejam relacionados a questões específicas, no âmbito judiciário. Os representantes acrescentaram que, à época da elaboração do documento, havia uma realidade diferente da atual e que a instituição teve alguns avanços em relação à matéria de sustentabilidade, ocasionando a elevação do grau de maturidade.

As respostas dizem respeito à própria maneira como o conceito chegou nessas instituições, por um poder normativo que exigiu prazos exíguos e relatórios que seriam cobrados em pouco tempo. Nesse contexto, os órgãos que não participaram das reuniões em que a Resolução nº 201/2015 do CNJ foi elaborada viram-se apressados em cumprí-la, mas sem o conhecimento e os estudos necessários para criar uma identidade própria em seus Planos. De certa forma, embora incômodo, percebe-se que o efeito mobilizador da normativa evitou protelações e, embora imperfeitos, gerou os primeiros Planos, as formações de equipes multidisciplinares e os estudos que se seguiram para o aperfeiçoamento das práticas organizacionais.

4.10.3. Áreas envolvidas na elaboração dos PLS

Posteriormente foi perguntado, aos integrantes, quais áreas pertenciam os servidores envolvidos na elaboração do PLS. A essa pergunta os representantes informaram que os servidores pertenciam às mais diversificadas áreas. Porém, a maioria dos servidores envolvidos eram alocados nas áreas planejamento ou estratégia, área judiciária, gestão de pessoas, TI, compras, almoxarifado e patrimônio, conforme ilustrado no quadro 10.

Quadro 10: Áreas envolvidas na elaboração dos PLS

ÁREAS	TRE	TRT	TRF	TJ-RO
Planejamento/Estratégia	X	X		X

Judiciária	X		X	X
Gestão de Pessoas	X			X
TI	X		X	
Compras	X	X	X	X
Almoxarifado/Patrimônio			X	X

Fonte: entrevista com os representantes dos núcleos/comissões dos órgãos da ECOLIGA, 2018
Elaboracao própria, 2018

Observa-se, com a análise dos dados, que havia grande multidisciplinaridade na formação da comissão elaboradora do PLS. Sobre a multicicliplaridade de pessoas, salienta-se que são inúmeros os benefícios trazidos para a organização com o envolvimento dessas equipes, dentre eles pode-se destacar: menor submissão externa: a equipe é autossuficiente; maior criatividade; difusão do conhecimento; diferentes pontos de vista de uma mesma situação e melhoria da motivação dos integrantes da equipe (Silva, 2015).

O desafio da multidisciplinaridade, no entanto, evidencia a necessidade de motivação e engajamento, especialmente porque, na maioria das organizações pesquisadas, não houve implementação de uma unidade específica para a gestão dos planos de logística, conforme preconiza a Resolução nº. 201/2015 do CNJ. Trata-se, portanto, de uma boa prática que exige outras práticas para que possa ser mantida por um longo tempo com a mesma eficiência de seu início.

Observou-se, na entrevista que, em três órgãos elaboradores, as áreas de planejamento e estratégia estiveram presentes na elaboração de seus PLS. Tal ocorrência denota que essas instituições estão adotando o conceito de sustentabilidade em sua estratégia e tomada de decisões, optando por uma reflexão de longo prazo, demonstrando que a incorporação de fatores ambientais e sociais na estratégia central na gestão das organização somente ocorrerá se forem capazes de visualizar os benefícios que as práticas sustentáveis geram no curto, médio e longo prazo.

Constatou-se, ainda, que a área de compras esteve presente nas quatro instituições no momento da elaboração de seus PLS. Isso demonstra a importância do papel da área no desenvolvimento sustentável das organizações e como ela pode afetar as estratégias e objetivos das mesmas. Ademais, o tema “compras e contratações sustentáveis” está

contemplado em todas normativas da Administração pública acerca dos temas mínimos para elaboração de PLS.

4.10.4. Conhecimentos prévios sobre sustentabilidade

Após, foi questionado se os servidores envolvidos na elaboração do PLS possuíam algum conhecimento sobre sustentabilidade. Acerca dessa questão, dois representantes responderam que os servidores de seus órgãos possuíam algum conhecimento no assunto e outros dois integrantes responderam que os servidores não conheciam a temática.

Há, neste ponto, a evidência de que pouco se fala sobre as questões de sustentabilidade nas organizações e que, embora algumas possuam o tema entre seus valores estratégicos, o conceito ainda é raso. Uma vez destacado do escopo estratégico, o pensamento sobre sustentabilidade pode ser visto como um discurso utópico ou vazio e a sensação de que o papel das organizações tem pouco impacto no contexto ambiental global pode ser desestimulante para que gestores principais se ocupem da temática. Assim, sem estímulo ao exercício de práticas sustentáveis e cidadãs, evidencia-se que as instituições se encontram despreparadas para a implementação dos Planos de Logística Sustentável.

Sobre este aspecto salienta-se que uma prática que se faz necessária para a busca do desenvolvimento sustentável é a disseminação do conhecimento relacionado às temáticas sustentáveis, principalmente aquelas ligadas à Administração Pública (Gazzoni, 2018). A percepção de desenvolvimento sustentável é formada pelo pensamento, valores e atitudes e são transformados com base no conhecimento adquirido, para então converter-se em ações práticas. (Dobes, 2001). Na visão de Gazoni (2018), aspectos sustentáveis devem ser difundidos e compartilhados entre os servidores da instituição e é fundamental que se coloque em prática e se desenvolva conceitos abordados sobre a temática. Para o autor, desta maneira é que será possível o desenvolvimento de uma conscientização ambiental, pois a conscientização ambiental, decorrente das organizações e da sociedade e é a chave para o desenvolvimento sustentável e a própria sustentabilidade

4.10.5. Dificuldades de escolha dos indicadores

Posteriormente foi perguntado sobre as principais dificuldades encontradas para eleger os indicadores contemplados no PLS. A respeito disso, o respondente do TRT informou que não encontrou nenhuma dificuldade e destacou que alguns membros envolvidos na elaboração

possuem formação em Biologia. O membro do TRF também informou que não encontrou obstáculos, já que todas informações necessárias constavam na resolução que norteou a elaboração do documento. O representante do TRE informou que não encontrou nenhuma dificuldade, já que produziu uma cópia do plano de outro órgão. Já o membro do TJ-RO revelou que a dificuldade encontrada não foi saber quais indicadores eleger para elaborar o plano, mas sim “como” mensurar esses indicadores e acrescentou que alguns deles não correspondiam à realidade da instituição.

Percebe-se, pelos relatos, que a escolha dos indicadores não é o maior problema dos Planos, ou por estarem dispostos no normativo do CNJ, ou por serem evidentes para a equipe que os elegeu. No entanto, a comparação da quantidade de indicadores disponíveis e de sua abrangência, demonstra-se que o resultado ainda está aquém do que se pode pensar em termos de desenvolvimento institucional.

Caberá a uma pesquisa futura identificar quais outros conjuntos de indicadores transitam, talvez fomentados por outras normas de igual peso em áreas específicas da gestão, e se eles poderiam ser inseridos no relatório organizacional.

Um dos normativos de viabilidade para mudança desse contexto é a edição da Portaria do CNJ N. 133, de 28 de setembro de 2018. O instrumento Institui Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, sendo composto por membros do CNJ, da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica; Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Representantes indicados pelos Ministério das Relações Exteriores, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Segurança Pública, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Dentre as competências do Comitê, resalta-se: elaborar relatório que identifique as bases de dados e as informações para o acompanhamento das metas e dos indicadores dos ODS, Agenda 2030, que estejam relacionados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário; Indexar as pesquisas acadêmicas e judiciais de acordo com as metas e indicadores dos ODS,

que estejam relacionados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário; propor ao Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas alterações nas tabelas, de forma a permitir o cálculo dos indicadores dos ODS, que estejam relacionados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário; realizar estudo, a fim de verificar a viabilidade de premiação aos Tribunais que incorporarem os ODS em seu planejamento e apresentar proposta de mecanismos que ampliem a transparência de dados do Poder Judiciário, facilitando consulta e pesquisa por usuários.

4.10.6. Conhecimento sobre as diretrizes do GRI

Por último, durante a entrevista, foi questionado se os membros elaboradores dos PLS conheciam as diretrizes disseminadas pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Sobre essa indagação três representantes expressaram que desconheciam completamente e um informou que ouviu falar, mas desconhecia seus preceitos.

A resposta a essa pergunta apenas confirma a resposta anterior, do que se extrai que, de fato, o conhecimento sobre sustentabilidade ainda é deficiente nas organizações, públicas, visto que, embora o uso do padrão dos relatórios não seja obrigatório para as instituições públicas, o conhecimento de que tal padrão existe, e de como ele se configura, faz parte do conceito básico das melhores práticas adotadas mundialmente.

CAP. 5 - CONCLUSÃO

As Instituições públicas são responsáveis por suas próprias operações, tal como pelas responsabilidades administrativas, no tocante à sua área ou jurisdição de política pública. Tais Instituições públicas são definidas, especialmente, pelo fato de serem organizações conduzidas por missões designadas a promover o interesse público por meio do desenvolvimento e observância das leis existentes, implementando as políticas do governo e a prestação de serviços. Esses fatores também moldam sua abordagem para relatar o desempenho organizacional.

Nos últimos anos, um número gradativo de instituições públicas começou a analisar os relatórios de sustentabilidade sobre o desempenho organizacional. Um dos grandes benefícios desses relatórios é contribuir com as Instituições para adquirirem uma visão mais ampla de suas próprias atividades em relação à sustentabilidade. Muitas vezes, a principal função de uma Instituição pública estará relacionada a um componente da tríplice linha de base econômica, ambiental e social, e seus relatórios de desempenho retratarão isso. Todavia, suas atividades, tanto no nível organizacional, quanto no nível jurisdicional, possivelmente afetarão os outros elementos da linha de base tripla. Nesse trilho, as diretrizes da *Global Reporting Initiative* fornecem uma estrutura para assessorar as Instituições públicas a relatarem esses impactos.

As instituições públicas podem relatar seu desempenho de sustentabilidade em todos os aspectos do *triple bottom line* (econômico, ambiental e social), fornecendo informações qualitativas e quantitativas. A informação sobre tais dimensões na Instituição pode ser o foco das políticas públicas do governo, bem como suas medidas de implementação.

Adicionalmente, a gestão socioambiental vem se tornando uma causa primordial na administração institucional, não apenas por retratar os impactos causados ao meio ambiente, decorrente das atividades organizacionais e a satisfação dos *stakeholders*, mas também para atender os normativos legais que vêm sendo estabelecidos pelos governos na busca pela sustentabilidade. Uma das ferramentas de gestão socioambiental, concebida pelo governo federal para promover o desenvolvimento sustentável nacional é o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

O PLS é uma metodologia de coordenação do fluxo de materiais, serviços e informações que deve ser confeccionado e implementado por todos os órgãos da administração pública federal, considerando aspectos que envolvem o desenvolvimento econômico equilibrado, a proteção ambiental e a justiça social. Para nortear o desenvolvimento do PLS, foram instituídos a IN nº 10/2012/SLTI e a Resolução nº 201/2015/CNJ que estabelecem regras a serem consideradas, dentre elas os temas mínimos a serem contemplados, os tópicos para produzir o plano de ações, a forma de construção dos indicadores e o conteúdo mínimo do PLS.

Buscou-se obter os PLS disponíveis nos *websites* das instituições objeto de estudo e, em seguida, foi realizada uma criteriosa análise desses documentos, considerando as três dimensões da sustentabilidade. Na sequência, são descritos os resultados da pesquisa das instituições estudadas, observando, de antemão, que os resultados obtidos a partir da análise dos PLS das instituições pesquisadas ainda precisa evoluir, particularmente com relação aos indicadores econômicos e sociais, que apresentaram inexpressividade em utilização.

Constatou-se, pela pesquisa documental realizada nos Planos de Logística Sustentável das instituições estudadas, que elas utilizam uma metodologia padronizada para evidenciar suas informações socioambientais, facilitando as comparações, especialmente por serem do mesmo setor de atuação.

Um aspecto positivo a ser destacado é que todas as instituições partícipes da ECOLIGA, do âmbito do judiciário, elaboraram seus PLS e divulgam seus relatórios, ainda que adotando somente os indicadores mínimos propostos pelas normativas.

Vale pontuar que, pela diversidade e quantidade de informações contidas nos PLS pesquisados, é possível admitir que esta espécie de documento caracteriza uma importante ferramenta, não só para nortear a evidenciação das informações socioambientais aos *stakeholders*, mas, especialmente, para uma eficiente e eficaz gestão estratégica da sustentabilidade organizacional.

Foi observado, na pesquisa, que as instituições públicas vêm inserindo, cada vez mais a variável ambiental em seus processos. Entretanto, no decorrer do estudo, constatou-se que, dentre os dez órgãos partícipes da ECOLIGA, somente quatro implementaram seus PLS, a saber: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE), Tribunal Regional do Trabalho da 14ª

Região (TRT), Seção Judiciária do Estado de Rondônia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) e Tribunal de Justiça do estado de Rondônia (TJ-RO). Verificou-se ainda que tais instituições pertencem ao âmbito do judiciário e que, por força da determinação do CNJ as mesmas editaram seus documentos. Também foi constatado que, mesmo que ainda não tenham editado seus planos, algumas instituições possuem outras diretrizes em prol da temática da sustentabilidade.

Observou-se, na pesquisa, que o tripé da sustentabilidade não foi empregado regularmente, pois não incluiu as três categorias do *triple bottom line* (econômico, ambiental e social), mas apenas a ambiental e social, sendo que nesta última, apenas um indicador da categoria foi utilizado.

Esta pesquisa também permitiu observar como os indicadores vêm sendo reportados pelas instituições emissoras, a forma de detalhamento e a constituição dos indicadores, o que pode ser um reflexo da demanda dos órgãos governamentais na sociedade que vem sendo mais presente e cobrando mais ações quanto aos impactos socioambientais.

Este tipo de análise pode dar suporte às organizações públicas quanto à tomada de decisão acerca dos investimentos e melhorias que podem ser implementados. O uso de indicadores econômicos e socioambientais e a adoção de boas práticas podem auxiliar tais organizações na melhoria e resgate de sua imagem junto aos *stakeholders*, promovendo o *benchmarking* interno e externo com outras instituições do setor.

Aditivamente, os indicadores de desempenho econômico e socioambientais são capazes de fomentar a concepção de novos projetos, assim como o rumo dos que já estão em operação, uma vez que eles contribuem na percepção dos impactos decorrentes da atividade. Dessa maneira, espera-se que a seleção técnico-econômica dos projetos sejam capazes de se ajustar às condições ambientais dos locais onde os empreendimentos estão presentes ou onde serão implantados.

Ademais, é importante destacar que o emprego dos indicadores de desempenho econômico, ambiental e social também pode contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e auxiliar as organizações em processos decisórios de suas áreas de negócio, de forma que as ações possam ser pautadas por práticas de cunho cada vez mais ambiental e sustentável.

Foi constatado, durante a pesquisa, que a representatividade dos indicadores contemplados nos PLS dos órgãos pertencentes à ECOLIGA, que possuem alinhamento aos indicadores da *Global Reporting Initiative*, é bastante incipiente. Dentre os 91 indicadores do compêndio das diretrizes da GRI apenas 06 (seis) foram eleitos pelas instituições pesquisadas. Porém, algumas instituições têm planos de ampliar o número de indicadores para os próximos exercícios.

Outra constatação, na pesquisa, foi quanto à justificativa para elaboração dos PLS pelos órgãos pesquisados, bem como os critérios utilizados para a eleição de seus indicadores. Todas as instituições elaboradoras tiveram seus PLS desenvolvidos e indicadores eleitos por força da determinação contida na Resolução nº 201/2015 do CNJ. Contudo, em duas instituições, as boas práticas em sustentabilidade já vinham sendo implementadas antes da imposição do normativo.

A partir dos resultados auferidos neste estudo, constatou-se que os Planos de Logística Sustentável das instituições estudadas foram desenvolvidos por equipes multidisciplinares. Verificou-se que a maioria dos servidores envolvidos na elaboração possuíam poucos conhecimentos da temática da sustentabilidade na Administração Pública. Contudo, identificou-se, que a maior parte desses servidores não encontraram dificuldades para elaboração do documento, haja vista que os princípios norteadores se encontravam nas diretrizes normativas. Desse modo, é possível afirmar que o desenvolvimento sustentável ainda é algo pouco palpável na instituições pesquisadas e que depende de maior engajamento dos atores envolvidos nesse processo.

Confirmou-se, na pesquisa, que poucos membros, elaboradores dos Planos de Logística Sustentável das instituições partícipes da ECOLIGA, conhecem as diretrizes disseminadas pela *Global Reporting Initiative*.

Deduz-se que as diretrizes da GRI proporcionam credibilidade e preenchem uma lacuna presente na sociedade quanto à divulgação da transparência da gestão organizacional. Tal concepção tem se tornado mais evidente, face aos momentos de crise econômica, em que a sociedade civil passa a apreciar aquelas organizações aptas a desenvolver uma gestão guiada por valores sólidos e duradouros.

Sobretudo, há de se destacar que a fundamental contribuição da GRI se baseia nos indicadores de desempenho das organizações, que retratam a base para a concepção de

sustentabilidade alicerçada no *Triple Bottom Line*, de modo a lograr influências positivas. Tais fundamentos permitem compreender o potencial de orientação sustentável das ações das organizações.

Analisando-se os indicadores utilizados por essas instituições, verifica-se que o modelo GRI é o mais apropriado, provavelmente em razão de conter maior abrangência de informações em relação aos indicadores econômico, ambiental e social, permitindo maior segurança aos gestores no momento de tomada de decisão.

Dessa maneira, considerando que o objetivo geral manifestado no presente estudo, foi *identificar a relação entre os indicadores em sustentabilidade dos Planos de Logística Sustentável dos órgãos da ECOLIGA/RO e os indicadores da GRI*, foi alcançado, pois constatou-se que o alinhamento entre os indicadores dos PLS dos órgãos pesquisados, em relação aos indicadores da *Global Reporting Initiative*, é insignificante. Por conseguinte, a hipótese formulada na pesquisa foi confirmada.

CAP. 6 - RECOMENDAÇÕES

Uma recomendação que deve otimizar os relatos em sustentabilidade dos órgãos partícipes da ECOLIGA é realizar nova edição dos PLS, mediante uma análise comparativa, mesclando os indicadores do Suplemento Setorial da GRI para as instituições públicas; os indicadores da versão “G4” da GRI, incluindo sua forma de mensuração; o programa governamental A3P, no qual órgãos públicos que se comprometem em promover o desenvolvimento sustentável em suas atividades; a IN nº 10/2012/SLTI, que constitui diretrizes para elaboração dos PLS, permitindo ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos; a Resolução nº 201/2015/CNJ que determinou a elaboração dos PLS, aos órgãos do Poder Judiciário, estabelecendo regras para sua elaboração, considerando os modelos de boas práticas de gestão sustentável do Poder Executivo, constantes na IN nº 10/2012/SLTI;

Um dos elementos de viabilidade para mudança na edição de seus PLS, que também merece ser considerado no processo de combinação por todos os órgãos da ECOLIGA são as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e suas 169 metas, mesclando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, pois os ODS são como uma lista de tarefas a serem realizadas pelos governos, visando estimular e apoiar ações em áreas de grande importância para a humanidade.

As instituições que pertencem ao Poder Judiciário, que implementarem ações, utilizando os princípios da Agenda 2030 como instrumento norteador estarão antecipando as ações contidas nas premissas a serem contempladas no relatório que irá identificar as bases de dados e as informações para o acompanhamento das metas e dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, estando alinhados, prematuramente, à Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Adicionalmente, recomenda-se que os órgãos da ECOLIGA contemplem em seus PLS as ações em sustentabilidade já implementadas no órgão, pois, de acordo com o verificado em seus websites, há inúmeras ações realizadas, especialmente na categoria social, que não foram retratadas em seus documentos, mas, certamente, irão enriquecer seus planos, caso sejam inseridas.

Políticas Públicas são fundamentais para implantar, gradativamente, ações que contemplem os princípios do Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública, nas atividades administrativas e operacionais das instituições. Desse modo, recomenda-se promoções de Programas anuais ou semestrais de sensibilização e treinamento de gestores e demais servidores que auxiliam na implementação de programas e ações visando à sustentabilidade e responsabilidade social.

Os elementos decorrentes deste trabalho poderão ser empregados como norteadores para o desenvolvimento de novos estudos sobre indicadores de sustentabilidade socioambiental, não só em órgãos da administração pública, mas também em outros seguimentos.

Como inspiração para novas iniciativas, esta pesquisa poderá ser aprofundada com análise de todas as instituições do setor público ou até mesmo em estudo de caso, realizado com alguma das instituições pesquisadas, com propósito de detalhar as particularidades de determinada instituição, com base nas diretrizes disseminadas pela *Global Reporting Initiative*, mas essa é uma proposta para estudos futuros.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, M.C.S., Castro, F.C., & Lazaro, J.C. (2013). Avaliação da influência dos stakeholders na proatividade ambiental de empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol.17.
- Acórdão nº 1.752/2011-TCU-Plenário - Avaliação das ações adotadas pela Administração Pública Federal acerca do uso racional e sustentável de recursos naturais. Brasília, DF. Recuperado em 15 de outubro de 2019, de <https://portal.tcu.gov.br/transparencia/sustentabilidade/deliberacoes-do-tcu.htm>
- Aligleri, L. M. (2011). A adoção de ferramentas de Gestão para a Sustentabilidade e a sua Relação com os princípios ecológicos nas empresas. Tese de doutorado em Administração. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Ashley, P. A., Coutinho, R. B. G., & Tomei, P. A (2000). Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: uma análise conceitual corporativa. Curitiba, PR: In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD – ENANPAD, 2000, Anais.
- Azapagic, A. (2003). Systems approach to corporate sustainability: a general management framework. *Trans IChemE*, 81(5), 303-316.
- Barata, M.M.L., Kligerman, D.C., & Minayo-Gomez, C.A. (2007). Gestão Ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. *Ciências e Saúde Coletiva*, vol. 12.
- Barbieri, J.C.; Vasconcelos, I.F.G.; Andreassi, T. & Vasconcelos, F.C.. (2010) Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, 50(2).
- Barbieri, J. C. (1997). Políticas públicas indutoras de inovações tecnológicas ambientalmente saudáveis nas empresas. *Revista de Administração Pública*.
- Barbieri, J. C. (2011). *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 4.ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva.
- Barbosa, M.S., & Kravetz, M.C. (2013). *Gestão Ambiental na Administração Pública*. Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade, vol. 3.

- Bassetto, L. I. (2010). A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia, COPEL. *Gestão & Produção*, v. 17, n. 3. Recuperado em 2 de agosto de 2018, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2010000300016>.
- Bellen, H. M. V. (2006). *Indicadores de Sustentabilidade: uma Análise Comparativa*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Bennett, P. D.; Kassarian, H. H. (1975). *O comportamento do consumidor*. São Paulo: Atlas.
- Beuren, I. M. (Org.) (2009). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas.
- Boff, L. *Sustentabilidade Ambiental*. Recuperado em 24 de novembro de 2019, <<http://www.parishotelsweb.com/es/leonardoboff.html>>. Acesso em: 24 Out. 2019.
- Bonn, I. & Fisher, J. (2011) Sustainability: the missing ingredient in strategy. *Journal of Business Strategy*.
- Brundtland, G. et al. (1988). *Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Calixto, L. (2011). *Responsabilidade Socioambiental: A Divulgação de Relatórios na América Latina*. 316 f. Tese (Doutorado em Gestão Socioambiental e da Saúde). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, SP, Brasil.
- Camargos, M. R. (2012). *Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração do Relatório de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos), Pós-graduação em Engenharia Mecânica, Departamento de Energia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Campos, L. M. de S., & Melo, D. A. (2008). Indicadores de desempenho dos sistemas de gestão ambiental (SGA): Uma pesquisa teórica. *Produção*, vol. 8. Recuperado em 10 de

outubro de 2018, em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132008000300010.

Castro, M.V.M., & Santos, M.M. (2011). O poder normativo do Conselho Nacional de Justiça – análise da ação declaratória de constitucionalidade Nº 12/DF – trabalho de conclusão de curso. Recuperado em 26 de outubro de 2018, de: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1480/1161>.

Cavatti, F.S. (2014). Relatório de Sustentabilidade GRI (Global Reporting Initiative) para a Universidade Federal do Espírito Santo: estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção.

Christie, I.; Rolfe, H.; Legard, R. (1995). Cleaner production in industry: integrating business goals and environmental management. London: Policy Studies Institute.

Cintra, Y. C. (2011). A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

Creswell, J.W (2007). Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª Ed. Porto Alegre, RS: Artmed.

Cruz, I. S, Novais, A.V.A., Andrade I.C.B. & Souza K.V (2018). As práxis da sustentabilidade na administração pública: a educação ambiental um desafio a ser alcançado na academia. Recuperado em 2 de outubro de 2018, de: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/3451>.

Cunha, J. V. A., & Ribeiro, M. S (2008). Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo de caso nas empresas brasileiras. Revista de Administração Eletrônica, v. 48, n. 1. São Paulo, SP: FGV.

Dalcomuni, S. M. (2005). Nanotecnologia, inovação e Economia. Martins, PR Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente: 1º Seminário Internacional. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

Dias, L. N. S., Siqueira, J. R. M., & Rossi, M. Z. G. (2006). Balanço Social: a utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em empresas brasileiras. Salvador, BA: XXX ENANPAD. Anais eletrônicos.

- Dias, R. (2011). Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo, SP: Atlas.
- Dyllick, T. & Hockerts, K. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. Business Strategy and the Environment.
- Dobes, V. (2001). EMS and change of guiding ideas in direction of sustainability. In: Paper Presented at the 7th European Roundtable on Cleaner Production, Lund, Sweden.
- Donaire, D. (1994). Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. Revista de administração de empresas, 34(2), 68-77. Recuperado em 25 set 2018.
- DPU (s.f.). Recuperado em 23 de outubro de 2018, de <http://www.dpu.def.br/>.
- Drucker, P. (2004). Administrando em Tempos de Grandes Mudanças. São Paulo: Pioneira.
- Engelman, R., Guisso, R. M., & Fracasso, E. M. (2009). Ações de gestão ambiental nas instituições de ensino superior: O que tem sido feito. Revista de Gestão Social e Ambiental.
- Engelbrecht, K. (s.f.). Transição da G4 para a GRI Standards, compreenda a norma global. SGS SUSTENTABILIDADE. Recuperado em 11 de outubro de 2018, de <http://sgssustentabilidade.com.br/2018/06/13/transicao-da-g4-para-a-gri-standards/>.
- ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2003a). Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, v. II. 126.
- ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2003b). Apresenta os indicadores de responsabilidade social nas empresas. São Paulo. 2014a. Recuperado em 3 de setembro de 2018, de <http://www.ethos.org.br/indicadores/>.
- ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2014). Incorporação dos princípios da responsabilidade social. Recuperado em 15 de setembro de 2018, de <http://www3.ethos.org.br/cedoc/incorporacao-dos-principios-da-responsabilidade-social/#.VDncUjbfRV4>.

ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (s.f.). Princípios e compromissos. Recuperado em 2 de outubro de 2018, de <https://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/principios-e-compromissos/#.W7VhNntKjIU>.

Fernandes, V., Malheiros, T.F., Phillipi JR, A., & Sampaio, C.A.C., (2012). Metodologia de avaliação estratégica de processo de Gestão Ambiental municipal. *Saúde Social*, vol. 12.

Fowler, S. J. & Hope, C. (2007). Incorporating Sustainable Business Practices into Company Strategy. *Business Strategy and the Environment*.

Freitas, P. F. G. D. (2016). Global reporting initiative: princípios base e funcionamento: referencial de sustentabilidade GRI (Doctoral dissertation). Gasparino, M. F., & Ribeiro, M. S. (2007). Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com Ênfase na GRI: Comparação entre empresas do setor de Papel e Celulose dos EUA e Brasil. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, São Paulo.

Gazzoni, F., Scherer, F. L, Hahn, I. S., Carpes, A. M., Santos, M. B. (2018). O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria.

Gil, A. C. (2002). Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Editora Atlas.

Gil, A.C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª Ed. São Paulo: Atlas.

Global Reporting Initiative (2005). G4: Diretrizes para relato de sustentabilidade, manual de implementação. Amsterdam, Holanda.

Global Reporting Initiative (2015a). G4: Diretrizes para relato de sustentabilidade, manual de implementação. Amsterdam, Holanda.

Global Reporting Initiative (2015b). G4: Diretrizes para relato de sustentabilidade, princípios para relato e conteúdos padrão. Amsterdam, Holanda.

Global Reporting Initiative (2018). RE: Declínio na publicação dos relatórios de sustentabilidade. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <martalellis@hotmail.com> data de recebimento, 09 out 2018.

GRI (s.f.a). *About GRI*. Recuperado em 4 de outubro de 2018, de:
<https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>.

GRI (s. f.b). *Sector Guidance*. Recuperado em 5 de outubro de 2018, de:
<https://www.globalreporting.org/information/sector-guidance/Pages/default.aspx>

Hansmann, R; Mieg, H.A. & Frischknecht, P. (2012) Principal sustainability components: empirical analysis of synergies between the three pillars of sustainability, *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 19(5), 451-459.

Hart, S.L. & Dowell, G. (2011). A Natural-Resource-Based View of the Firm: fifteen years after. *Journal of Management*.

Hjort, L. C., Pujarra S. & Moretto, Y. (2016). Aspectos da gestão ambiental pública e privada: Análise e Comparação.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (s.f.). Balanço Social. Recuperado em 7 de setembro de 2018, de <http://ibase.br/pt/balanco-social/>.

ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives (2013). Compras sustentáveis pela inovação e por uma economia verde inclusiva. Recuperado em 20 out 2018, de
http://archive.iclei.org/fileadmin/user_upload/documents/LACS/Publicacoes/relatorio_diretrizes_MPOG_30set13.pdf.

Jamali, D. (2006) Insights into the triple bottom line integration from a learning organization perspective. *Business Process Management Journal*, 12(6).

Kayano, J., Caldas. E. L. (2002). Indicadores para o diálogo. Texto de apoio da oficina 2, série indicadores 8, São Paulo.

Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (2000). *Organização Orientada para a Estratégia*. Tradução de Luiz Euclides T. F. Filho. Rio de Janeiro, RJ: Campus.

Krajnc, D. & Glavic, P. (2005) A model for integrated assessment of sustainable development. *Resources, Conservation and Recycling*, 43(2) 189-208.

- Kuzma, E. L et al. (2117). Competências para a sustentabilidade organizacional: uma revisão sistemática. Artigo Científico (Cad. EBAPE.BR). Recuperado em 26 de outubro de 2018, de: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15nspe/1679-3951-cebape-15-spe-00428.pdf>
- Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981 (1981). Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 13 de setembro de 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm.
- Leite Filho, G. A., Prates, L. A., & Guimaraes, T. N. (2009). Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, vol. 3.
- Lunkes, R. J., & Rosa, F. S. (2012). Gestão hoteleira: Custos, sistemas de informação, planejamento estratégico, orçamento e gestão ambiental. Curitiba, PR: Juruá.
- Luiz, L. C. (2014). Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. 2014. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, PR. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129396/329508.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Luiz, L. C., Dhamer P., E. (2014). Plano de Gestão de Logística Sustentável: Proposição de Ações e Indicadores Socioambientais para Avaliar o Desempenho nos Órgãos Públicos Federais. In: XVI ENGEMA, São Paulo. Anais. São Paulo, SP: FEAUSP. Recuperado em 28 de setembro de 2018, de: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/264.pdf>.
- Luz, S. O. C., Sellitto, M. A., & Gomes, L. P. (2006). Medição de desempenho ambiental baseada em método multicriterial de apoio à decisão: estudo de caso na indústria automotiva. Recuperado em 12 de setembro de 2018 de: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/15>.

- Marquardt, B. (2006). Historia de la sustentabilidad. Un concepto medioambiental en la historia de la Europa Central (1000-2006). *Historia Critica*, Bogotá, n. 32., jul.-dic.
- MARTINS, Caroline Miriã Fontes; BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis, MADEIRA, Geová José (2003). Origem e evolução do Balanço Social no Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, v. 4, n. 9.
- Meira, J. C. (2008). Origem do Direito Ambiental. *Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva*, v. 19.
- Melo Neto, F. P de, & Fróes, C. O. (2011). Bem-feito: os novos desafios da gestão de responsabilidade socioambiental sustentável corporativa. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark Editora.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente (s.f.). A3P, Agenda Ambiental na Administração Pública. Brasília, DF. Recuperado em 19 de outubro de 2018, de <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente (s.f.). A3P, Agenda Ambiental na Administração Pública. Brasília, DF. Recuperado em 19 de outubro de 2018, de http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Como_Implantar_a_A3P/Documentos/tab-5-Indicadores-da-A3P-versao-final.pdf
- MPF (s.f.). Procuradoria da República de Rondônia. Recuperado em 23 de outubro de 2018, de <http://www.mpf.mp.br/ro/institucional>.
- MPT (s.f.). Recuperado em 23 de outubro de 2018, de: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/ompt.
- Paris, P. K. S. (2012). Um estudo de percepções de ONGs ambientalistas capixabas acerca da relevância de indicadores ambientais da GRI (Global Reporting Initiative). Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.
- Pereira, D. B., & Silva, R. N. S. (2008). Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro.

- Pereira, D.B., Silva, R.N.S. (2008). Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras. 2008.
- Pereira, R. D. S., Faria, A. D., & Souza, M. D. (2009). Análise dos indicadores de sustentabilidade no segmento químico e petroquímico. *ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 33. Recuperado em 13 de setembro de 2018 de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO1064.pdf>.
- Pereira, J. V. I. (2009). Sustentabilidade: diferentes perspectivas. Crônicas e ensaios/ essays and reports.
- Perez, F. (2008). A evolução dos Relatórios de Sustentabilidade no Setor de Mineração. Dissertação de mestrado em engenharia. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Brasil.
- Pinto, A. L., Ribeiro, M. S. (2004). Balanço Social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo.
- PNUD (s.f). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Recuperado em 18 de outubro de 2018 de <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>.
- PNUD (s.f.). O que é a agenda 2030? Recuperado em 27 de outubro de 2018, de <http://www.agenda2030.com.br/>.
- Porter, M.E. (1989) A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Elsevier.
- Porter, M.E., & Van, Der Linde, C. (1995). Verde competitivo: acabando com o impasse. Competição: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Campus.
- Porter, M.E. Parem de gastar tanto dinheiro: guia exame de sustentabilidade. Recuperado em 02 de outubro de 2019, de: <https://exame.abril.com.br/mundo/parem-de-gastar-tanto-dinheiro-m0144141/>
- Porter M.E. & Kramer M. R. (2006). Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*.

- Primack, R. B., & Rodrigues, E. (2001). *Biologia da Conservação*. Londrina, PR: Ed. Planta.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). *Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Reis, C. N., & Medeiros, L. E. (2007). *Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social*. São Paulo, SP: Atlas.
- Ribeiro, R. R. M. (2011). *Evolução das pesquisas em Contabilidade Gerencial: uma análise das opções temáticas e abordagens metodológicas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná.
- Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Rohrich, S. S., & Cunha, J. C. A. (2004). Proposição de uma taxonomia para a análise da gestão ambiental no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 8, 2004. Recuperado em 14 de setembro de 2018, de <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552004000400005>.
- Sampieri, R.H., Collado, C.F., & Lucio, M.P.B. (2013) . *Metodologia de Pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Sanches, C. S. (2000). Gestão ambiental proativa. *Revista de Administração de Empresas*, 40(1), 76-87.
- Santos, R. (2004). *Planejamento ambiental, teoria e prática*. Ed. Textos. São Paulo.
- SCR (2015). *Sustentabilidade*. ANEEL. Recuperado em 10 de setembro de 2018, de: <http://www.aneel.gov.br/sustentabilidade>.
- Seiffert, M. E. B. (2005). *ISO 14001: Sistemas de gestão ambiental*. São Paulo, SP: Atlas.
- Silva, C.M. (2015). *Equipes multidisciplinares*. Recuperado em 25 de outubro de 2018, de <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/equipes-multidisciplinares/> 2015.
- Silva, V. B. D. (2011). Um Breve Relato Sobre a Gestão Ambiental. *Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino*, 2(1), p-163.

- Siqueira, J. R. M. de. (2003). Mensuração e avaliação do impacto social das organizações: uma análise crítica dos balanços sociais e propostas para um novo modelo. Tese de Doutorado – COPPE. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Siqueira, J. R. M. D. (2009). Balanço Social: evidenciação da responsabilidade social. Contabilidade ambiental e relatórios sociais. São Paulo, Atlas, 1-22.
- Tachizawa, T. (2002). Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Ed. Atlas.
- Tavares, D. A. C. (2007) Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Resíduos Sólidos. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas (UESB), v. Ano 4.
- Tinoco, J. E. P. (2001). Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2006. TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social. São Paulo: Atlas.
- Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2004). Contabilidade e gestão ambiental. In Contabilidade e gestão ambiental. Atlas.
- Tinoco, J. E. P. (2010). Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade. São Paulo: Atlas.
- Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2011). Contabilidade e Gestão Ambiental (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- TJ-RO (s.f.). Plano de Gestão do TJ-RO, biênio 2018-2019. Recuperado em 23 de outubro de 2018, de: <https://www.tjro.jus.br/resp-institucional/resp-conheca-pj>.
- Tomasoni, M. A. (2006). Contribuição ao estudo de indicadores ambientais. Geonordeste, v. 15, n. 2. Recuperado em 23 de outubro de 2018, de: http://posgrap.ufs.br/periodicos/pdf/revista_geo_06_2/Marco.pdf
- TRE (s.f.). História do TRE-RO. Recuperado em 23 de outubro de 2018 de: <http://www.tre-ro.jus.br/o-tre/cultura-e-historia/historia-do-tre-ro>.
- TRF (2017). Gestão Socioambiental. Recuperado em 18 de outubro de 2018, de <http://portal.trf1.jus.br/sjro/institucional/gestao-socioambiental/gestao-socioambiental.htm>.

TRT (s.f.). Histórico. Recuperado em 23 de outubro de 2018, de:
<http://www.trt14.jus.br/historico>.

UNIR (s.f.). A Universidade. Recuperado em 23 de outubro de 2018, de:
<https://www.unir.br/?pag=submenu&id=260&titulo=A%20Universidade>.

Zarpelon, M. I. (2006). Gestão e responsabilidade social: NBR 16.001/SA 8.000: implantação e prática. Rio de Janeiro: Qualymark.

ANEXO I: CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS RELATADOS POR ÁREA

ASP.	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR
CATEGORIA ECONÔMICA		
Desempenho Econômico		
EC1	Valor Econômico direto gerado e distribuído	<ul style="list-style-type: none"> • Valor Econômico direto gerado: <ul style="list-style-type: none"> - Receitas; • Valor Econômico distribuído: <ul style="list-style-type: none"> - Custos operacionais; - Salários e benefícios de empregados; - Pagamentos a provedores de capital; - Pagamentos ao governo (por país); - Investimentos comunitários; • Valor Econômico retido.
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrências de mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição do risco ou oportunidade e sua classificação; • Descrição do impacto associado ao risco ou oportunidade; • Implicações financeiras do risco ou oportunidade antes de serem tomadas medidas; • Métodos utilizados para gerir o risco ou oportunidade; • Custos de medidas tomadas para gerir o risco ou oportunidade.
EC3	Cobertura das organizações previstas no plano de pensão de benefício da organização	<ul style="list-style-type: none"> • Valor estimado das obrigações do plano que estejam diretamente cobertas pelos recursos gerais da organização; • Descrição do fundo específico para pagamento do plano de pensões, a existir; • Estratégia da organização para a cobertura completa do plano de pensões; • Percentual de salário contribuído pelo empregado ou empregador; • Nível de participação em planos de aposentadoria.
EC4	Assistência financeira recebida do governo	<ul style="list-style-type: none"> • Valor monetário total da ajuda financeira recebida pela organização de governos no decorrer do período coberto pelo relatório, discriminado por país; • Indicação se e até que ponto o governo participa da estrutura acionista da organização.
Presença no Mercado		
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo, discriminada por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	<ul style="list-style-type: none"> • Variação entre o salário mais baixo por gênero em unidades operacionais importantes e o salário mínimo; • Variação de salários mínimos entre unidades operacionais importantes; • Definição utilizada para "unidades operacionais importantes".
EC6	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de membros da alta direção contratados na comunidade local; • Definição utilizada para "unidades operacionais importantes"; • Definição utilizada para "membros da alta direção"; • Limites geográficos considerados para "comunidade local".

Impactos Econômicos Indiretos		
EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de desenvolvimento de investimentos significativos em infraestrutura e serviços apoiados; • Impactos atuais ou esperados sobre comunidades e economias locais; • Indicação se os investimentos e serviços são comerciais, em espécie ou gratuitos.
EC8	Impactos Econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Relato de exemplos identificados de impactos Econômicos indiretos significativos da organização, tanto positivos como negativos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> - Mudanças na produtividade de organização, setores ou da economia; - Desenvolvimento Econômico de áreas com alto índice de pobreza; - Disponibilidade de produto e serviços para pessoas de baixos rendimentos; - Fortalecimentos das competências e conhecimentos de uma comunidade profissional ou região geográfica; - Empregos indiretos na cadeia de fornecedores ou distribuição; - Estímulo, viabilização ou restrição a investimentos externos diretos; - Impacto Econômico de mudanças no local de operações; - Impacto Econômico do uso de produtos e serviços. • Grau de importância dos impactos no contexto de referências externas e prioridades para os <i>stakeholders</i>.
Práticas de Compra		
EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem do orçamento de compras e contratos gasta pelas unidades operacionais importantes que é gasto com fornecedores locais; • Definição utilizada para "unidades operacionais importantes"; • Limites geográficos considerados para "comunidade local".
ASP	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR
CATEGORIA AMBIENTAL		
Materiais		
EN1	Materiais usados, discriminados por peso ou volume	<ul style="list-style-type: none"> • Peso ou volume total de materiais usados na produção e embalagem dos principais produtos e serviços da organização no decorrer do período coberto pelo relatório, discriminados por: <ul style="list-style-type: none"> - Materiais não-renováveis utilizados; - Materiais renováveis utilizados.
EN2	Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de materiais reciclados utilizados na fabricação dos principais produtos e serviços da organização.
Energia		

EN3	Consumo de energia dentro da organização	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo total de combustíveis oriundos de fontes não-renováveis, incluindo os tipos de combustíveis usados; • Consumo total de combustíveis oriundos de fontes renováveis, incluindo os tipos de combustíveis usados; • Total de consumo de: <ul style="list-style-type: none"> - Eletricidade; - Aquecimento; - Refrigeração; - Vapor. • Total vendido de: <ul style="list-style-type: none"> - Energia elétrica; - Refrigeração; - Vapor. • Consumo total de energia; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.
EN4	Consumo de energia fora da organização	<ul style="list-style-type: none"> • Energia consumida fora da organização; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.
EN5	Intensidade energética	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de intensidade energética; • Indicação da métrica específica escolhida pela organização para calcular essa • Tipos de energia incluídos na taxa de intensidade; • Indicação se a taxa é calculada com a energia consumida dentro da organização, fora dela ou ambas.
EN6	Redução do consumo de energia	<ul style="list-style-type: none"> • Relato do volume das reduções de consumo de energia obtidas diretamente decorrentes de melhoria na conservação e eficiência; • Tipos de energia incluídos nas reduções; • Indicação da base utilizada para o cálculo das reduções, como ano de referência ou linha de base, bem como as razões para a sua escolha; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.
EN7	Reduções nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Relato das reduções de requisitos de energia de produtos e serviços vendidos durante o período coberto pelo relatório; • Indicação da base utilizada para o cálculo das reduções, como ano de referência ou linha de base, bem como as razões para a sua escolha; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.
Água		
EN8	Total de retirada de água por fonte	<ul style="list-style-type: none"> • Volume total de água retirada das seguintes fontes: <ul style="list-style-type: none"> - Águas superficiais; - Águas subterrâneas; - Águas pluviais diretamente recolhidas e armazenadas pela organização; - Efluentes de outra organização; - Abastecimento municipal de água ou outras empresas do ramo. • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.

EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água, por tipo: <ul style="list-style-type: none"> - Tamanho da fonte hídrica; - Indicação se a fonte é ou não designada como área protegida; - Valor para a biodiversidade; - Valor ou importância da fonte hídrica para comunidades locais ou povos indígenas. • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	<ul style="list-style-type: none"> • Volume total de água reciclada e reutilizada pela organização; • Volume total de água reciclada e reutilizada como percentagem do total de água retirada (EN8); • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.
Biodiversidade		
EN11	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação das seguintes informações para cada unidade operacional indicada: <ul style="list-style-type: none"> - Localização geográfica; - Áreas subsuperficiais e subterrâneas; - Posição em relação à área protegida ou de alto valor; - Tipo de operação; - Tamanho da área operacional; - Valor para a biodiversidade.
EN12	Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza de impactos diretos e indiretos significativos sobre a biodiversidade em relação a um ou mais dos seguintes fatores: <ul style="list-style-type: none"> - Construção ou uso de fábricas, minas e infraestruturas de transporte; - Poluição; - Introdução de espécies invasoras, organismos nocivos e agentes patogénicos; - Redução de espécies; - Conversão de habitats; - Mudanças em processos ecológicos fora da faixa natural de variação. • Impactos diretos ou indiretos significativos em relação a: <ul style="list-style-type: none"> - Espécies afetadas; - Extensão de áreas impactadas; - Duração dos impactos; - Reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos.

EN13	Habitats protegidos ou restaurados	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho e localização de todas as áreas de habitat protegido ou restaurado e se o sucesso das medidas de restauração foi atestado por especialistas independentes; • Indicação da existência de parcerias com terceiros para proteger ou restaurar áreas de habitat diferentes daquelas em que a organização supervisionou e implementou medidas de restauração ou proteção; • Status de cada área com base na sua condição no final do período coberto pelo relatório; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.
EN14	Número total de espécies incluídas nas listas vermelhas da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de espécies que se enquadram, discriminadas por: <ul style="list-style-type: none"> - Criticamente ameaçadas de extinção; - Ameaçadas de extinção; - Vulneráveis; - Quase ameaçadas; - Pouco preocupantes.
Emissões		
EN15	Emissões diretas de gases de efeito estufa GEE	<ul style="list-style-type: none"> • Emissões diretas brutas de GEE; • Gases incluídos nos cálculos; • Emissões biogénicas de CO₂ separadamente das emissões diretas brutas; • Indicação do ano base escolhido, justificativo da sua escolha e emissões no ano base; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas. • Relato dos fatores de emissão usados e as taxas de potencial de aquecimento global usadas; • Relato da abordagem de consolidação escolhida para as emissões.
EN16	Emissões indiretas de GEE provenientes da aquisição de energia	<ul style="list-style-type: none"> • Emissões indiretas brutas de GEE provenientes da aquisição de energia; • Gases incluídos nos cálculos; • Indicação do ano base escolhido, justificativo da sua escolha e emissões no ano base; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas. • Relato dos fatores de emissão usados e as taxas de potencial de aquecimento global usadas; • Relato da abordagem de consolidação escolhida para as emissões.

EN17	Outras emissões indiretas de GEE	<ul style="list-style-type: none"> • Emissões indiretas brutas de GEE provenientes da geração de energia elétrica, aquecimento, refrigeração e vapor comprados e consumidos pela organização; • Gases incluídos nos cálculos; • Indicação de outras categorias de emissões indiretas e atividades incluídas no cálculo; • Indicação do ano base escolhido, justificativo da sua escolha e emissões no ano base; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas. • Relato dos fatores de emissão usados e as taxas de potencial de aquecimento global usadas; • Relato da abordagem de consolidação escolhida para as emissões.
EN18	Intensidade de emissões de GEE	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de intensidade de emissões de GEE; • Métrica específica escolhida para calcular o índice; • Tipos de emissões de GEE incluídos no índice de intensidade: diretas, indiretas provenientes da aquisição de energia ou outras emissões indiretas; • Gases incluídos nos cálculos.
EN19	Redução das emissões de GEE	<ul style="list-style-type: none"> • Volume de reduções de emissões de GEE obtidas como resultado direto de iniciativa de redução de emissões; • Gases incluídos nos cálculos; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas; • Indicação se as reduções de emissões de GEE foram obtidos para emissões diretas, indiretas provenientes da aquisição de energia ou outras emissões indiretas.
EN20	Emissão de substâncias que destroem a camada de ozono (SDO)	<ul style="list-style-type: none"> • Toneladas de CFC-11 equivalente produzidas, importadas e exportadas; • Substâncias incluídas no cálculo; • Fonte dos fatores de emissão utilizados; • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.
EN21	Emissões de NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas	<ul style="list-style-type: none"> • Volume de emissões atmosféricas significativas, para cada uma das seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> - NO_x; - SO_x; - Poluentes orgânicos persistentes (POP); - Compostos orgânicos voláteis (COV); - Poluentes atmosféricos perigosos (HAP, do inglês); - Material particulado (MP); - Outras categorias padrão de emissões atmosféricas identificadas em regulamentos. • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas; • Fonte dos fatores de emissão utilizados.
Efluentes e Resíduos		

EN22	Descarte total de água, discriminado por qualidade e destino	<ul style="list-style-type: none"> • Volume total de descarte de água planeadas ou não planeadas por: <ul style="list-style-type: none"> - Destino; - Qualidade da água e seu método de tratamento; - Se a água foi reutilizada por outra organização. • Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.
EN23	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	<ul style="list-style-type: none"> • Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para cada um dos seguintes métodos de disposição: <ul style="list-style-type: none"> - Reutilização; - Reciclagem; - Compostagem; - Recuperação, incluindo recuperação de energia; - Incineração; - Injeção subterrânea de resíduos; - Aterro; - Armazenamento no local; - Outros (a serem especificados pela organização). • Processo de determinação do método de disposição de resíduos: <ul style="list-style-type: none"> - Descarte direto pela organização ou por terceiros e se foi confirmado diretamente pela organização; - Informações fornecidas pela empresa contratada responsável pela disposição de resíduos; - Métodos padronizados utilizados pela empresa contratada responsável pela disposição de resíduos.
EN24	Número total e volume de vazamentos significativos	<ul style="list-style-type: none"> • Número total e volume de vazamentos significativos registados; • Para vazamentos mencionados nas demonstrações financeira, indicar as seguintes informações adicionais: <ul style="list-style-type: none"> - Localização do vazamento; - Volume do vazamento; - Material do vazamento, categorizado por petróleo, combustível, resíduos, produtos químicos ou outros vazamentos, no solo ou em superfícies hídricas. • Impacto de vazamentos significativos.
EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia e percentual de resíduos transportados internacionalmente	<ul style="list-style-type: none"> • Peso total de cada um dos seguintes resíduos: <ul style="list-style-type: none"> - Resíduos perigosos transportados; - Resíduos perigosos importados; - Resíduos perigosos exportados; - Resíduos perigosos tratados; • Percentagem de resíduos transportados internacionalmente.

EN26	Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes e drenagem de água realizados pela organização	<ul style="list-style-type: none"> • Relato de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água, incluindo informações sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Tamanho do corpo d'água e habitat relacionado; - Se o corpo d'água e habitat relacionado é designado como área protegida; - Valor da biodiversidade.
Produtos e Serviços		
EN27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços	<p>Relato quantitativo de até que ponto os impactos ambientais causados por produtos e serviços foram mitigados no decorrer do período coberto pelo relatório;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se valores relacionados com o uso forem utilizados, indicar os pressupostos relacionados com os padrões de consumo ou fatores de normalização adotados.
EN28	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de produtos e suas embalagens recuperados por cada categoria de produto; • Modo de recolha dos dados usados para a obtenção dessa percentagem.
Conformidade		
EN29	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência de não conformidade com leis e regulamentos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Multas significativas e sanções não monetárias nos seguintes termos: <ul style="list-style-type: none"> - Valor monetário total de multas significativas; - Número total de sanções não monetárias; - Processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem. • Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com leis e regulamentos, apresentar breve declaração desse fato.
Transportes		
EN30	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transportes dos seus empregados	<ul style="list-style-type: none"> • Relato dos impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transportes dos seus empregados • Indicação de como os impactos ambientais decorrentes do transporte de produtos, da força de trabalho e outros bens e materiais são mitigados; • Critérios utilizados para determinação de quais impactos ambientais são significativos.
Geral		
EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo	<ul style="list-style-type: none"> • Relato dos investimentos e gastos totais da organização com medidas de proteção ambiental, discriminado por: <ul style="list-style-type: none"> - Disposição de resíduos, tratamento de emissões e custos de remediação; - Custos de prevenção e gestão ambiental.

Avaliação Ambiental de Fornecedores		
EN32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação da percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais.
EN33	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> • Número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto ambiental; • Número de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais significativos reais e potenciais; • Impactos ambientais significativos reais e potenciais identificados na cadeia de fornecimento; • Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais significativos negativos reais e potenciais com os quais foram acordadas melhorias decorrentes da avaliação realizada; • Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais significativos negativos reais e potenciais com os quais a organização encerrou relacionamento com base em avaliações realizadas e por que razão.
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais		
EN34	<p>Número de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processadas durante o período coberto pelo relatório; - Solucionadas durante o período coberto pelo relatório. <p>• Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais registadas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais registadas por meio de mecanismo formal durante o período coberto pelo relatório; • Entre as queixas e reclamações identificadas, quantas delas foram:
CATEGORIA SOCIAL		
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE		
Emprego		
LA1	Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região	<ul style="list-style-type: none"> • Número total e taxa de novas contratações de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região; • Número total e taxa de rotatividade de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região.

LA2	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização	<ul style="list-style-type: none"> • Benefícios concedidos regularmente a empregados de tempo integral da organização, mas não a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização. Estes benefícios incluem, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> - Seguro de vida; - Plano de saúde; - Auxílio deficiência e invalidez; - Licença maternidade/paternidade; - Fundo de pensão; - Plano de aquisição de ações; - Outros. • Definição considerada para "unidades operacionais relevantes".
LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de empregados com direito a tirar licença de maternidade/paternidade, discriminado por gênero; • Número total de empregados com direito que tiraram licença de maternidade/paternidade, discriminado por gênero; • Número total de empregados com direito retornaram ao trabalho após tirar licença de maternidade/paternidade, discriminado por gênero; • Número total de empregados com direito retornaram ao trabalho após tirar licença de maternidade/paternidade e continuaram empregados 12 meses após o seu retorno, discriminado por gênero; • Taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que tiraram licença de maternidade/paternidade e continuaram empregados 12 meses após o seu retorno, discriminado por gênero.
Relações Trabalhistas		
LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo mínimo, em semanas, de notificação geralmente dado a empregados e seus representantes eleitos antes da implementação de mudanças operacionais significativas que podem afetá-los substancialmente; • Para organizações com acordos coletivos de trabalho, indicação se esses acordos especificam um prazo mínimo de notificação e incluem disposições relativas a consultas e negociações.
Saúde e Segurança no Trabalho		
LA5	Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de operação de cada comitê formal de saúde e segurança constituído por empregados de diferentes categorias funcionais dentro da organização; • Percentagem do total da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança constituídos por empregados de diferentes níveis hierárquicos da organização.

LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	<ul style="list-style-type: none"> Tipos de lesões, taxas de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, dias perdidos, a taxa de absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho para o total dos trabalhadores, discriminados por: <ul style="list-style-type: none"> - Região; - Gênero. Tipos de lesões, taxas de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, dias perdidos, a taxa de absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho para trabalhadores autônomos que trabalham no local e cuja segurança geral no ambiente de trabalho é da responsabilidade da organização, discriminados por: <ul style="list-style-type: none"> - Região; - Gênero. Indicação do sistema de normas aplicado ao registo e relato de estatísticas de acidentes.
LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	<ul style="list-style-type: none"> Indicação se há empregados envolvidos em atividades ocupacionais que apresentam alta incidência ou alto risco de doenças específicas.
LA8	Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	<ul style="list-style-type: none"> Indicação se acordos formais com sindicatos abordam tópicos de saúde e segurança; Até que ponto, em caso afirmativo e em termos percentuais, os diversos tópicos de saúde e segurança são abordados nesses acordos.
Treinamento e Educação		
LA9	Número médio de horas de treino por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	<ul style="list-style-type: none"> Número médio de horas de treino realizados pelos empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminado por: <ul style="list-style-type: none"> - Gênero; - Categoria funcional.
LA10	Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria.	<ul style="list-style-type: none"> Tipo e âmbito de programas implementados e a assistência prestada para aperfeiçoar as habilidades dos empregados; Programas de transição oferecidos para facilitar a continuidade da empregabilidade em caso de aposentadoria ou de rescisão do contrato de trabalho.
LA11	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem do total de empregados, discriminados por gênero e categoria funcional, que receberam avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira durante o período coberto pelo relatório.
Diversidade e Igualdade de Oportunidades		

LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	<p>Percentagem de indivíduos que integram órgãos de governança da organização em cada uma das seguintes categorias de diversidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero; - Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, mais de 50 anos; - Grupos minoritários; - Outros indicadores de diversidade, quando relevantes. <p>• Percentagem de indivíduos por categoria funcional em cada uma das seguintes categorias de diversidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero; - Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, mais de 50 anos; - Grupos minoritários; - Outros indicadores de diversidade, quando relevantes.
Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens		
LA13	Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	<ul style="list-style-type: none"> • Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens em cada categoria funcional, discriminada por unidades operacionais relevantes; • Definição considerada para "unidades operacionais relevantes".
Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas		
LA14	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas.
LA15	Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> • Número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto em relação às • Número de fornecedores que geram impactos negativos significativos reais e potenciais em relação às práticas trabalhistas; • Indicação dos impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas identificados na cadeia de fornecedores; • Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos negativos significativos reais e potenciais sobre práticas trabalhistas com os quais foram acordadas melhorias decorrentes da avaliação realizada; • Percentagem de fornecedores identificados que geram impactos negativos significativos reais e potenciais em relação às práticas trabalhistas que tiveram contratos rescindidos com base em avaliações e os motivos dessa medida.
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas		

LA16	Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de queixas e reclamações relacionadas com práticas trabalhistas registradas por meio de mecanismo formal durante o período coberto pelo relatório; • Entre as queixas e reclamações identificadas, quantas delas foram: <ul style="list-style-type: none"> - Processadas durante o período coberto pelo relatório; - Solucionadas durante o período coberto pelo relatório. • Número total de queixas e reclamações relacionadas com práticas trabalhistas registradas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período;
DIREITOS HUMANOS		
Investimentos		
HR1	Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos; • Definição considerada para "acordos de investimento significativos".
HR2	Número total de horas de treino de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de horas dedicadas, no período coberto pelo relatório, a treino de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização; • Percentagem de empregados treinados, no período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização.
Não-Discriminação		
HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de casos de discriminação ocorridos durante o período • Situação atual dos casos e providências tomadas, com referência a: <ul style="list-style-type: none"> - Se a organização analisou o caso; - Se um plano de reparação está a ser implementado; - Se o plano de reparação foi implementado e os seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de análise da gestão interna; - Se o caso já não se encontra sujeito a medidas corretivas.
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva		

HR4	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	<ul style="list-style-type: none"> • Operações e fornecedores em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar sendo violado ou haja risco significativo de violação, discriminado por: <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de operação e fornecedor; - Países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco. • Medidas tomadas pela organização no período coberto pelo relatório no sentido de apoiar o exercício da liberdade de associação e da negociação coletiva.
Trabalho Infantil		
HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none"> • Operações e fornecedores que possam apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de: <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho infantil; - Trabalhadores jovens expostos a trabalho perigoso. • Operações e fornecedores que possam apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho infantil, discriminados por: <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de operação e fornecedor; - Países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco. • Medidas tomadas pela organização no período coberto pelo relatório no sentido de contribuir para a erradicação efetiva do trabalho infantil.
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo		
HR6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo	<ul style="list-style-type: none"> • Operações e fornecedores que apresentam riscos significativos de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo, discriminados por: <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de operação e fornecedor; - Países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco. • Medidas tomadas pela organização no período coberto pelo relatório no sentido de contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.
Práticas de Segurança		
HR7	Percentual do pessoal de segurança que recebeu treino nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem do pessoal de segurança que recebeu treino formal nas políticas ou procedimentos específicos de direitos humanos da organização e sua aplicação na segurança; • Indicação se os requisitos de treino também se aplicam a empresas contratadas para fornecer pessoal de segurança.
Direitos Indígenas		

HR8	Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas no decorrer do período coberto pelo relatório; • Situação atual dos casos e medidas tomadas, com referência a: <ul style="list-style-type: none"> - Se a organização analisou o caso; - Se um plano de reparação está a ser implementado; - Se o plano de reparação foi implementado e os seus resultados analisados por meio de processo rotineiros de análise da gestão interna; <p>Se o caso já não se encontra sujeito a medidas corretivas.</p>
Avaliação		
HR9	Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas no decorrer do período coberto pelo relatório; • Situação atual dos casos e medidas tomadas, com referência a: <ul style="list-style-type: none"> - Se a organização analisou o caso; - Se um plano de reparação está a ser implementado; - Se o plano de reparação foi implementado e os seus resultados analisados por meio de processo rotineiros de análise da gestão interna; - Se o caso já não se encontra sujeito a medidas corretivas.
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos		
HR10	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados com direitos humanos.
HR11	Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> • Número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto em direitos humanos; • Número de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos; • Indicação dos impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos identificados na cadeia de fornecedores; • Percentagem de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos com os quais foram acordadas melhorias decorrentes da avaliação realizada; • Percentagem de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos que tiveram contratos rescindidos com base em avaliações e os motivos dessa medida.
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos		

HR12	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registadas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos em direitos humanos registadas por meio de mecanismo formal durante o período coberto pelo relatório; • Entre as queixas e reclamações identificadas, quantas delas foram: <ul style="list-style-type: none"> - Processadas durante o período coberto pelo relatório; - Solucionadas durante o período coberto pelo relatório. • Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos em direitos humanos registadas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período;
CATEGORIA SOCIAL		
SOCIEDADE		
Comunidades locais		
SO1	Percentual de operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de operações que implementaram programas de envolvimento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento local, incluindo, entre outros, o uso de: <ul style="list-style-type: none"> - Avaliações de impactos sociais, incluindo avaliação de impacto em gênero, com base em processos participativos; - Avaliações de impactos ambientais e monitorização contínua; - Divulgação pública dos resultados de avaliações de impactos ambientais e sociais; - Programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais; - Planos de envolvimento de <i>stakeholders</i> com o devido mapeamento dessas partes; - Comissões e processos de consulta ampla à comunidade local, incluindo grupos vulneráveis; - Conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança no trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para discutir impactos; - Processos formais de queixas e reclamações por parte de comunidades locais.
SO2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> • Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> - Localização das operações; - Impactos negativos significativos reais e potenciais das operações.
Combate à Corrupção		
SO3	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados	<ul style="list-style-type: none"> • Número total e percentagem de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados com a corrupção; • Riscos significativos identificados relacionados com a corrupção identificados com base em avaliações de risco.

SO4	Comunicação e treino em políticas e procedimentos de combate à corrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Número total e percentagem de membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, discriminados por região; • Número total e percentagem de empregados aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, discriminados por categoria profissional e região; • Número total e percentagem de parceiros comerciais aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, discriminados por tipo de parceiro e região; • Número total e percentagem de membros do órgão de governança que receberam treino no combate à corrupção, discriminados por região; • Número total e percentagem de empregados que receberam treino no combate à corrupção, discriminados por categoria funcional e região.
SO5	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	<ul style="list-style-type: none"> • Número total e natureza dos casos confirmados de corrupção; • Número total de casos confirmados em que empregados foram demitidos ou punidos por corrupção; • Número total de casos confirmados em que contratos com parceiros comerciais foram rescindidos ou não renovados decorrente de violações relacionadas com a corrupção; • Indicação da existência de processos judiciais relativos à corrupção movidos contra a organização ou seus empregados no período coberto pelo relatório e o resultados desses processos.
Políticas Públicas		
SO6	Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Valor monetário total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, em dinheiro ou espécie, feitas direta ou indiretamente pela organização, discriminado por país e destinatário/beneficiário; • Indicação da forma como o valor monetário de contribuições em espécie foi estimado, se aplicável.
Concorrência Desleal		
SO7	Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de ações judiciais pendentes ou encerradas durante o período coberto pelo relatório referentes a concorrência desleal e a violações de leis anti-truste e da regulamentação monopólio em que a organização tenha sido identificada como participante; • Principais resultados das ações judiciais concluídas, incluindo quaisquer decisões ou sentenças.
Conformidade		
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e	<ul style="list-style-type: none"> • Multas e sanções não monetárias significativas, nos seguintes termos: <ul style="list-style-type: none"> - Valor monetário total de multas significativas; - Número total de sanções não monetárias; - Processos movidos por meio de mecanismos de

	regulamentos	arbitragem. • Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com leis e regulamentos, apresentar breve declaração desse fato. • Relato do contexto em que as multas significativas e sanções não monetárias foram aplicadas.
Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade		
SO9	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade	• Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados com impactos na sociedade.
SO10	Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito	• Número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto na sociedade; • Número de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais na sociedade; • Indicação dos impactos negativos significativos reais e potenciais para a sociedade identificados na cadeia de fornecedores; • Percentagem de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais para a sociedade com os quais foram acordadas melhorias decorrentes da avaliação realizada; • Percentagem de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais para a sociedade que tiveram contratos encerrados com base em avaliações e os motivos dessa medida.
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade		
SO11	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	• Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos na sociedade registradas por meio de mecanismo formal durante o período coberto pelo relatório; • Entre as queixas e reclamações identificadas, quantas delas foram: - Processadas durante o período coberto pelo relatório; - Solucionadas durante o período coberto pelo relatório. • Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos na sociedade registradas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período;
RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
Saúde e Segurança do Cliente		
PR1	Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança	• Percentagem de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias.

	buscando melhorias	
PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o período coberto pelo relatório, discriminado por: <ul style="list-style-type: none"> - Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram na aplicação de multa ou penalidade; - Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência; - Casos de não conformidade com códigos voluntários. • Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com regulamentos ou códigos voluntários, apresentar breve declaração desse fato.
Rotulagem de Produtos e Serviços		
PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação se as seguintes informações sobre produtos e serviços são exigidas pelos procedimentos da organização relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços: <ul style="list-style-type: none"> - Terceirização de componentes do produto ou serviço; - Conteúdo, particularmente de substâncias que possam gerar impactos ambientais ou sociais; - Uso seguro do produto ou serviço; - Disposição do produto e impactos ambientais/sociais; - Outras. • Percentagem de categorias de produtos e serviços significativas cobertas e avaliadas pela conformidade com os procedimentos da organização.
PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por: <ul style="list-style-type: none"> - Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram na aplicação de multa ou penalidade; - Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência; - Casos de não conformidade com códigos voluntários. • Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com regulamentos ou códigos voluntários, apresentar breve declaração desse fato.
PR5	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação dos principais resultados ou conclusões de pesquisas de satisfação do cliente realizadas no período coberto pelo relatório, referentes a informações sobre: <ul style="list-style-type: none"> - A organização como um todo; - Uma categoria importante de produtos e serviços; - Locais significativos de operações.
Comunicação de Marketing		

PR6	Venda de produtos proibidos ou contestados	Indicação se a organização vende produtos que: Estão proibidos em determinados mercados; São objeto de questionamento de stakeholders ou debate público. Indicação da resposta da organização a dúvidas e preocupações em torno desses produtos.
PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínios, discriminados por: Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram na aplicação de multa ou sanção; Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência; Casos de não conformidade com códigos voluntários. Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com regulamentos ou códigos voluntários, apresentar breve declaração desse fato.
Privacidade do Cliente		
PR8	Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade do cliente, categorizadas por: Queixas e reclamações recebidas de parte externas e comprovadas pela organização; Queixas e reclamações recebidas de agências reguladoras. Número total de vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes que foram identificados; Caso não tenha sido identificado qualquer queixa comprovada, apresentar breve declaração desse fato.
Conformidade		
PR9	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços; • Caso não tenha sido identificado qualquer não observância de leis ou regulações, apresentar breve declaração desse fato.

ANEXO II – SUPLEMENTO SETORIAL DA GRI PARA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS – VERSÃO PILOTO

Este documento combina o conteúdo do Suplemento conteúdo do Suplemento Setorial para as Instituições Públicas com a versão abreviada das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI 2002, a fim de facilitar a facilidade de uso dos profissionais. Novo material desenvolvido especificamente para órgãos públicos aparece em texto azul para distingui-lo do conteúdo extraído das Diretrizes que aparecem em preto. Como resultado, espera-se que essa mescla apresente um documento único, simples e fácil de usar.

Indicadores de Desempenho Econômico

Indicadores Básicos	Indicadores Adicionais
Impactos Econômicos diretos	
clientes	
<p>Indicador de fluxo monetário: EC1. Vendas líquidas. Conforme listado na seção de perfil abaixo de 2.8.</p> <p>Comentário para órgãos públicos: As instituições públicas devem informar sobre a receita total dividida em receita de capital e operacional / recorrente. Receita de itens, incluindo subsídios recebidos como parte da discriminação. A intenção é comparar o tamanho dos órgãos públicos com base na quantidade de dinheiro que eles gerenciam (ou seja, números anuais). O capital é importante para entender todo o quadro, uma vez que não é capturado na receita operacional / recorrente e pode chegar a uma grande quantia.</p>	
<p>EC2 Repartição geográfica dos mercados. Para cada produto ou gama de produtos, divulgue a quota de mercado nacional por país, onde esta é de 25% ou mais. Divulgar participação de mercado e vendas para cada país onde as vendas nacionais representam 5% ou mais do PIB.</p> <p>Comentário para órgãos públicos: As instituições públicas devem divulgar as áreas geográficas servidas diretamente pelo órgão.</p>	
Fornecedores	
<p>Indicador de fluxo monetário: EC3. Custo de todos os bens, materiais e serviços adquiridos.</p>	<p>EC11 Detalhamento do fornecedor por organização e país. Listar todos os fornecedores cujas compras no período do relatório representam 10% ou mais do total de compras nesse período. Identifique também todos os países em que o total de compras representa 5% ou mais do PIB.</p>
<p>EC4 Porcentagem de contratos que foram pagos de acordo com os termos acordados, excluindo os acordos de penalidade acordados. Os termos podem incluir condições como agendamento de pagamentos, forma de pagamento ou outras condições. Este indicador é o percentual de contratos que foram pagos de acordo com os termos,</p>	

independentemente dos detalhes dos termos.	
Funcionários	
Indicadores Básicos	Indicadores Adicionais
Indicador de fluxo monetário: EC5 Folha de pagamento total e benefícios (incluindo salários, pensão, outros benefícios e pagamentos de redundância) discriminados por país ou região. Essa remuneração deve se referir a pagamentos correntes e não incluir compromissos futuros. (Nota: O indicador LA9 sobre treinamento também oferece informações sobre um aspecto do investimento da organização em capital humano.)	
Provedores de Capital	
Indicador de fluxo monetário: EC6. Distribuições para provedores de capital discriminadas por juros sobre dívidas e empréstimos, e dividendos em todas as classes de ações, com quaisquer atrasos de dividendos preferenciais a serem divulgados. Isso inclui todas as formas de dívida e empréstimos, não apenas dívidas de longo prazo.	
EC7. Aumento / redução de lucros retidos no final do período. (Nota: as informações contidas na seção de perfil (2.1-2.8) permitem o cálculo de várias medidas, incluindo ROACE (Return On Average Capital Employed))	
Setor Público	
Indicadores de fluxo monetário: EC8 Soma total de impostos pagos, de todos os tipos, discriminados por país. Comentário para órgãos públicos: EC8 refere-se a impostos pagos pelo órgão público. Os impostos devem ser discriminados por tipo. A divisão por país não seria relevante para a maioria das situações.	EC12 Total gasto em desenvolvimento de infraestrutura de negócios não essenciais. Essa é uma infraestrutura construída fora das principais atividades de negócios da entidade que relata, como uma escola ou hospital para funcionários e suas famílias.
EC9. Subsídios recebidos discriminados por país ou região. Isso se refere a doações, benefícios fiscais e outros tipos de benefícios financeiros que não representam uma transação de bens e serviços. Explique as definições usadas para tipos de grupos. Comentário para órgãos públicos: Para os órgãos públicos, a EC9 é coberta pela EC1.	
E10 Doações para comunidade, sociedade civil e outros grupos divididos em termos de doações em dinheiro e em espécie por tipo de grupo.	
Indicadores Básicos	Indicadores Adicionais

Impactos Econômicos Indiretos	
	EC13 Impactos econômicos indiretos da organização. Identifique as principais externalidades associadas aos produtos e serviços da organização relatora.

Novos Indicadores Econômicos para Órgãos Públicos

Aspecto	Indicadores
Despesas	<p>PA8 Despesa bruta discriminada por tipo de pagamento.</p> <p>O setor público desembolsa grandes quantias de fundos, mediante doações. Para entender o impacto econômico dos órgãos públicos, é importante entender o padrão das doações. Isso mostra quais recursos financeiros são utilizados diretamente pela organização e quais são meramente transferidos para outras partes.</p> <p>Tipo de pagamento refere-se à natureza da despesa (por exemplo, transferência, pagamento por serviço, investimento, salários, impostos).</p>
	<p>PA9 Despesa bruta discriminada por classificação financeira.</p> <p>PA9 mostra a aplicação dos fundos transferidos e, portanto, onde a agência tem mais atividade econômica.</p> <p>Utilize as Estatísticas Financeiras do Governo do FMI para classificação financeira padrão.8 Como alternativa, utilize o sistema aplicado nas contas anuais.</p>
	<p>PA10 Investimentos de capital por classificação financeira.</p> <p>Utilize as Estatísticas Financeiras do Governo do FMI para a classificação financeira padrão.9 Como alternativa, use o sistema aplicado nas contas anuais.</p>
	<p>PA 11 Descrever a política de compras do órgão público em relação ao desenvolvimento sustentável.</p> <p>A maioria das instituições públicas tem políticas formais de aquisições que governam uma parcela significativa (mas não todas) de seus gastos. Este indicador se concentra em como essas políticas; abordar especificamente questões de sustentabilidade.</p>
	<p>PA12 Descrever critérios econômicos, ambientais e sociais que se aplicam a gastos e compromissos financeiros.</p> <p>Além das aquisições, as instituições públicas têm vários outros tipos de despesas e compromissos para</p>

	<p>os quais critérios econômicos, ambientais e sociais podem ser aplicados. Este indicador procura entender como as considerações ambientais, econômicas e sociais são incorporadas na tomada de decisões financeiras gerais.</p> <p>Despesas referem-se a todos os desembolsos de fundos, incluindo, mas não se limitando àqueles identificados nos indicadores PA8-10. Isso inclui compras, bem como compromissos financeiros de longo prazo, como garantias de empréstimos que podem não resultar em uma transação imediata.</p> <p>Ao relatar este indicador, explique os critérios e como eles são aplicados a:</p> <p>a) Contratação pública b) Compromissos financeiros c) Outros tipos de despesas</p>
Compras	<p>PA13 Descreva as ligações entre as práticas de compras da instituição pública e suas prioridades de política pública.</p> <p>Decisões de compras governamentais incorporam uma variedade de critérios. O PA13 pretende entender como as prioridades de políticas públicas (como descrito anteriormente na seção 1.1) são levadas em conta na elaboração de práticas de aquisição. As prioridades de políticas públicas podem envolver a assistência a comunidades de interesse ou lugar, apoiar metas de sustentabilidade ou auxiliar um setor industrial específico.</p>
Compras	<p>PA14 Percentual do valor total dos bens adquiridos que foram registrados com rótulos ambientais ou sociais voluntários e / ou programas de certificação, discriminados por tipo.</p>

Indicadores de Desempenho Ambiental

Indicadores Básicos	Indicadores Adicionais
Materiais	
<p>EN1. Uso total de materiais que não seja água, por tipo. Forneça definições usadas para tipos de materiais. Relatório em toneladas, quilogramas ou volume.</p>	<p>EN17. Iniciativas para utilizar fontes de energia renováveis e aumentar a eficiência energética.</p>
<p>EN2. Porcentagem de materiais usados que são resíduos (processados ou não processados) de fontes externas à organização relatora. Refere-se a material reciclado pós-consumo e a resíduos de fontes industriais. Relatório em toneladas, quilogramas ou volume.</p>	
<p>EN3. Uso de energia direta segmentado por fonte primária. Relatório sobre todas as fontes de energia usadas pela organização relatora para suas próprias operações, bem como para a produção e entrega de produtos de energia (por exemplo, eletricidade ou calor) para outras organizações. Relatar em joules.</p>	<p>EN18. Consumo de energia (isto é, necessidades de energia vitalícias anualizadas) dos principais produtos. Relatar em joules.</p>

EN4. Uso indireto de energia. Relate toda a energia usada para produzir e entregar produtos de energia comprados pela organização relatora (por exemplo, eletricidade ou calor). Relatar em joules.	EN19. Outros usos indiretos de energia (upstream / downstream) e implicações, como viagens organizacionais, gerenciamento do ciclo de vida do produto e uso de materiais que consomem muita energia.
Água	
EN5. Uso total de água.	EN20. Fontes de água e ecossistemas / habitats relacionados significativamente afetados pelo uso da água. Inclua áreas úmidas listadas na Ramsar e a contribuição geral para as tendências ambientais resultantes.
	EN21. Retiradas anuais de águas subterrâneas e superficiais como porcentagem da quantidade anual renovável de água disponível das fontes. Divisão por região.
	EN22. Reciclagem total e reutilização de água. Incluir águas residuais e outras águas usadas (por exemplo, água de arrefecimento).
Biodiversidade	
EN6. Localização e tamanho da terra possuída, arrendada ou administrada em habitats ricos em biodiversidade.	EN23 Quantidade total de terra possuída, arrendada ou administrada para atividades de produção ou uso extrativista.
	EN24. Quantidade de superfície impermeável como porcentagem da terra comprada ou arrendada.
EN7. Descrição dos principais impactos sobre a biodiversidade associados a atividades e / ou produtos e serviços em ambientes terrestres, de água doce e marinhas.	EN25. Impactos das atividades e operações em áreas protegidas e sensíveis. (por exemplo, categorias de áreas protegidas da IUCN 1-4, locais do patrimônio mundial e reservas da biosfera).
	EN26. Mudanças nos habitats naturais resultantes de atividades e operações e porcentagem de habitat protegido ou restaurado. Identifique o tipo de habitat afetado e seu status.
	EN27. Objetivos, programas e metas para proteger e restaurar ecossistemas e espécies nativas em áreas degradadas.
	EN28. Número de espécies da Lista Vermelha da IUCN com habitats em áreas afetadas por operações.
	EN29. Unidades de negócios que atualmente operam ou planejam operações dentro ou ao redor de áreas protegidas ou sensíveis.
Emissões, Efluentes e Resíduos	
Indicadores Básicos	Indicadores adicionais
EN8. Emissão de gases de efeito estufa. (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆). Relate subtotais separados para cada gás em toneladas e em toneladas de CO ₂ equivalente para o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> • emissões diretas de fontes pertencentes ou controladas pela entidade que relata • emissões indiretas de calor ou vapor de eletricidade importado 	EN30. Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa. (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆). Refere-se a emissões que são uma consequência das atividades da entidade que reporta, mas ocorrem a partir de fontes próprias ou controladas por outra entidade. Relatório em toneladas de gás e toneladas de CO ₂ equivalente. Veja WRI-WBCSD Greenhouse Gas

Veja WRI-WBCSD Greenhouse Gas Protocol.	Protocol.
EN9. Uso e emissões de substâncias destruidoras de ozônio. Relate cada figura separadamente, em conformidade com os Anexos A, B, C e E do Protocolo de Montreal, em toneladas de equivalentes de CFC-11 (potencial de empobrecimento do ozônio).	EN31. Toda a produção, transporte, importação ou exportação de qualquer resíduo considerado “perigoso” nos termos da Convenção da Basiléia - Anexos I, II, III e VIII.
EN10. NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas por tipo. Inclui as emissões de substâncias regulamentadas por: <ul style="list-style-type: none"> • leis e regulamentos locais • Convenção POP de Estocolmo (Anexos A, B e C) - poluentes orgânicos persistentes • Convenção de Roterdão sobre o Consentimento Prévio Informado (PIC) • Protocolos de Helsinque, Sofia e Genebra à Convenção em longo alcance Poluição atmosférica transfronteiriça	EN32. Fontes de água e ecossistemas / habitats relacionados significativamente afetados por descargas de água e escoamento. Inclua áreas úmidas listadas na Ramsar e a contribuição geral para as tendências ambientais resultantes. Veja o Protocolo da Água da GRI.
EN11. Quantidade total de resíduos por tipo e destino. "Destino" refere-se ao método pelo qual os resíduos são tratados, incluindo compostagem, reutilização, reciclagem, recuperação, incineração ou aterro. Explique o tipo de método de classificação e método de estimativa.	
EN12. Descargas significativas para a água por tipo. Veja o Protocolo da Água da GRI.	
EN13. Derramamentos significativos de produtos químicos, óleos e combustíveis em termos de número total e volume total. A significância é definida em termos tanto do tamanho do derramamento quanto do impacto no meio ambiente.	
Fornecedores	
	EN33. Desempenho dos fornecedores em relação aos componentes ambientais dos programas e procedimentos descritos em resposta à seção Estrutura de Governança e Sistemas de Gestão.
Produtos e serviços	
EN14. Impactos ambientais significativos dos principais produtos e serviços. Descreva e quantifique onde for relevante.	
EN15. Porcentagem do peso dos produtos vendidos que é recuperável no final da vida útil dos produtos e porcentagem que é realmente recuperada. “Reclamable” refere-se à reciclagem ou reutilização dos materiais ou componentes do produto.	
Indicadores Básicos	Indicadores adicionais

Conformidade	
EN16. Incidentes e multas por descumprimento de todas as declarações / convenções / tratados internacionais aplicáveis e regulamentos nacionais, subnacionais, regionais e locais associados a questões ambientais. Explique em termos de países de operação.	
Transporte	
EN34 Impactos ambientais significativos do transporte utilizados para fins logísticos.	
No geral	
EN35 Total de gastos ambientais por tipo. Explique as definições usadas para tipos de gastos.	

Comentários sobre alguns dos indicadores foram fornecidos para ajudar a entender como esses indicadores devem ser interpretados em um contexto de instituição pública, e um novo indicador também foi adicionado nesta seção.

Indicadores de Desempenho Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

Indicadores de Desempenho Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	
Indicadores Básicos	Indicadores adicionais
Emprego	
LA1. Divisão da força de trabalho, quando possível, por região / país, status (empregado / não-funcionário), tipo de emprego (período integral / meio período) e contrato de trabalho (por tempo indeterminado ou permanente / fixo ou temporário). Identifique também a força de trabalho retida em conjunto com outros empregadores (trabalhadores de agências temporárias ou trabalhadores em relações de co-emprego), segmentados por região / país.	LA12. Benefícios dos empregados além daqueles legalmente obrigatórios. (por exemplo, contribuições para assistência médica, incapacidade, maternidade, educação e aposentadoria).
LA2 Criação de emprego líquido e volume de negócios médio segmentado por região / país.	
Indicadores Básicos	Indicadores adicionais
Relações Trabalhistas / Gerenciais	
LA3. Percentual de empregados representados por organizações sindicais independentes ou outros representantes de trabalhadores de boa fé discriminados geograficamente OU percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva discriminados por região / país.	LA13. Provisão para representação formal de trabalhadores em tomada de decisão ou gestão, incluindo governança corporativa. Comentário para órgãos públicos: Para órgãos públicos, a LA13 refere-se a disposições para o diálogo formal entre representantes da administração e dos trabalhadores.
LA4. Política e procedimentos envolvendo informações, consulta e negociação com os funcionários sobre mudanças nas operações da organização relatora (por exemplo, reestruturação).	
Saúde e Segurança ¹²	
LA5. Práticas sobre registro e notificação de acidentes e doenças ocupacionais e como elas se relacionam com o Código de Práticas da OIT sobre Registro e Notificação de Acidentes e Doenças	LA14. Evidência de conformidade substancial com as Diretrizes da OIT para Sistemas de Gestão de Saúde Ocupacional.

Profissionais.	
LA6. Descrição de comitês formais conjuntos de saúde e segurança, incluindo representantes da administração e dos trabalhadores e proporção da força de trabalho abrangida por tais comitês.	LA15. Descrição de acordos formais com sindicatos ou outros representantes de trabalhadores de boa-fé cobrindo saúde e segurança no trabalho e proporção da força de trabalho abrangida por tais acordos.
LA7. Lesão padrão, dia perdido e taxas de faltas e número de mortes relacionadas ao trabalho (incluindo trabalhadores subcontratados).	
LA8. Descrição de políticas ou programas (para o local de trabalho e além) sobre o HIV / AIDS.	
Treino e educação	
LA9. Média de horas de treinamento por ano por funcionário, por categoria de empregado. (por exemplo, gerência sênior, gerência média, profissional, técnica, administrativa, produção e manutenção).	LA16. Descrição dos programas para apoiar a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar os finais de carreira.
	LA17. Políticas e programas específicos para a gestão de competências ou para a aprendizagem ao longo da vida.
Diversidade e Oportunidade	
LA10. Descrição de políticas ou programas de igualdade de oportunidades, bem como sistemas de monitoramento para garantir a conformidade e os resultados do monitoramento. Políticas de igualdade de oportunidades podem abordar o assédio no local de trabalho e a ação afirmativa em relação aos padrões históricos de discriminação.	
LA11. Composição da alta administração e dos órgãos de governança corporativa (incluindo a diretoria), incluindo a relação feminino / masculino e outros indicadores de diversidade como culturalmente apropriados.	

Indicadores de Desempenho Social: Direitos Humanos

Indicadores Básicos	Indicadores adicionais
Estratégia e Gestão	
HR1 Descrição de políticas, diretrizes, estrutura corporativa e procedimentos para lidar com todos os aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo mecanismos de monitoramento e resultados. Declare como as políticas se relacionam com os padrões internacionais existentes, como a Declaração Universal e as Convenções Fundamentais de Direitos Humanos da OIT.	HR8 Treinamento de funcionários sobre políticas e práticas referentes a todos os aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações. Inclua o tipo de treinamento, o número de funcionários treinados e a duração média do treinamento.
HR2 Evidência de consideração dos impactos sobre os direitos humanos como parte das decisões de investimento e de aquisição, incluindo a seleção de fornecedores / contratados.	
HR3. Descrição de políticas e procedimentos para avaliar e abordar o desempenho dos direitos humanos na cadeia de fornecimento e contratados, incluindo sistemas de monitoramento e resultados de monitoramento. “Desempenho em direitos humanos” refere-se aos aspectos de direitos humanos identificados como	

aspectos de relato nos indicadores de desempenho da GRI. Comentário para órgãos públicos: As agências públicas devem indicar se / como as políticas, procedimentos e sistemas de monitoramento também se aplicam aos subcontratados.	
Não discriminação	
HR4. Descrição da política global e procedimentos / programas que previnam todas as formas de discriminação nas operações, incluindo sistemas de monitoramento e resultados de monitoramento.	
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	
HR5. Descrição da política de liberdade de associação e extensão em que essa política é universalmente aplicada, independentemente das leis locais, bem como descrição de procedimentos / programas para tratar dessa questão. Comentário para órgãos públicos: A referência para “independente das leis locais” pretende referir-se a situações em que a organização opera em múltiplas regiões geográficas e sob diferentes regimes jurídicos. A questão destina-se a identificar qual padrão é aplicado e onde. Isso se aplica em um contexto de agência pública, mas muitas agências públicas só relatam em termos de uma jurisdição.	
Trabalho infantil	
HR6. Descrição da política excluindo o trabalho infantil, conforme definido pela Convenção 138 da OIT e em que medida essa política é formulada e aplicada de forma visível, bem como a descrição de procedimentos / programas para tratar dessa questão, incluindo sistemas de monitoramento e resultados de monitoramento.	
Indicadores Básicos	Indicadores adicionais
Trabalho Forçado e Compulsório	
HR7. Descrição da política de prevenção do trabalho forçado e compulsório e extensão em que esta política é visivelmente declarada e aplicada, bem como descrição de procedimentos / programas para abordar esta questão, incluindo sistemas de monitoramento e resultados do monitoramento. Ver a Convenção da OIT nº 29, Artigo 2.	
Práticas Disciplinares	
	HR9. Descrição das práticas de apelação, incluindo, mas não se limitando a, questões de direitos humanos. Descreva o processo de representação e apelação.
	HR10. Descrição da política de não-retaliação e sistema de reclamações de funcionários eficaz e confidencial (incluindo, mas não limitado a, seu impacto sobre os direitos humanos).

Práticas de segurança	
	HR11 Treinamento em direitos humanos para o pessoal de segurança. Inclua o tipo de treinamento, o número de pessoas treinadas e a duração média do treinamento.
Direitos Indígenas	
	HR12. Descrição de políticas, diretrizes e procedimentos para atender às necessidades dos povos indígenas. Isso inclui os indígenas na força de trabalho e nas comunidades onde a organização opera atualmente ou pretende operar.
	HR13 Descrição dos mecanismos / autoridade de reclamações da comunidade geridos em conjunto.
	HR14 Participação das receitas operacionais da área de operações que são redistribuídas para as comunidades locais.

Indicadores de Desempenho Social: Sociedade

Indicadores Básicos	Indicadores adicionais
Comunidade	
SO1 Descrição de políticas para gerenciar impactos em comunidades em áreas afetadas por atividades, bem como descrição de procedimentos / programas para abordar essa questão, incluindo sistemas de monitoramento e resultados de monitoramento. Inclua a explicação dos procedimentos para identificar e engajar no diálogo com os stakeholders.	SO4 Prêmios recebidos relevantes para o desempenho social, ético e ambiental.
Suborno e corrupção	
SO2 Descrição da política, procedimentos / sistemas de gerenciamento e mecanismos de conformidade para organizações e funcionários que lidam com suborno e corrupção. Inclua uma descrição de como a organização atende aos requisitos da Convenção da OCDE sobre Combate ao Suborno.	
Contribuições Políticas	
SO3 Descrição de políticas, procedimentos / sistemas de gestão e mecanismos de conformidade para a gestão de lobby e contribuições políticas.	SO5 Quantidade de dinheiro pago a partidos políticos e instituições cuja principal função é financiar partidos políticos ou seus candidatos.
Concorrência e Preços	
	SO6 Decisões judiciais relativas a casos relativos a regulamentos antimonopólio e de monopólio.
	SO7 Descrição de políticas, procedimentos / sistemas de gestão e mecanismos de conformidade para evitar comportamentos anticompetitivos.

Indicadores de Desempenho Social: Responsabilidade pelo Produto

Indicadores Básicos	Indicadores adicionais
Saúde e Segurança do Cliente	
PR1. Descrição da política para preservar a saúde e a segurança do cliente durante o uso de produtos	PR4. Número e tipo de casos de não conformidade com regulamentos relativos à saúde e segurança

<p>e serviços e a extensão em que esta política é visivelmente declarada e aplicada, bem como a descrição de procedimentos / programas para resolver esse problema, incluindo sistemas de monitoramento e resultados de monitoramento. Explique as razões para qualquer uso de múltiplos padrões em marketing e vendas de produtos.</p>	do cliente, incluindo as penalidades e multas aplicadas por essas violações.
	PR5. Número de reclamações mantidas por órgãos oficiais reguladores ou similares para supervisionar ou regular a saúde e a segurança de produtos e serviços.
	PR6. Conformidade com código voluntário, rótulos de produtos ou prêmios com relação à responsabilidade social e / ou ambiental que o repórter está qualificado para usar ou recebeu. Inclua a explicação do processo e dos critérios envolvidos.
Produtos e serviços	
PR2. Descrição de políticas, procedimentos / sistemas de gerenciamento e mecanismos de conformidade relacionados a informações e rotulagem de produtos.	PR7. Número e tipo de casos de não conformidade com regulamentos relativos a informações e rotulagem de produtos, incluindo quaisquer penalidades ou multas aplicadas por essas violações.
	PR8. Descrição de políticas, procedimentos / sistemas de gestão e mecanismos de conformidade relacionados à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem a satisfação do cliente. Identifique as áreas geográficas cobertas pela política. Comentário para órgãos públicos: Os órgãos públicos devem identificar os padrões de qualidade de serviço aplicados, bem como descrever os sistemas e procedimentos de garantia de qualidade.
Propaganda	
	PR9. Descrição de políticas, procedimentos / sistemas de gestão e mecanismos de conformidade para adesão a normas e códigos voluntários relacionados à publicidade. Identifique as áreas geográficas cobertas pela política. PR10. Número e tipos de violações de regulamentações de publicidade e marketing.
Respeito pela privacidade	
PR3. Descrição da política, procedimentos / sistemas de gerenciamento e mecanismos de conformidade para privacidade do consumidor. Identifique as áreas geográficas cobertas pela política.	PR11 Número de reclamações comprovadas relativas

Novo Indicador Social para Órgãos Públicos

Aspecto	Indicador
Eficiência Administrativa	<p>Descrever os resultados das avaliações da eficiência e eficácia dos serviços prestados pelo órgão público, incluindo as ações tomadas para alcançar melhorias na prestação de serviços.</p> <p>O objetivo é permitir que os leitores entendam os esforços da organização para melhorar seu uso de insumos (humanos, financeiros, etc.) para gerar</p>

	<p>produtos e resultados.</p> <p>Ao relatar este indicador,</p> <ol style="list-style-type: none">1) Identifique o foco da (s) avaliação (ões)2) Resuma as principais conclusões3) Identifique a localização dos dados publicamente disponíveis sobre a avaliação
--	---

Além dos indicadores específicos relacionados ao impacto econômico, ambiental e social da instituição, pode haver indicadores transversais relacionados a mais de um elemento ou mais de um órgão. A instituição relatora é incentivada a incluir tais medidas em seu relatório e deve consultar as Diretrizes para obter mais orientações sobre indicadores transversais e integrados.

ADENDO I: INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

GUIA DE ENTREVISTA

1 – Qual a razão para elaboração dos Planos de Logística Sustentável em sua instituição?

2 – Quais foram os critérios adotados pela instituição para escolher os indicadores contemplados no PLS?

3 - Quais áreas pertenciam os servidores envolvidos na elaboração do PLS?

4 - Os servidores envolvidos na elaboração do PLS possuíam algum conhecimento sobre sustentabilidade?

5 – Quais foram as principais dificuldades encontradas para eleger os indicadores contemplados no PLS, à época de sua elaboração?

6 – Os membros que participaram da elaboração do PLS conheciam as diretrizes disseminadas pela *Global Reporting Initiative* (GRI)?